UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS

CONTROLE OPERÁRIO COMO DIREITO

Orientador: Professor Doutor Jorge Luiz Souto Maior

Dissertação de Mestrado

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS

CONTROLE OPERÁRIO COMO DIREITO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior.

Dissertação de Mestrado

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Vasconcellos, Felipe Gomes da Silva. Controle operário como direito (Dissertação de Mestrado) – São Paulo, 2015.

155p.

Dissertação (Mestrado) – Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social. Área de Concentração: Direito do Trabalho.

CDD

Nome: VASCONCELLOS, Felipe Gomes da Silva.

Título: Controle operário como direito.

Dissertação apresentada ao Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito do Trabalho e da Seguridade Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

"As casas nos campos foram abandonadas, e os campos, conseqüentemente, também foram abandonados. Somente na garagem dos tratores, cujas chapas onduladas brilhavam qual prata polida, havia vida; e essa vida era alimentada com metal, gasolina e óleo, e os discos dos arados brilhavam ao sol. Os tratores tinham luzes brilhantes, pois que para um trator não existe noite ou dia, e os seus discos de arar revolviam a terra na escuridão e luziam à claridade do dia. E quando um cavalo deixa de trabalhar e se recolhe à cocheira, ainda há vida nele, há respiração e calor, e suas patas pisam a palha caída, suas mandíbulas trituram o feno e as orelhas e os olhos continuam a se mover. Um calor vital reina na cocheira, o calor e o cheiro da vida. Mas quando para o motor de um trator, tudo para e tudo se torna morto feito o metal de que o trator é feito. O calor abandona-o como abandona o cadáver. E então as chapas onduladas são fechadas e o motorista do trator vai para a cidade de onde veio, talvez a uma distância de 30 quilômetros, e não precisa regressar por semanas ou meses, pois que o trator está morto. E isto assim é simples e cômodo. Tão simples que a satisfação que o trabalho proporciona desaparece, tão eficiente que o deslumbramento também desaparece dos campos, e com ele também some-se a profunda compreensão e ligação do homem com a terra, bem como sua ligação a ela. E no motorista do trator cresce, vai aumentando o desprezo, que só domina um estranho que não tem amor, não sente ligação à terra. Pois que a terra não é só nitrato, e também não é só fosfato; nem só o tamanho da fibra de algodão. O homem não é apenas carvão, nem sal, nem água, nem cálcio. Ele é tudo isso, e também é muito mais que o simples resultado de sua análise. O homem, que é mais que a sua composição química, caminhando na terra, desviando o arado de uma pedra, abaixando a rabiça de seu arado para poupar um rebento, calcando os joelhos na terra para comer sua singela refeição - esse homem, que é mais que os elementos que o compõem, sabe também que a terra é mais que o simples resultado de sua análise química. Mas o homem da máquina, fazendo rodar um trator morto através das terras que ele não ama nem conhece, entende somente de química; desdenha a terra e desdenha a si próprio. Quando as portas de chapa ondulada são fechadas, ele vai para casa, e sua casa nada tem a ver com a terra." (John Steinbeck – As vinhas da ira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Jorge Luiz Souto Maior, por toda orientação, disposição e paciência, bem como por ser a referência intelectual e militante que me animou a escrever esse trabalho.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC) pelas discussões e por serem um foco de resistência de pensamento crítico do direito, dentro da USP, conferindo esperança aos militantes de que é possível se pensar um mundo novo.

Aos professores da Banca de qualificação, Osvaldo Coggiola e Ruy Braga, pelos conselhos e lições dadas, possibilitando um novo rumo ao trabalho.

Ao Gustavo Seferian e José Carlos Callegari, pelas discussões, apoio e, acima de tudo, pela compreensão em me terem mais ausente que presente no escritório.

Aos militantes da Liga Estratégia Revolucionária, organização na qual militei durante três anos e que foi de onde tirei inspiração e motivação para escrever sobre o tema.

À Josiane Verago e Alexandre Mandl, da fábrica ocupada Flaskô, que me deram subsídios concretos que renovam a esperança na luta do movimento operário.

Ao meu amigo, colega de profissão e de academia, Fábio Lisot, pelas conversas, discussões, frutíferas ou não, mas que também me ajudaram nesse período.

Ao professor Jouberto, pelas aulas e orientação dadas na graduação, bem como todo o incentivo para que eu seguisse na academia.

À minha família, minha mãe Raquel e meu pai Didi, e minhas irmãs Larissa e Camila, que sempre estiveram lá, para todos os momentos, e que precisei muito. Fico muito feliz de ter vocês ao meu lado, muito obrigado.

À Jussara, que também me aguentou durante esse último ano e meio e que tenho certeza, não foi fácil.

RESUMO

Vasconcellos, Felipe Gomes da Silva. Controle operário como direito. 2015. 155p. Grau de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O controle operário é um fenômeno social, expressão direta da luta de classes e produto de um momento histórico no qual as relações sociais de produção são marcadas pela subsunção forma e real do trabalho ao capital e pela propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, o controle operário se expressa em diversos momentos dessa histórica, seja como luta dos trabalhadores pela sobrevivência, de forma a garantir o emprego e sua fonte de subsistência, ou, luta revolucionária, para a superação do modo de produção capitalista, almejando não só o controle no local de trabalho, mas do próprio Estado. Quando se está falando de uma fábrica ou empresa, o método geralmente utilizado para se alcançar este objetivo é a ocupação do estabelecimento e o controle do processo produtivo, mas é possível que seu controle possa ser exercido por meio de conselhos no interior da fábrica, respaldado por uma organização operária e popular mais geral na sociedade. Esse fenômeno normalmente é abordado na sociologia ou na política, de forma a verificar as relações e contradições do controle operário com o modo de produção vigente e com as instituições políticas como Estado, o partido ou o Sindicato. Cumpre no presente trabalho, todavia, abordar em que medida o controle operário pode ser encarado como um direito dos trabalhadores de assumirem o controle do processo produtivo no local de trabalho. A partir de uma abordagem histórica do fenômeno do controle operário e de sua expressão contemporânea, como produto de ocupações de fábricas falidas ou em dificuldades financeiras, nas quais o empregador passa a descumprir reiteradamente os direitos trabalhistas, verifica-se que, ao contrário de uma violação ao direito de propriedade ou direito de posse, o que se configura, nessas hipóteses, é um verdadeiro direito dos trabalhadores de controlar a produção, notadamente com o intuito de manter a unidade produtiva e a geração de emprego e renda para a sociedade. Nesse sentido, devem ser protegidos juridicamente os métodos da classe trabalhadora que se efetivam com este fim, como as greves de ocupações ativas, quando conferem à posse ou à propriedade sua função social. Todavia, este direito não surge livre de contradições. Com efeito, o direito reproduziria em si a lógica capitalista, ou poderia servir de instrumento para a

classe trabalhadora? Embora encaremos a forma jurídica enquanto produto da forma mercantil e, portanto, essencialmente capitalista, verificamos que o próprio desenvolvimento dialético da história não se dá livre de contradições. A nova racionalidade do direito social, nesse sentido, seria um elemento que, se por um lado busca reafirmar a lógica capitalista em seu bojo, restabelecendo os padrões de igualdade e liberdade, por outro carrega consigo elementos que, em alguma medida, expõe as contradições e os limites do próprio direito. Portanto, o direito ao controle operário não se mostra elemento prejudicial à classe trabalhadora, embora seja acompanhado de contradições inerentes.

Palavras-chave: controle operário; ocupações de fábrica; direito ao controle operário; função social da propriedade e da empresa.

ABSTRACT

Vasconcellos, Felipe Gomes da Silva. Workers' control as legal right. 2015. 155p. Masters Degree – Faculty of law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Workers' control is a social phenomenon, expression of class struggle and the product of a historical moment in which the social relations of production are marked by the formal and real subsumption of labor to capital and the private ownership of the means of production. In this sense, workers' control is expressed either as workers struggle for survival, in order to guarantee jobs and their livelihood, or revolutionary struggle to overcome the capitalist mode of production, aiming not only control in the workplace, but the state itself. When it comes to a plant or company, the method generally used to achieve this goal is the establishment of the occupation and control of the production process, but it is possible to exercised the control through councils within the factory, supported by a more general worker and popular organization in society. This phenomenon is usually discussed in sociology or politics, in order to verify the the workers' control contradictions and relations with the existing mode of production and the political institutions as a state, party or union. Meets the present study, however, address the extent to which workers' control can be seen as a right of workers to take control of the production process at work. From a historical approach of workers' control and its contemporary expression, as a product of occupations of factories bankrupt or in financial difficulties, in which the employer then repeatedly fail to comply with labor rights, it appears that, unlike a violation of the right of ownership or right to possession, which is configured, in such cases, is a true right of workers to control production, notably in order to maintain the productive unit and the generation of employment and income for the company. In this sense, should be legally protected methods of the working class that take place to this end, as the occupations strikes, when gives the property or possession its social function. However, this right does not come free of contradictions. Indeed, the law reproduce itself the capitalist logic, or could be used as a tool for the working class? While we approach the legal form as a product of the market and, therefore, essentially capitalist, we find that the very dialectical development of history is not given free of contradictions. The new rationality of social law in

this sense would be an element that, on the one hand seeks to reaffirm the capitalist logic within itself, restoring the standards of equality and freedom, but, on the other, carries elements that, to some extent, exposes the contradictions and the limits of its own right. Therefore, the right to workers' control does not appear harmful element to the working class, although it is accompanied by inherent contradictions.

Keywords: workers' control; factory occupations; workers' control as legal right; social function of property and the company.

ÍNDICE

Introdução	13
1. Elementos históricos para a introdução do conceito de controle operário	18
1.1. Introdução	18
1.2. As primeiras lutas operárias	20
1.3. A tomada do poder nos locais de trabalho na Comuna de Paris de 1871	24
1.4. O movimento dos comitês de fábrica em meio ao processo revolucionário russo de 1917	31
1.5. O movimento de ocupações de fábricas em Turim, Itália, de 1919 a 1920	40
1.6. Elementos de controle operário na Iugoslávia: a experiência da autogestão	46
1.7. Os cordões industriais chilenos	51
2. O controle operário hoje: fábricas ocupadas e sob controle dos trabalhadores ...	58
2.1. Introdução	58
2.2. Neoliberalismo e ataque à classe trabalhadora	60
2.3. As transformações no mundo do trabalho	64
2.4. O caso brasileiro: a experiência da fábrica Flaskô	69
2.5. As cooperativas de autogestão e a economia solidária	77
2.6. Controle operário e participação dos trabalhadores nos locais de trabalho	81
3. O controle operário como direito: uma contradição sistêmica	88
3.1. Introdução	88
3.2. O direito em Marx	89
3.3. A nova racionalidade do direito social e a luta de classes	102
3.4. A função social da propriedade e da empresa	111
3.5. Greve de ocupação e controle da produção	118

3.6. A autonomia da posse em face do direito de propriedade: necessidade de proteção jurídica do possuidor que destina função social à propriedade	123
3.7. A recuperação judicial da empresa e o direito dos trabalhadores	129
3.8. O direito ao controle operário nos locais de trabalho	136
Conclusão	145
Bibliografia	147

INTRODUÇÃO

Compreender o Direito do Trabalho vai muito além do estudo dos princípios e leis que regem esse campo do conhecimento. Compreender o Direito do Trabalho é compreender a realidade concreta que lhe dá suporte, suas contradições e relações com o Direito e com a própria sociedade, seus limites e suas potencialidades.

O Direito do Trabalho é fenômeno recente e seu estudo desperta muitas dúvidas e contradições. Com efeito, o Direito do Trabalho canaliza e estabiliza as lutas sociais, ou subverte a lógica dos princípios jurídicos estruturantes da teoria geral do direito, aprofundando suas contradições e apontando seus limites? Como será demonstrado, o Direito do Trabalho é reafirmação da lógica capitalista e, ao mesmo tempo, sua subversão, uma vez que permite, por meio do direito, a ação da classe trabalhadora enquanto sujeito político.

É a partir dessa compreensão dialética do Direito do Trabalho que se busca romper com os limites tradicionais dos estudos jurídicos nesse ramo do conhecimento, expandindo a cognição do observador a fenômenos reais normalmente estudados na sociologia e na política, mas que são intrínseca e necessariamente conectados ao Direito do Trabalho. O controle operário é apenas um ponto em um universo que pode e deve ser analisado nos estudos jurídicos enquadrados no chamado Direito do Trabalho.

O controle operário expressa um momento na história das civilizações no qual a produção e reprodução da vida material se realizam por meio da apropriação privada dos meios de produção, com a separação do trabalhador dos meios de produção e o surgimento de duas classes fundamentais e antagônicas.

Nesse sentido, o controle operário se manifesta em diversos momentos dessa história, seja como luta dos trabalhadores por sua sobrevivência, de forma a garantir o emprego e sua fonte de subsistência, ou como luta revolucionária, no intuito de superar o modo de produção capitalista, almejando não só ao controle no local de trabalho, mas ao controle próprio Estado.

Quando se está falando de uma fábrica ou empresa o método geralmente utilizado para se alcançar o objetivo do controle operário é a ocupação do estabelecimento, com o controle do processo produtivo por meio da posse direta dos bens e meios de produção. Todavia, é possível que o controle operário possa ser exercido por meio de conselhos no interior da fábrica ou empresa, respaldado por uma organização operária e popular mais geral na

sociedade, ou, até mesmo pela aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores, em determinados casos de falência ou recuperação judicial do empresário.

O controle operário, embora esteja ligado normalmente a processos revolucionários do século XX, ou associado a um “sindicalismo de oposição”, tem expressão contemporânea concreta como produto de ocupações de fábricas e empresas em dificuldades financeiras, ou que reiteradamente descumprem os direitos dos trabalhadores, hipóteses nas quais os trabalhadores assumem o controle da produção como forma de garantir os empregos e os salários.

De fato, esse processo de ocupações de fábrica e controle operário contemporâneo ficou evidente na Argentina e no Brasil, onde a ofensiva ideológica, econômica e militar contra a classe trabalhadora a que chamamos de neoliberalismo produziu um exército de desempregados e de empresas falidas. Com efeito, quando crises econômicas ameaçam a viabilidade de determinados empreendimentos não é incomum vislumbrar a ideia do controle operário como uma alternativa para a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores.

Nesse sentido, em que medida o controle operário pode ser encarado como um direito dos trabalhadores de assumirem o controle do processo produtivo no local de trabalho? A partir de uma abordagem histórica do fenômeno do controle operário e de sua expressão contemporânea, como produto de ocupações de fábricas falidas ou em dificuldades financeiras, nas quais o empregador passa a descumprir reiteradamente os direitos trabalhistas, verifica-se que, ao contrário de um atentado ao direito de propriedade ou direito de posse do empresário, o que se configura, nessas hipóteses, é o surgimento de um verdadeiro direito dos trabalhadores de controlar a produção.

No esteio desse novo direito ao controle operário é que se vislumbra a necessidade de proteção jurídica dos métodos da classe trabalhadora que se efetivam com esse fim, como as greves de ocupação ativas, especialmente por conferirem à posse ou à propriedade uma função social. Todavia, esse direito não surge sem contradições.

Com efeito, o direito reproduz em si a lógica capitalista, ou pode servir de instrumento para a classe trabalhadora? Embora a forma jurídica possa ser entendida como produto da forma mercantil e, portanto, essencialmente capitalista, verifica-se que o próprio desenvolvimento dialético da história permite uma nova compreensão dialética do fenômeno jurídico.

A nova racionalidade do Direito Social, se, por um lado reafirma a lógica capitalista em seu bojo, restabelecendo as categorias liberais abstratas da igualdade e da liberdade, por outro, carrega consigo elementos que expõem as contradições e os limites do próprio direito, apontando para sua superação.

O presente trabalho é dividido em três partes. O primeiro capítulo busca verificar ao longo da história como o fenômeno do controle operário se expressou. Elegeu-se alguns episódios que permitissem a formação de uma compreensão geral do fenômeno do controle operário, de forma a subsidiar a elaboração de um conceito. Sabe-se, entretanto, que ao longo do século XX se efetivaram muitos outros processos históricos nos quais se manifestou o controle operário. Todavia, por uma questão metodológica e para os fins a que se destina o presente trabalho não se expôs de forma minuciosa todos esses processos.

Após a verificação das primeiras lutas operárias e de sua relação com o processo produtivo – que vai desde a completa negação da técnica implementada, com a destruição das máquinas, até um processo de luta defensiva ou muitas vezes ligado à pequena burguesia radical e seus movimentos políticos –, analisa-se alguns processos revolucionários nos quais os trabalhadores, de alguma forma, assumiram o controle do processo produtivo em seus locais de trabalho. A Comuna de Paris de 1871, a Revolução Russa de 1917, as ocupações de fábrica em Turim, na Itália, em 1919-1920, a experiência autogestionária na Iugoslávia e os cordões industriais chilenos, foram os episódios escolhidos para esse intento.

No segundo capítulo verifica-se a expressão contemporânea do controle operário, que se expressa, normalmente, como produto de ocupações de fábricas e empresas em dificuldades financeiras ou que descumprem reiteradamente os direitos trabalhistas, mas que também tem uma expressão pacífica, por meio da aquisição dos meios de produção nos processos de falência e recuperação judicial da empresa. É essa expressão contemporânea que permite reafirmar a atualidade do controle operário e, a partir do fenômeno concreto, verificar em que medida é possível se sustentar um direito ao controle operário.

O controle operário como direito passa a ser objeto de análise do terceiro capítulo. Em primeiro lugar, os limites do próprio direito são objeto de estudo, tendo como base as obras de Karl Marx. Verifica-se aqui, em que medida o direito expressa e estrutura as relações de produção capitalistas, bem como a possibilidade ou não de encará-lo enquanto instrumento de transformação social.

Posteriormente, verifica-se a evolução jurídico-institucional do século XX, que estabeleceu um novo padrão de pensamento a partir de uma nova racionalidade que se confere ao direito: o Direito Social. Essa nova concepção do Direito, como será demonstrado, emana a todos os ramos do direito, estabelecendo não só princípios, mas vínculos obrigacionais de solidariedade recíproca entre os cidadãos e permitindo à classe trabalhadora, do ponto de vista da legalidade, sua manifestação na sociedade enquanto sujeito político. Essa relação dialética do Direito Social e que se expressa definitivamente no Direito do Trabalho é o que permite abordar o controle operário como um direito.

De fato, o Direito Social não pode ser pensado de forma apartada da luta de classes. Se, o Direito não é e jamais poderia ser a síntese da luta de classes, é inegável que esta exerce influência no processo de se pensar e reproduzir o Direito. Os processos revolucionários do século XX, nesse sentido, exigiram das elites uma resposta para a questão social, ou, em determinados casos, arrancaram essa “resposta” pela força. Embora de forma contraditória, esse processo possibilitou à classe trabalhadora algumas conquistas, como a liberdade de organização sindical, ou o direito de greve.

O controle operário como direito exige, igualmente, que se estude a legalidade da forma clássica pela qual se expressa a demanda pelo controle operário da produção – a greve de ocupação – e seu possível conflito com institutos jurídicos como o direito de propriedade e o direito de posse. Assim, aborda-se a função social da propriedade e da empresa, a greve de ocupação e a autonomia da posse face ao direito de propriedade, bem como a necessidade de se proteger juridicamente a posse somente na medida em que cumpra sua função social.

Adiante, a nova Lei de falência e recuperação judicial (Lei n. 11.101/2005) é analisada na perspectiva do Direito Social, evidenciando-se os elementos contidos na legislação que apontam para a existência do controle operário como um direito. De fato, há nessa lei um novo marco para se pensar a empresa desvinculada do empresário ou da sociedade empresária que a administra, de forma que se prestigia a manutenção da unidade produtiva e dos empregos e o cumprimento de sua função social, em detrimento do direito de posse do proprietário dos meios de produção. O direito do proprietário resta secundarizado com relação a necessidade de preservação da atividade produtiva e da manutenção dos empregos.

Por fim, o controle operário como direito é colocado, com todas as implicações práticas e contradições que advém de sua afirmação. Quais seus limites e possibilidades no

atual ordenamento jurídico e dentro do capitalismo? É a partir dos elementos pautados no decorrer do trabalho que se busca responder a esses questionamento e estabelecer o enquadramento jurídico do fenômeno social do controle operário. Embora toda regulamentação jurídica envolva limites, como a greve quando se expressa em termos de direito fundamental, seria equivocado pensar que a garantia desse direito não possibilite à classe operária uma conquista – não só na luta por seus direitos, mas também em sua ação política enquanto classe.

CAPÍTULO 1. ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE CONTROLE OPERÁRIO.

*...Não podem prever-se exatamente as formas que, no futuro, tomará a luta dos trabalhadores pela sua libertação. Essas formas dependerão das condições sociais e evoluirão com o crescente poder da classe operária. É e será necessário examinar de que modo esta batalha se desenrolou até ao presente e como adaptou as suas ações às mudanças de circunstâncias. Não seremos capazes de fazer face às necessidades do momento senão através dos ensinamentos, da experiência daqueles que nos precederam e somente encarando-a de uma forma crítica...*¹

1.1. Introdução.

A história das civilizações é a história de seus conflitos. Compreender os conflitos que permeiam as civilizações é, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e a nós mesmos. Com efeito, somos também, existencialmente, expressão de nossas experiências e conflitos, de modo que inexistem o ser humano em abstrato e universal, mas o ser humano no mundo, concreto, qualificado e moldado por suas diferenças. A sociedade, igualmente, inexistem em abstrato, mas somente como produto de suas contradições, manifestadas nas distintas formas de conflito, notadamente, de seus conflitos de classe².

Conflito, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pode ser caracterizado como uma “profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes”, um “choque, enfrentamento”³. Trata-se, como se observa, de uma situação de oposição, de instabilidade, na qual está subjacente uma disputa por um poder, em todas as instâncias e possibilidades: individual ou coletivamente expressados. O poder é elemento que decorre dos conflitos e, em uma análise meramente gramatical do vocábulo, pode ser compreendido como o “domínio ou

¹ PANNEKOEK, Anton. *A luta operária*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/ano/luta/cap03.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2014.

² “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes”. MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista e Cartas Filosóficas*. Tradução: Klaus Von Putsche. São Paulo: Centauro, 2005, p. 51.

³ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 520.

controle”⁴ sobre algo ou alguém. O exercício deste poder, nesse sentido, pode ser traduzido, concretamente, pela palavra controle.

Para aproximar a análise da questão ao direito, pode-se fazer a seguinte ilação: uma pretensão resistida gera uma situação de conflito; este conflito contém, em sua essência, uma disputa de poder; todavia, este conflito deve ser canalizado nos termos do Direito, não cabendo às partes, exceto em situações excepcionais, o exercício arbitrário das próprias razões. Isto significa, praticamente, que nesta hipótese o poder, em última instância, é monopólio do Estado, que o exerce por meio de um controle social, expresso pela produção de normas jurídicas.

Há conflitos, entretanto, que extrapolam *a priori* a ordem jurídica posta. Uma insurreição armada, uma revolução, um golpe, são exemplos de conflitos desse gênero. O Estado perde a capacidade do exercício do controle, ao não conseguir subjugá-los nos limites do direito. Esses conflitos, no caso, podem servir tanto para reafirmar a ordem, quanto para superá-la.

A luta histórica do movimento operário internacional é no sentido de superá-la. O controle operário, por sua vez, é parte dessa luta e dessa história e não pode ser compreendido abstratamente, sem os elementos históricos que o constituem. A partir de uma perspectiva política dos conceitos, pode-se dizer que o controle operário é o exercício do poder pela classe trabalhadora em uma determinada relação de conflito. No caso, o *locus* do conflito analisado é a fábrica ou empresa. No que toca ao direito, o controle operário dos locais de trabalho geralmente expressa um conflito com o direito de propriedade. Essas e outras contradições serão analisadas no momento oportuno. Por ora, cumpre buscar na história, os elementos necessários para a formação de um conceito do que é e de como se expressa o controle operário na realidade.

Importa questionar em que medida existiu o controle operário dos locais de trabalho, como se expressou, de que forma e com qual conteúdo. É possível sua existência no interior do modo de produção capitalista? Tratar-se de uma forma transitória fadada ao desaparecimento com a superação do capitalismo, ou o embrião de uma nova forma política de um novo governo no socialismo? Como se relaciona o controle operário com órgãos e

⁴ Idem., p. 1513.

instâncias políticas, como o parlamento e o partido operário, ou até mesmo os sindicatos. Embora não seja o foco dessa dissertação, esta problemática analisada na política e na sociologia nos ajuda a compreender o fenômeno a partir da perspectiva jurídica. Cumpre, portanto, compreender os elementos históricos que deram forma e conteúdo ao presente objeto de estudo, permitindo assim um corte metodológico específico no trabalho.

1.2. As primeiras lutas operárias.

As primeiras lutas operárias remontam ao século XVIII e são produto das novas relações de produção que começam a se estabelecer, notadamente na Inglaterra. Conforme analisa George Lefranc citado por Osvaldo Coggiola, em estudo sobre o movimento operário à época do manifesto comunista, as primeiras expressões de uma luta operária surgem antes, inclusive, do sistema manufatureiro e, nesse sentido, aparecem mais como demandas conservadoras no intuito de manter uma “situação privilegiada”, que demandas revolucionárias por uma transformação radical da sociedade:

As primeiras associações permanentes de assalariados precedem em meio século o sistema manufatureiro e se localizam em ofícios onde o trabalho manual-artesanal predomina: o sindicalismo não é filho direto do maquinismo. O fator determinante não é a transformação técnica, mas o divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção. Onde esse divórcio se consuma, nasce o sindicato. É mais para defender uma situação privilegiada, do que para melhorar uma situação ruim que se formam os primeiros sindicatos. Seus objetivos são conservadores, não revolucionários. Pedem a manutenção da situação tradicional, contra os patrões seduzidos pelas novas teorias de liberdade econômica⁵.

Em outro sentido, e com métodos peculiares, também no século XVIII, ressalta-se o surgimento de um movimento que, em reação às novas técnicas de produção implementadas buscava destruir diretamente as máquinas pretensamente causadoras das péssimas condições de vida e trabalho dos operários. Esse movimento ficou conhecido, inicialmente, como “destruidores de máquinas”⁶. Conforme análise de Osvaldo Coggiola, já em 1768, “os tecelões de Spitalfields se levantaram em massa e destruíram grande quantidade de teares de seda”⁷. Esse movimento teve tamanha expressão que levou o Parlamento britânico a sancionar uma lei

⁵ LEFRANC, George. *La huelga. História y presente*. Barcelona: Laia, 1982 *apud* COGGIOLA, Osvaldo. *O movimento operário nos tempos do manifesto comunista*. s/d..

⁶ COGGIOLA, Osvaldo. Op., cit.

⁷ *Idem*.

punindo com pena de morte quem destruísse fábricas ou máquinas⁸. De qualquer forma, o movimento não se deteve, ganhando grande expressão entre os anos de 1811 e 1817, quando, então, já era conhecido como “luddita”, em homenagem a seu líder Ned Ludd, que se tornou símbolo do movimento após ter destruído a marteladas os teares da oficina em que trabalhava⁹.

Ainda na Inglaterra, o autor identifica diversas contradições do movimento operário em sua fase inicial, seja com sua ligação íntima com o movimento democrático radical, por liberdades civis e políticas, ou com sua atuação defensiva sem pretensões políticas mais profundas. A atuação defensiva dos operários, é bem verdade, pôde ser identificada também na França, já a partir de 1724, quando “operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários”¹⁰.

Nesse sentido, as lutas operárias nos primórdios de sua organização se dão normalmente como reação às novas relações de produção implementadas, que dissocia o trabalhador dos meios de produção: de forma defensiva, buscando melhores condições de vida e de trabalho, sem pretensões políticas mais gerais de emancipação do trabalho e do homem; ou de forma ofensiva, destruindo diretamente o pretense objeto de sua miséria.

Portanto, embora possa se falar em classe operária, ou até mesmo em um movimento organizado de trabalhadores, fica evidente que a temática do controle operário na prática não existia, trilhando os primeiros movimentos para um confronto direto com os meios de produção, no caso dos ludistas; em chave conservadora, no caso dos sindicatos que pretendiam manter sua situação privilegiada em face aos avanços técnicos e econômicos; de forma defensiva; ou em íntima ligação com setores da pequena burguesia radical.

Nesse último caso, importa observar duas experiências que viriam a anteceder o movimento que mais tarde passou a ser conhecido como *cooperativismo* na Inglaterra, e que deu ensejo e base a toda a discussão de cooperativas da atualidade. O primeiro movimento adviria de Robert Owen, que “foi ao mesmo tempo um dos principais teóricos do socialismo

⁸ *Idem.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ *Idem.*

britânico e o maior grande patrão da indústria têxtil”¹¹. Ao chegar à sócio da fábrica de Mid Lanark ele implementa diversas ações face a situação de miséria vivida pelos trabalhadores, recusando-se a empregar crianças, reduzindo as horas de trabalho e abrindo um estabelecimento no interior da fábrica com produtos 30% abaixo do preço corrente¹².

Os *owenistas* elaboraram os fundamentos de suas idéias baseados na cooperação mútua, igualdade de direitos, e cessação do lucro. Após ser mal sucedido em sua empreitada, vítima da crise e da concorrência, Roberto Owen parte para a América, em 1824, criando a colônia New Harmony¹³. O intento também foi fracassado, notadamente em virtude do embate de idéias com os socialistas e com a condução autoritária da administração da comunidade, à qual emergiram diversos protestos¹⁴. Ao retornar à Inglaterra, Owen investe no sindicalismo, criando a União Nacional dos Sindicatos, com cerca de 500.000 assinaturas em poucas semanas, mas que também saiu derrotada em virtude da forte repressão do Estado ao perseguir e prender diversos de seus líderes; apesar do esforço nas campanhas de solidariedade e greves, a organização não se sustentou financeiramente, vindo à ruína em 1835¹⁵.

A segunda experiência tem caráter estritamente político, e envolveu setores operários e da pequena burguesia radical. Conhecido como movimento *cartista*, propunham seis idéias fundamentais: sufrágio universal (para os homens a partir de 21 anos de idade); eleições anuais no Parlamento; votação secreta; igualdade das circunscrições eleitorais; abolição da exigência de propriedade para os candidatos a deputados ao Parlamento; e remuneração aos deputados¹⁶. Engels caracterizou o *cartismo* como “a forma condensada da oposição à burguesia... um movimento essencialmente operário que não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical”¹⁷. Com a incorporação paulatina de algumas de suas propostas o movimento se enfraqueceu até sua completa desintegração.

¹¹ PHILIP & PHILIP. *Histoire des faits économiques et sociaux: de 1800 a 1945*. Paris: Dalloz, 2000, p. 48-49 apud SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de Direito do Trabalho – Volume I: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2011, p. 153.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Ibidem*, p. 155.

¹⁶ A Carta do Povo (The people's Charter), contendo as exigências dos cartistas foi publicada em 8 de maio de 1838, e foram rejeitadas pelo Parlamento em 1839, 1842 e 1849. ENGELS, F. *Prefácio à edição inglesa de 1892 de 'a condição da classe operária em Inglaterra'*. 1892. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1892/01/11.htm>. Acessado em 01.09.2014.

¹⁷ ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2ª Ed. Global, 1985.

Como se observa, nenhuma destas experiências colocou em cheque a questão do poder nas relações de trabalho de um ponto de vista de classe, notadamente em virtude das relações que mantinham com os próprios setores da pequena burguesia radical. De qualquer forma, são experiências que antecederam o movimento chamado *cooperativismo* na Inglaterra, movimento que se iniciou com os chamados “pioneiros de rochdale” e, que arregimentou curiosos e defensores através dos séculos.

Muitos dos que viriam a protagonizar esse movimento eram operários insatisfeitos com a política de Owen, ou com o movimento cartista, ou, ainda, militantes advindos dos movimentos religiosos e sindicais. Os chamados “Pioneiros de Rochdale” constituíram, em meados de 1844, a cooperativa de consumo que obteve maior êxito na Inglaterra, cujo objetivo principal era romper o monopólio dos produtores e conferir aos seus integrantes produtos mais baratos e não adulterados¹⁸.

Iniciou-se com apenas 28 tecelões e com um capital de 28 libras. A sociedade cresceu rapidamente, chegando a 80 associados em 1845. Em 1860, com 3.450 sócios, seu capital já era de 152.000 libras. Essa experiência se espalhou rapidamente pela Inglaterra, sendo que vinte anos depois já havia 454 cooperativas, com centenas de membros¹⁹.

Seus princípios, que se espalhariam e inspirariam o movimento cooperativista pelo mundo, podem ser traduzidos em valores e princípios. No que concerne aos valores cita-se os de solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social e transparência. No que diz respeito aos princípios, os de adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, e preocupação com a comunidade.

No caso das cooperativas os operários haviam se tornado administradores. Sobre as contradições desse momento, analisa Karl Marx, citado por Osvaldo Coggiola:

a única potência social que os operários possuem é seu número. Mas, a quantidade é anulada pela desunião, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutarem contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos dos

¹⁸ COGGIOLA, Osvaldo. *A primeira internacional e a comuna de Paris*. Revista CEMOP. Maio 2011, p. 15.

¹⁹ *Idem*.

contratos, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos. Presentemente, os sindicatos se ocupam, em demasia, exclusivamente, das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema de escravidão assalariada, e mantêm-se bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Ao se considerarem e atuarem como pioneiros e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar em seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados. Ao se ocuparem das atividades mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados²⁰.

Como se observa, também aqui o controle operário não se colocava como uma demanda da realidade, parte de um movimento transformador da sociedade, produto de uma organização independente da classe operária. O cooperativismo estava intimamente ligado a uma ruptura com o monopólio dos produtores e não necessariamente com a independência da classe trabalhadora em face de outros setores, ou na perspectiva de superação das contradições reais da sociedade. Evidente que não havia controle operário nesse caso, muito menos nos locais de trabalho, notadamente quando nos referimos a uma experiência de cooperativa de consumo. Todavia, os princípios e valores vinculados a essa experiência é que deu ensejo a cooperativas de trabalho e produção que mais tarde seriam as propulsoras de uma “nova” economia.

As primeiras lutas operárias, embora não enfrentassem a questão do poder nas relações de trabalho diretamente na perspectiva de sua superação, obtiveram importantes êxitos do ponto de vista do movimento operário internacional. Com efeito, são as vitórias e derrotas desse movimento operário que vão conformando uma consciência de classe e de sua força, seja aos olhos dos próprios operários, dos intelectuais que se propunham a analisá-los, ou mesmo das classes dominantes.

A primeira experiência, porém, na qual a questão do poder esteve colocada diretamente, veio a ocorrer anos mais tarde, em 1871, no que ficou conhecido como a Comuna de Paris.

1.3. A tomada do poder pelo proletariado na Comuna de Paris de 1871.

²⁰ COGGIOLA, Osvaldo. *O movimento operário...* op. cit.

Em “A guerra civil em França”, Marx descreve o que teria sido, até aquele momento, o mais importante evento protagonizado pela classe operária. O autor inicia sua análise com uma carta do comitê central em manifesto no dia 18 de março de 1871, na qual se afirmava que, diante das traições das classes dominantes e as tensões de suas frações, os proletários da capital haviam tomado consciência de sua situação e compreenderam a necessidade de tomar em suas mãos a direção dos negócios públicos, tomando o poder²¹.

Trata-se da primeira revolução proletária da história. Mas, afirma Marx, “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado, já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos”²². O Estado moderno, para Marx, com suas instituições e órgãos que lhe são característicos desenvolve-se na medida do surgimento das novas relações sociais de produção capitalistas e, quanto mais evolui a indústria, mais o Estado assume um caráter de dominação do capital sobre o trabalho (subsunção do trabalho ao capital), ou de “uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe”²³.

Não bastava, portanto, a apropriação do Estado para os fins da classe operária, haveria que se desenvolver uma nova forma política, com vistas à superação do capitalismo e extinção do Estado e de suas instituições tal como existiam.

O primeiro Decreto da Comuna de Paris suprimiu o exército permanente, e o substituiu pelo povo em armas, o governo da cidade passou a ser formado por conselheiros municipais provenientes em sua maioria da classe operária ou de seus representantes reconhecidos, eleitos por sufrágio universal e com mandato revogável a qualquer momento, caso não representasse os interesses daqueles que o elegeram²⁴. O mesmo se aplicou aos funcionários de todos os ramos da administração, que passavam, agora, a receber salários de operários²⁵. Conforme analisa Marx, a Comuna “havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo”²⁶.

²¹ MARX, Karl. *A guerra Civil em França*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/cap03.htm#r26. Acessado em 02.07.2013.

²² *Idem*.

²³ *Idem*.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*.

Desde os membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de *salários de operários*. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna. (...) Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjecta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser electivos, responsáveis e revogáveis²⁷.

Não somente a “força física” da repressão do Estado foi desmantelada, sua “força espiritual” também teve o mesmo destino, sendo que todas as Igrejas foram expropriadas enquanto órgãos possuidores²⁸. A educação foi universalizada a todo o povo de forma gratuita e toda a influência da Igreja e do Estado que impediam o livre desenvolvimento da ciência foi extirpada²⁹. O exemplo da Comuna de Paris deveria ser seguido por todos os grandes centros industriais, passando-se de um então governo centralizado e burocratizado a um “autogoverno dos produtores”. Embora não tenha tido tempo de se desenvolver, Marx afirma que a Comuna haveria de ser a “forma política”, “mesmo dos mais pequenos povoados do campo”. Sobre os meandros nesta nova forma, afirma Marx:

As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembléia de delegados na capital de distrito e estas assembléias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo *mandai impératif* (instruções formais) dos seus eleitores. As poucas mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes comunais, e por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade da nação não havia de ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental haviam de ser amputados, as suas funções legítimas haviam de ser arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de decidir uma vez a cada três ou seis anos que membro da classe governante havia de representar mal o povo no Parlamento, o sufrágio universal havia de servir o povo,

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem.*

constituído em Comunas, assim como o sufrágio individual serve qualquer outro padrão em busca de operários e administradores para o seu negócio³⁰.

Ao final, Marx sentencia a verdadeira essência da Comuna de Paris: tratava-se, exatamente, de um governo da classe operária, “o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”³¹. E completa afirmando que a “dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social”³². A Comuna, portanto, haveria de “servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se assenta a existência de classe e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”³³.

A Comuna de Paris, enquanto um governo da classe operária³⁴, se expressava a partir do internacionalismo, não se fechando em barreiras nacionais ou em um discurso patriótico que somente serve à burguesia. Os direitos políticos foram estendidos aos estrangeiros, chegando-se a proclamar Paris como “terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos de seus países por suas idéias e ações”³⁵, sendo certo que muitos deles chegaram até mesmo a ocupar cargos de direção. Como se observa, diversas medidas concretas foram implementadas no sentido de se alcançar uma verdadeira democracia das massas. Em 20 de abril de 1871 é publicado no *Journal Officiel* um documento da Comuna³⁶ que expressa bem estas medidas. Nos três primeiros artigos desse documento delineiam-se os princípios que regiam o novo governo.

“Artigo I. As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como comando da polícia, governo civil, câmaras e conselhos municipais, e as

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.*

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ É bom que se compreenda, todavia, que o Conselho Geral da Comuna era composto por cerca de 30% de operários. Outros “40% dos eleitos representavam bairros burgueses do oeste de Paris e se recusaram a tomar posse”. “Além dos 30% que eram trabalhadores manuais, o restante eram advogados, médicos, intelectuais, artistas. Mas o que é essencial não são esses números, mas a pressão que os trabalhadores exerciam sobre o Conselho da Comuna”. WILLARD, Claude. *Uma obra sempre no centro da atualidade* in: *a Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002, p. 16.

³⁵ NASCIMENTO, Cláudio. *O programa da Comuna de Paris*, in: WILLAR, Claude et al. *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002, p. 37.

³⁶ Documento extraído do artigo “O programa da Comuna de Paris”, de Cláudio Nascimento, in: WILLAR, Claude et al. *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002, p. 36-40.

suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juízes de paz, tribunais, etc., são igualmente dissolvidos. Artigo II. A Comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais: a gestão popular de todos os meios da vida coletiva; a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos. Artigo III. O poder é exercido no âmbito dos princípios a seguir indicados em pormenores pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores elegíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade”³⁷.

Sobre a questão da segurança pública e da justiça social, “a Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte”³⁸, declarando, ainda, a “dissolução da polícia municipal, da polícia parisiense, dissolução dos tribunais, transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, em um vasto recinto de atração e divertimento para as crianças”; “abolição de todos os casos de delito de opinião, de imprensa e das diversas formas de censura: política, moral e religiosa”; “em cada bairro de Paris, é criada: uma milícia popular composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro”; “Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos de seus países por suas idéias e ações”³⁹.

No tocante à habitação e transporte, observam-se as seguintes medidas: “expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente”; “são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral”; “os meios de transporte públicos são gratuitos e de livre utilização”; “o uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço a domicílio”; “a comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores”⁴⁰.

Quanto à educação e à família fica “abolida a escola ‘velha’”. “As crianças decidem sua arquitetura, seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação”. Nos termos do documento publicado, “a

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 37.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 38.

submissão das crianças e da mulher à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do chefe, morreu”; “o casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer”; “portanto, a propriedade privada é abolida”; “a comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito a informação sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anticoncepção”; “as crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a escola) e dirigem sua própria vida”⁴¹.

Essas e outras medidas buscaram ser implementadas e muitas de fato o foram. Todavia, o curto período da experiência da Comuna de Paris não permitiu acompanhar o aprofundamento das contradições dessa nova “forma política” de modo a traçar a real dinâmica destas relações.

De qualquer forma, ressalta-se que toda a democracia operária vivida nas ruas, nas escolas e nas assembléias de bairro se estendia também às oficinas e empresas, e sua expressão não era insignificante. Cláudio Nascimento, a respeito do contexto social no qual se insere a Comuna informa que no “Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria”⁴², apesar de apenas “1 milhão e 500 mil operários trabalharem nas empresas com mais de 10 pessoas”⁴³. Especificamente em Paris, o autor observa um crescimento considerável do número de operários, de 442 mil, em 1866, para 550 mil em 1872, crescendo também em concentração, uma vez que diminui os números de patrões, de 650 mil, em 1847, para 39 mil em 1872⁴⁴.

Entre outras medidas implementadas no sentido de trazer a democracia operária para dentro das fábricas, destacam-se: a proibição da prática de redução salarial pelos patrões, por meio de descontos e multas aplicados aos operários e, a entrega a associações de operários, de todas as oficinas e fábricas fechadas, seja porque os capitalistas haviam fugido ou decidido parar a produção⁴⁵.

De fato, o processo revolucionário levou muitos proprietários a deixar a cidade ou simplesmente tentar boicotar a produção, o que proporcionou movimentações espontâneas por parte dos trabalhadores no intuito de assumirem o controle nos respectivos locais de trabalho.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 39-40.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 28.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ MARX, Karl. *A guerra Civil em França. Idem*.

A oficina de reparação de armas do Louvre, conforme aponta Claude Willard, “adotou um regulamento autogestionário: cada oficina elegia, por 15 dias, no conselho de direção, um operário encarregado de transmitir as reclamações e de informar a seus camaradas das decisões tomadas”⁴⁶. Nesse esteio o autor alega que surgiram diversas “oficinas cooperativas” e que teriam inspirado a posterior publicação do decreto de 16 de abril de 1871⁴⁷.

O decreto de 16 de abril de 1871, denominado “Requisição das Oficinas Abandonadas”, dispunha que as Câmaras Sindicais Operárias seriam convocadas para instituir uma comissão de inquérito, que teria por fim: “levantar uma estatística das oficinas abandonadas, assim como um inventário exato do estado em que se encontram e dos instrumentos de trabalho que encerram”; “apresentar um relatório estabelecendo as condições práticas da pronta colocação em exploração dessas oficinas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores que nelas estavam empregados”; “elaborar um projeto de constituição dessas sociedades cooperativas”; e “constituir um júri arbitral que deverá estatuir, por ocasião da volta dos referidos patrões sobre as condições da cessão definitiva das oficinas às sociedades operárias e sobre a quota de indenização que as sociedades terão de pagar aos patrões”⁴⁸.

Como se observa, muito embora se leia nos textos referências às associações cooperativas, ou sociedades operárias, não está claro o caráter dessas cooperativas, não nos parecendo em nada semelhantes às experiências anteriores. Em verdade, é possível identificar,

⁴⁶ WILLARD, Claude. Op. cit., *ibidem*, p. 18. Rougerie, citado por Cláudio Nascimento, transcreve o regulamento interno desta fábrica de armas: “Art. 1. A fábrica fica sob direção de um delegado da Comuna. O delegado para direção será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir seu dever. Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis por seus atos e mesmo revogáveis; Art. 6. Um conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5h ½ de releve, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, o chefe do setor ou os operários delegados; Art. 7. O conselho de compõe do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor eleito como delegado; Art. 8. Os delegados são renováveis todos os 15 dias; a renovação será feita pela metade, todos os 8 dias, e por função; Art. 9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações; Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos às vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O conselho será o único a fazer a avaliação; Art. 14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do conselho, com um relatório do chefe da empresa...; Art. 15. A duração da jornada é fixada em 10 horas...”. NASCIMENTO, Cláudio, op. cit., *ibidem*, p. 35.

⁴⁷ WILLARD, Claude. Op. cit., *idem*.

⁴⁸ Decreto do dia 16 de abril “Requisição das Oficinas Abandonadas”, extraído de LUQUET, P. DUNOIS, A. et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, 1968, p. 67-82.

em determinadas passagens, que esta democracia operária que se instaurava espontaneamente nas fábricas e, posteriormente sob a chancela do Conselho Geral da Comuna se traduzia em uma espécie de controle operário dos locais de trabalho, notadamente, pois, não se chegou a implementar, de fato, a assunção da propriedade alheia aos “associados cooperados”, observando-se, ao contrário, diversas contradições e inter-relações reais e potenciais com a Comuna em geral e com as direções de base nos próprios bairros, que também não se excluíam da gestão dos negócios públicos. O fato, porém, é que esta experiência representou, nesse curto prazo, importantes conquistas do ponto de vista social para os trabalhadores.

Ocorre que aos 28 de maio de 1871, após 72 dias da tomada do poder pelos operários, a última barricada da Comuna de Paris foi derrubada. A repressão sangrenta por parte da burguesia de Versalhes com apoio da Prússia (burguesias imperialistas que antes estavam em guerra, mas que não hesitaram em unir-se contra o levante dos operários, como é praxe deste setor parasitário) deixou cerca de 20 mil vítimas. Entre presos, fugitivos e mortos, somam-se cerca de 100 mil habitantes parisienses. Esse fato, ao impedir o avanço do processo revolucionário, não permitiu seguir as contradições dessas novas relações entre os operários dentro da fábrica, antigos patrões e a sociedade em geral, deixando, de qualquer maneira, importantes lições e nortes a serem buscados pelo movimento operário internacional. Assim é que, até hoje, a Comuna de Paris é referência para pensar a teoria e prática da revolução socialista.

De todo modo, outro processo revolucionário posterior possibilitou, agora sim, enxergar mais de perto todas as contradições apenas apontadas pela Comuna de Paris. A bem da verdade, trata-se do processo que inaugurou a demanda pelo “controle operário”, no caso, o “controle operário da produção”, e que tomou de assalto aos céus, mais uma vez, mas desta vez, por muito mais que 72 dias.

1.4. O movimento dos comitês de fábrica em meio ao processo revolucionário russo de 1917.

O movimento dos comitês de fábrica, erguido em meio ao processo revolucionário russo de 1917, é expressão concreta do controle operário nos locais de trabalho. São organismos de poder desenvolvidos no interior das fábricas que, em geral, buscavam romper

com a autocracia e despotismo que também no microcosmo da fábrica se instalava, propondo, assim, uma “fábrica constitucional”.

Em verdade, as demandas concretas advindas da revolução de fevereiro colocaram tarefas imediatas ao proletariado e a necessidade premente de sua organização independente: desde assegurar os empregos face à boicotes do capital, controlar os gestores e técnicos dentro das fábricas, e estabelecer condições de trabalho mais dignas, até gerir diretamente as fábricas, sem patrões; enfim, após a revolução de fevereiro, os olhos e os conflitos se voltaram para o interior das fábricas e era dever dos operários dar uma resposta.

Todavia, esta resposta não se deu sem contradições e sem resistência, seja por parte da burguesia em fevereiro, seja por parte do próprio Estado operário após outubro de 1917. Nesse tópico pretende-se desenvolver algumas dessas contradições, buscando extrair compreensões importantes para a construção do nosso objeto de estudo. Antes, porém, cumpre tecer breves comentários a respeito da própria possibilidade revolucionária instalada em fevereiro de 1917 na Rússia.

O desenvolvimento das contradições capitalistas e a conseqüente primeira guerra mundial, conforme aponta Ana Pankratova, fizeram com que a burguesia se situasse no papel de “desorganizadora da produção”⁴⁹, colocando em questão a própria sobrevivência do proletariado, diante da catástrofe econômica que o esperava. A luta para barrar o avanço ilimitado do capital se converteu no conteúdo essencial da revolução russa. Conforme aponta a autora: “havia se criado uma potente organização imperialista de Estado que estrangulava a classe operária, privando-a do direito de organização, de greve”⁵⁰, vinculando os operários às fábricas “como se estivessem no serviço militar”, submetendo-os a “leis excepcionais”, onde a única saída era a revolução⁵¹.

Mas qual revolução? E sob qual direção? Esses questionamentos rondavam o movimento operário e socialista à época. Em um País com um atraso cultural e econômico muito grande, com uma população majoritariamente camponesa, o que estava colocado para

⁴⁹ PANKRATOVA, A. M. *Los consejos de fábrica en la Rúsia de 1917*. Tradução: Joaquim Jordá. Barcelona: Ed. Anagrama, 1976, p. 13.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 15. Tradução livre do espanhol: “Se había creado una potente organización imperialista de Estado que estrangulaba a la clase obrera, privándola del derecho de organización, de huelga, de la libertad de desplazamiento, de palabra y de prensa, ligando los obreros a la fábrica como si estuvieran en el servicio militar, maltratándolos con toda clase de medidas ‘militares’ y sometiénolos a ‘leyes excepcionales’”

⁵¹ *Idem*.

amplos setores da direção operária e socialista era a revolução democrático-burguesa, de modo que se varresse da história o “último bastião do absolutismo” e pudessem ser cumpridas as mais básicas tarefas democráticas. Todavia, o desenvolvimento da Rússia era permeado por importantes contradições.

Com efeito, se, por um lado havia um grande atraso econômico e cultural fruto do processo histórico de desenvolvimento econômico russo, por outro, a experiência com países de capitalismo avançado propiciava a imersão da mais avançada tecnologia capitalista no seio desta sociedade. Tanto é assim que, apesar de todo o atraso, a Rússia comportava uma das indústrias mais avançadas do mundo, com grande concentração operária⁵². Tratava-se do que chamou Trotsky, de um desenvolvimento desigual e combinado⁵³, que estaria na base, igualmente, do forte proletariado que possuía aquele País, por um lado, e de sua débil burguesia, por outro, impingindo-lhe à classe operária o destino e o dever de dirigir o processo revolucionário que se avizinhava.

Quando as mulheres entravam em greve em 23 de fevereiro de 1917, dia internacional da mulher, e milhares de outros operários e, operárias as acompanharam nos dias seguintes, produzindo uma importante greve geral, o que estava colocado era, a um só tempo, uma insurreição política contra o czarismo e, econômica contra o capital. Foi o que derrubou o czarismo. Em seu lugar instaurou-se o governo provisório, que na visão de muitos haveria de cumprir as tarefas democráticas da revolução, sob direção da burguesia. A questão, porém, é que aqueles que tinham feito a revolução, as operárias e operários russos, não se deixariam submeter pelas antigas condições de trabalho e despotismo fabril que os sujeitavam à miséria e à fome. Assim é que, mesmo após a revolução de fevereiro, muitos trabalhadores se negaram a voltar ao trabalho até que fossem atendidas todas suas reivindicações, apesar, frisa-se, do

⁵² “(...) os centros fabris gigantescos que davam emprego a mais de mil operários cada um e que nos Estados Unidos somavam 17,8% do efetivo total da população operária, na Rússia representavam 41,4%”. TROTSKY, L. *História da Revolução Russa – Tomo I*. Tradução de Diego de Siqueira. São Paulo, Sundermann, 2007, p. 25.

⁵³ “O desenvolvimento desigual que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas”. TROTSKY, L. op. cit., *ibidem*, p. 21.

chamado do Soviete de Deputados operários convidando os trabalhadores a retornarem aos seus postos de trabalho, de forma a garantir os avanços conquistados até aquele momento⁵⁴.

Muitos daqueles que retornavam ao trabalho, implementavam por suas próprias forças algumas de suas reivindicações, como a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Em muitas fábricas, os patrões haviam abandonado completamente à sua própria sorte a produção. Nesse processo, de forma autônoma ou sob orientação do Soviete de Deputados, Operários e Soldados⁵⁵, implementavam-se os comitês de fábrica, seja como forma de fazer valer seus interesses no interior da fábrica ou de garantir os postos de trabalho e a produção.

Os comitês de fábrica, nesse sentido, se desenvolveram no processo de luta revolucionária como um método eficiente de vigilância e autodefesa contra a sabotagem por parte dos capitalistas. Seriam “órgãos de controle operário da marcha das fábricas e empresas”⁵⁶. Desse modo o proletariado, “sem esperar uma sanção legislativa”, começou a criar seus organismos de poder: “os sovietes de deputados operários, os sindicatos e os comitês de fábrica”⁵⁷.

Somente com a satisfação de suas reivindicações, “em parte sem autorização preliminar e em parte através de acordos separados com diferentes grupos patronais, é que o governo Guckov-Miliukov se viu obrigado a legalizar oficialmente as conquistas revolucionárias”⁵⁸. Este reconhecimento, entretanto, veio como forma de restringir e regular os comitês de fábrica, limitando seus poderes e diminuindo sua importância.

⁵⁴ PANKRATOVA, A. Op. Cit. Uma resolução do Soviete assim resume a declaração, de 5 de março “con el fin de reafirmar las posiciones conquistadas, y en vistas a ulteriores conquistas, el Soviet de los diputados obreros invita a la vuelta al trabajo y a crear, al mismo tiempo e inmediatamente, organizaciones obreras de todo tipo como puntos de apoyo de la futura lucha revolucionaria para la total liquidación del viejo régimen y para los ideales de la clase proletaria. (...)”. p. 21.

⁵⁵ “Segundo Trotsky, o soviete era uma ‘democracia autêntica’, já que não tinha câmara alta e câmara baixa como a maioria das democracias ocidentais, prescindia da burocracia profissional, e, nele, os eleitores tinham o direito de destituir seus representantes a qualquer momento. Tinham suas bases da classe operária das fábricas, e a extensão de seu poder era a de ser simplesmente um governo dos trabalhadores ‘em embrião’ (...) Os conselhos de trabalhadores (sovietes, *Arbeiterate*), politicamente orientados, devem ser distinguidos dos conselhos de fábrica (*Betriebsrate*, conselhos de trabalho) que se ocupavam da administração econômica de fábricas. Os conselhos de fábrica eram vistos principalmente como um instrumento de concretização da ‘democracia industrial’” BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 77-78

⁵⁶ AGUADO, Felipe. *La revolución rusa y el partido bolchevique*. Zero S.A, Bilbao, 1976, p. 42 *apud* PANKRATOVA, A. M., op. cit, *ibidem*, p.6.

⁵⁷ PANKRATOVA, A.M., op. Cit, *ibidem*, p. 24.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 28

Esse foi o conteúdo fundamental da lei de 23 de abril de 1917, que dispôs sobre a não obrigatoriedade da implementação do comitê de fábrica; a necessidade de “acordo recíproco” nas questões mais importantes entre os trabalhadores e a administração; as condições sob as quais os eleitos para o comitê seriam liberados do trabalho; em outras palavras: “a lei destrói na prática as condições do livre desenvolvimento dos Comitês de Fábrica, submetendo-os ao julgo da administração”⁵⁹. Os operários, entretanto, conforme aponta Ana Pankratova, “deram pouca atenção à lei escrita” e criaram seu próprio “estatuto de fábrica”, “ampliando seu marco e definindo os poderes de seus representantes a partir da correlação de forças”⁶⁰.

O estatuto dos Comitês de Fábrica da indústria bélica de petrogrado, por exemplo, foi o primeiro e mais avançados destes estatutos. Estabelecido na primeira conferência de Comitês de Fábrica daquele setor, dispunha que “do comitê de fábrica procedem todas as ordenações referentes ao regulamento interno fixado pela lei (regulamentação do tempo de trabalho, salários, admissões, dispensas, permissões, etc.) com notificação ao diretor da fábrica ou ao da seção”⁶¹. E, ainda, que “o comitê de fábrica tem direito de rechaçar o pessoal administrativo que não seja capaz de assegurar relações normais com os operários”⁶². Apesar das primeiras vitórias da classe trabalhadora após a revolução de fevereiro, houve resistência por parte da burguesia, que voltou à ofensiva contra os comitês de fábrica.

Nesse processo de ofensiva do capital, a fábrica se tornou o *locus* privilegiado desse conflito, notadamente diante da necessidade colocada pela revolução de “organização da economia e do trabalho”. Segundo alegavam as elites dominantes, a redução da jornada de trabalho ia de encontro às necessidades do povo e do exército, notadamente em momento de escassez de produtos. Seriam, portanto, demandas egoístas.

Derrotada essa estratégia de deslegitimação das demandas operárias, a burguesia partiu para o caminho da sabotagem e do *lock out*⁶³. Por consequência, “a conquista do poder por parte do proletariado se converteu no problema central da revolução. Sem essa conquista, as

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 29. Tradução livre do espanhol: “(...) la ley destruye en la práctica las condiciones del libre desarrollo de los Comitês de Fábrica, sometiénolos al yugo de la administración”.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 30. Tradução livre do espanhol: “Del Comité de fábrica proceden todas las ordenanzas referentes al reglamento interno fijado por la ley (reglamentación del tiempo de trabajo, salários, admisiones, despidos, permisos, etc.), con notificación al diretor de la fábrica o de la sección”.

⁶² *Idem*. Tradução livre do espanhol: “El Comité de fábrica tiene derecho a rechazar al personal administrativo que no sea capaz de asegurar relaciones normales con los obreros”.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 39.

reivindicações da classe operária não passariam de papel molhado e sua liberdade careceria de conteúdo real e de significado”⁶⁴. O problema do controle operário sobre a produção e distribuição, portanto, se converteu em problema fundamental para a realização definitiva da revolução. “A luta pelo controle operário levou a classe operária à luta pelo poder dos Sovietes”⁶⁵ asseverou Ana Pankratova.

Nesse sentido, ressaltam-se algumas resoluções extraídas da segunda conferência dos Comitês de Fábrica de Moscou, que teve lugar no início de outubro de 1917, dentre as quais destacam-se as seguintes⁶⁶:

1º Los Soviet de los diputados obreros deben tomar el poder para dar la tierra a los campesinos y a los comités agrícolas, para establecer el control obrero, para liquidar la guerra, para reorganizar la sección de los abastecimientos y convocar la Asamblea Constituyente.

2º Los Soviet deben decretar inmediatamente, por iniciativa propia, que serán satisfechas las reivindicaciones de los obreros de los sectores laborales en que, en el momento actual, se prepara una huelga.

3º Los Soviet deben abrir las fábricas cerradas por el lock-out y hacer abortar todas las veleidades de la burguesía por organizar un complot.

Em 23 de outubro, o “Decreto Revolucionário n. 1” foi publicado pelos órgãos de poder soviéticos, dispondo o seguinte⁶⁷: “Operários e empregados nas fábricas e oficinas daqui por diante seriam empregados e demitidos apenas com o consentimento dos comitês de fábrica”⁶⁸. O Soviete, portanto, passava a funcionar como poder de Estado⁶⁹, cancelando a atuação e intervenção dos comitês de fábrica, ainda com a existência formal do governo provisório. A tomada do Palácio de Inverno durou apenas 24 horas, “das duas horas da madrugada do dia 25 até as duas da madrugada do dia 26”⁷⁰, uma vez que os órgãos de poder já se encontravam concretamente nas mãos do proletariado. Em 26 de outubro, no Soviete de

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 37. Tradução livre do espanhol: “La conquista del poder por parte del proletariado se convirtió en el problema de la revolución. Sin esa conquista, las reivindicaciones de la clase obrera no pasaría de ser papel mojado y su libertad carecería de contenido real y de significado”.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 91.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 89-90.

⁶⁷ TROTSKY, L. História..., op. Cit., *ibidem*, p. 1025.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 1037.

Petrogrado, Trotsky, em nome do Comitê Militar Revolucionário (constituído em 12 de outubro) declarou: “o governo provisório não existe mais”⁷¹.

Agora o poder estava nas mãos do proletariado. Duas semanas depois, em 14 de novembro de 1917, foi publicado o primeiro decreto a respeito do controle operário, dispondo que:

em todas as empresas onde trabalhavam assalariados seria introduzido o controle operário sobre a produção, sobre a compra e venda dos produtos e de matérias-primas, assim como sobre o aspecto financeiro das empresas (...). O controle operário corre por conta de todos os operários de uma empresa determinada no marco de suas instituições eletivas: os comitês de fábrica, de oficinas, os Sovietes de delegados, etc; também os representantes dos empregados e do pessoal técnico formam parte destas instituições⁷².

Para a realização prática desse objetivo, o decreto propunha criar nos locais de trabalho o Soviete de controle operário, com participantes do comitê de fábrica, dos sindicatos, e sob orientação e controle final do Soviete pan-russo do controle operário. O alcance dessa organização foi assim definido.

Os órgãos de controle operário têm o direito de vigiar a produção, de estabelecer o mínimo produtivo de cada empresa, de tomar medidas para fixar os preços de venda; tem o direito de ler a correspondência e os livros contábeis. O segredo comercial fica abolido (...). Todas as leis e circulares que obstaculizem a atividade dos comitês de fábrica e dos demais comitês e soviets de operários e empregados ficam revogados⁷³.

Segundo Ana Pankratova, o decreto não faz mais que refletir o que já existia, e observa, adiante, que “até a revolução de outubro o controle operário não podia ter importância prática e econômica, nem papel criativo”, funcionando mais como método de “autodefesa” ou “consigna de tipo político”, não um “sistema econômico ampliado”⁷⁴. Aponta a autora que as experiências anteriores produziram, de certa forma, até mesmo algum efeito

⁷¹ PANKRATOVA, A.M., op.cit., *ibidem*, p. 97.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 102-103. Tradução livre do espanhol: “(...) en todas las empresas donde trabajaban asalariados se introducía el ‘control obrero sobre la producción, sobre la compra y venta de los productos y de las materias primas, así como sobre el aspecto financiero de las empresas (...)’ El control obrero corre a cargo de todos los obreros de una empresa determinada en el marco de sus instituciones electivas: los Comités de fábrica, de taller, los Soviet de delegados y del personal técnico forman parte de estas instituciones”.

⁷³ *Idem*. Tradução livre do espanhol: “Los órganos del control obrero tienen el derecho de vigilar la producción, de establecer el mínimo productivo de cada empresa, de tomar medidas para fijar los precios de venta; tienen el derecho de leer la correspondencia y los libros contables. El secreto comercial queda abolido (...). Todas las leyes y circulares que obstaculicen la actividad de los Comités de fábrica y de los demás Comités y Soviet de obreros y empleados quedan derogados”.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 104.

negativo, pois, nas oportunidades em que os operários foram obrigados a gerir as empresas abandonadas, “acabavam assumindo muitas vezes o ponto de vista patronal e, esquecendo da utilidade econômica geral, defendiam suas fábricas, ainda que outras fossem mais importantes para o Estado e estivessem melhor equipadas”⁷⁵. Este fato propiciava tendências anarquistas que exigiam que a direção das fábricas passassem ao controle dos comitês de fábrica⁷⁶.

O enfrentamento por parte do capital, todavia, não cessou. Os patrões que tentavam boicotar a produção ou não aceitavam o novo poder operário em suas fábricas, tinham-nas nacionalizadas pelo novo Estado, sem indenização, como medida punitiva⁷⁷. Frise-se, ademais, que o boicote não se dava apenas por parte dos patrões, mas, em muitos casos, pelo próprio pessoal técnico e administrativo, sem os quais não podiam prosseguir⁷⁸. Passava-se, assim, do controle operário à gestão operária, de modo que “as velhas formas de controle operário evoluem; se cristalizam novas formas, mais adequadas à situação econômica e política que exigia a eliminação definitiva do capital como organizador da vida econômica do país”⁷⁹. É assim que o controle operário por meio dos comitês de fábrica, a partir de então e até se alcançar o decreto de 28 de junho de 1918 sobre a nacionalização da totalidade da indústria, vai cedendo lugar aos demais organismos de poder operário, que em seu topo concebia o Soviete da economia nacional, com o dever de organizar a produção como um todo. Nessa nova configuração:

O controle operário se estende não só ao inventário das matérias-primas e de material, à produção, às finanças etc., mas também estabelece os preços de venda e comprova se a empresa trabalha de acordo com os planos elaborados pelo Soviete da economia nacional. No caso em que a atividade não se adeque às tarefas definidas, os órgãos de controle operário comunicam sem demora todas as violações e desacordos ao Soviete regional ou provincial da economia nacional, sem que isso invalide, não obstante, a decisão do conselho de administração. Por sua parte, o Soviete da economia nacional deve adotar urgentemente todas as medidas necessárias para a eliminação das violações detectadas. O controle operário não se refere unicamente ao patrão ou diretor

⁷⁵ *Idem*. Transcreve-se o trecho em espanhol: “Si los patronos abandonaban las empresas y los Comités de fábrica no tenían más remedio que convertirse en patronos, acababan asumiendo muchas veces el punto de vista ‘patronal’ y, olvidando la utilidade económica general, defendían sus fábricas, aunque otras fuesen más importantes para el Estado y estuviesen mejor equipadas”.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ “Los patronos de las fábricas todavía no habían sido definitivamente apartados y las empresas eran consideradas como ‘alquiladas, sin indemnización, en manos de los viejos propietarios’”. *Idem*, *ibidem*, p. 119-120.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 114.

⁷⁹ *Idem*.

da empresa, mas também aos operários, a quem fixa o rendimento laboral; as normas da produção; e disciplina do trabalho. O controle operário assim concebido permite que os operários conheçam a atividade industrial e contribuam para a realização gradual e sistemática da nacionalização por parte dos Sovietes regionais, até a ratificação das medidas tomadas pelo Soviete supremo da economia nacional⁸⁰.

Havia, ainda, a previsão de um comitê de gestão formado da seguinte forma: dois terços indicados pelo soviete regional ou supremo da economia nacional e um terço eleito entre os operários organizados sindicalmente da empresa⁸¹. Em quaisquer dos casos, um terço do total deveria ser de especialistas ou empregados técnicos e administrativos⁸².

Como pode se observar, trata-se de uma das mais avançadas experiências de controle operário durante a história do movimento operário mundial. Importante notar que, antes de uma demanda ou uma consigna política, o controle operário nos locais de trabalho se expressou como necessidade prática e realidade face às sabotagens, *lock-outs* e demais arbitrariedades do capital, mesmo antes de 1917. Tratava-se de defender os empregos e garantir a vitória de suas reivindicações.

Portanto, se deveria se constituir apenas enquanto uma forma transitória de poder no interior da fábrica até que se constituísse um órgão centralizado de poder operário é uma reflexão importante, notadamente diante da posterior burocratização do Estado operário e a ascensão estalinista. Entretanto, não cumpre aqui explorar os potenciais desta forma de poder dos trabalhadores e o por quê de sua dissolução após outubro de 1917; de sua transcendência a outros órgãos de poder operário; ou ainda a respeito da decisão política de se implementar um processo de trabalho centralizado por um homem só por fábrica. Alguns autores

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 121. Tradução livre do espanhol: “El control obrero se extiende no sólo al inventario de las materias primas y del material, a la producción, a las finanzas, etc., sino que establece también los precios de venta y comprueba se la empresa trabaja de acuerdo con los planes elaborados por los Soviet de la economía nacional. En el caso en que la actividad no se adecue a last areas definidas, los órganos del control obrero comunican sin demora todas las violaciones y los desacuerdos al Soviet regional o provincial de la economía nacional, sin que ello invalide, no obstante, la decision del consejo de administración. Por su parte, el Soviet de la economía nacional debe adoptar urgentemente todas las medidas necesarias para la eliminación de las violaciones detectadas. El control obrero no se refiere únicamente al patron o director de la emrpesa, sino también a los obreros, a quienes fija el rendimiento laboral, las normas de la producción y la disciplina del trabajo. El control obrero así concebido permite que los obreros conozcan la actividad industrial y contribuye a la realización de las medidas tomadas por el Soviet supremo de la economía nacional”.

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 122.

⁸² *Idem*.

(KOLLONTAI, A; BRITON, M.)⁸³ levantam estes questionamentos na análise da revolução russa e dos comitês de fábrica e sua posterior burocratização. Há, segundo alegam, nessa superação dos comitês de fábrica e a transferência do poder ao Soviete da economia nacional a falência de uma possível nova forma política pela qual poderia se expressar o autogoverno dos produtores, o que não se mostrou possível a partir das novas técnicas de produção e organização do trabalho implementadas e a consequente burocratização do Estado operário.

1.5. O movimento de ocupações de fábricas em Turim, Itália, de 1919 a 1920.

O desenvolvimento do capitalismo não significou a superação das contradições que lhe são inerentes, notadamente entre as potencialidades das forças produtivas e a situação de miséria a que as relações de produção capitalista condenam a maioria. A ideia de que o capitalismo evoluiria pacificamente proporcionando a todos uma vida digna e próspera foi desconstruída pela realidade. O capitalismo monopolista, ao contrário de superar as contradições, as potencializou, e o alvorecer do século XX seria o palco de crises, guerras e revoluções que marcariam essa nova fase capitalista profundamente.

A primeira guerra mundial e a primeira revolução operária da História foram o pano de fundo mais geral no qual se desenvolveram as lutas em Turim, na Itália, nos anos de 1919-1920. A desorganização da produção ou a incapacidade da burguesia em dirigi-la, somadas à situação de miséria da classe trabalhadora provenientes, sobretudo, do aprofundamento da crise social e econômica a que deu causa a guerra imperialista de 1914-1918, fez surgir “grandes conflitos de classe e inúmeras revoltas populares”⁸⁴, que estariam na base da consolidação de um novo instrumento de luta dos trabalhadores no interior das fábricas: os conselhos operários ou comissões de fábrica.

No caso da Itália, essa experiência se desenvolveu com mais vigor em Turim, cidade com grande concentração operária, notadamente metalúrgica e que ficou conhecida como Torino Rossa (Turim vermelha). Foi em Turim, igualmente, onde em fevereiro de 1919 surge

⁸³ KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária 1920-1921*. 2ª Edição. Porto: afrontamento, 1977; BRITON, Maurice. *The bolsheviks & workers' control: 1917-1921 the state and counter-revolution*. London: 1970.

⁸⁴ ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. *O que são comissões de fábrica*. 2 Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59. “(...) entre 1919 e 1920, ocorreram 3544 greves na indústria e 397 greves na agricultura. O partido Socialista chegou a ter mais de 200 mil inscritos e os sindicatos de classe mais de 2 milhões e 300 mil membros” *idem, ibidem*, p. 60.

o semanário *L'Ordine Nuovo*, editado por Antonio Gramsci, Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini⁸⁵, que cumpriu o papel de suporte ideológico desse movimento.

Em verdade, a representação no interior das fábricas por parte dos trabalhadores já era conhecida dos italianos desde o início do Século XX. Conforme aponta Ricardo Antunes, já entre 1905 e 1906 há a primeira aparição das comissões internas, “por iniciativa dos operários metalúrgicos”⁸⁶. Segundo o autor, nesse período as comissões representavam um “movimento pequeno, espontâneo e desarticulado com o restante das organizações de trabalhadores na Itália”⁸⁷. Tratava-se de organismos sindicais cuja função era “reivindicar os direitos legais dos assalariados contra qualquer arbítrio do patrão”⁸⁸, levantando questões como a “aplicação das tarifas por peça produzida, medidas disciplinares de horário e qualificação”⁸⁹ ao interior da fábrica. Porém, como observa, estes organismos eram meramente tolerados à época, inexistindo um reconhecimento formal por parte do Estado quanto a sua estruturação e atuação⁹⁰.

Com a deflagração da primeira guerra mundial, os empresários passam a se utilizar das comissões internas como forma de obter aumento na produtividade, buscando transformá-las em órgãos de colaboração de classe entre capital e trabalho⁹¹. À época, as então chamadas comissões internas (*comissioni interne*) teriam, portanto, um “caráter participativo na gestão da empresa”. Seu papel precípua era garantir a “implementação dos acordos nacionais e regionais, bem como que as resoluções das disputas de chão de fábrica fossem levadas a cabo”.

Após a guerra, entretanto, os conflitos se acirram, transformando esses organismos no pólo central da disputa pelo poder nas relações de trabalho. De fato, discutia-se na prática e teoria do movimento operário italiano qual o papel deveriam cumprir as comissões internas, sua composição e sua abrangência. Isto, pois, os membros das comissões internas eram eleitos, à época, a partir de candidatos indicados e filiados aos sindicatos oficiais, “sem debate ou

⁸⁵ GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.7.

⁸⁶ ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. Op. Cit, *ibidem*, p. 60.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 61.

⁹¹ *Idem*.

interação entre os candidatos”⁹², o que indicava que estes órgãos se pautavam pelas demandas sindicais, apresentando-se mais como apêndice do sindicato oficial que representante dos trabalhadores como um todo.

A respeito dessa discussão, Gramsci aponta as comissões internas enquanto “órgãos de democracia operária”⁹³, que deveriam ser “libertados das limitações impostas pelos empresários”⁹⁴. E continua: “As comissões internas limitam hoje o poder dos capitalistas na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e disciplina”. Concluindo, afirma: “Desenvolvidas e ampliadas, deverão ser amanhã órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis, de direção e de administração”⁹⁵. Vislumbra-se, pois, o embrião do poder operário, em clara referência aos organismos soviéticos (soviets) que estiveram na base da vitoriosa revolução russa.

Para tanto, tratava-se de ampliar as bases das comissões internas, quanto às suas possibilidades de representação e atuação. Nesse sentido, proposta formulada pelo *L’Ordine Nuovo* colocava que “1) todos os operários sem distinção são eleitores; 2) a organização operária deve articular-se com base nas unidades de produção (equipes, seções, fábrica). Esta organização de base seria o comitê executivo da fábrica, composto por delegados ou comissários eleitos nas várias seções e por toda a massa operária”⁹⁶.

De fato, havia que se separar a representação e atuação sindicais da organização no interior das fábricas por meio das comissões internas e conselhos operários. Para além da própria natureza do Sindicato, que não seria comunista, mas de “concorrência”, muitos de seus líderes ainda tinham em perspectiva a atuação colaboracionista do período antecedente. Sobre os sindicatos, Gramsci assim enfrenta a questão:

Neste período, em que os indivíduos valem desde que sejam proprietários de mercadoria e comerciem sua propriedade, também os operários tiveram que obedecer às leis férreas da necessidade geral e tornaram-se comerciantes da sua única propriedade, a força de trabalho e a inteligência profissional. Mais expostos aos riscos da concorrência, os operários acumularam sua propriedade em ‘firmas’ sempre maiores e compreensivas, criaram enormes aparatos de

⁹² PAOLA, Pietro Di. *Factory Councils in Turin, 1919-1920*, in: *Ours to master and to own: worker’s control from the commune to the presente*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2011, p. 132.

⁹³ GRAMSCI, Antônio. *Democracia Operária*. Artigo publicado em 21 de junho de 1919 in: *Conselhos Operários*. op. Cit., *ibidem*, p. 35.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. Op. Cit, *ibidem*, p. 66.

concentração de esforço físico, impuseram preços e horários, e disciplinaram o mercado. Mandaram vir de fora ou escolheram do próprio ambiente um grupo administrativo de confiança, especializado nesse gênero de especulações, capaz de dominar as condições do mercado, capaz de estimular contratos, de avaliar os riscos comerciais, de iniciar operações economicamente úteis. A natureza essencial do Sindicato é de concorrência, não é comunista. O Sindicato não pode servir como instrumento de renovação radical da sociedade (...) ⁹⁷

Para Gramsci, a “nova forma política então encontrada”, conforme aludia Marx a respeito da Comuna de Paris, estaria nos conselhos de fábrica: o embrião do novo poder operário, o embrião do Sovietes – que seriam, por sua vez, a nova forma política de poder dos trabalhadores.

A ditadura proletária pode se encarnar em um tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O Conselho de Fábrica é a principal célula desta organização. Desde que no Conselho estão representados todos os ramos do trabalho, proporcionalmente à contribuição que cada profissão e cada ramo de trabalho dá à elaboração do objeto que a fábrica produz para a coletividade, a instituição é de classe, é social. Sua razão de ser está no trabalho, está na produção industrial – isto é, em um fato permanente e não do salário, na divisão das classes, ou seja, em um fato transitório e que, justamente, se quer superar ⁹⁸.

O desenvolvimento das comissões internas e o aumento do conflito nos locais de trabalho acompanhavam os debates teóricos e se agravavam a cada dia. No final de outubro de 1919, “o novo sistema de eleição à base dos Conselhos já era exercido por 30 000 metalúrgicos que na primavera de 1920 atingiram a casa dos 150 000 em Turim” ⁹⁹. A eficácia desta organização pode ser ilustrada por dois eventos significativos, a “suspensão do trabalho de 16 mil trabalhadores, dispersos em 42 repartições da Fiat, organizada em apenas 5 minutos” ¹⁰⁰, e uma organização de uma manifestação de rua, que organizou 120 mil operários, em apenas uma hora ¹⁰¹. Segundo os próprios industriais organizados na Confederação das Indústrias, o “conselho operário foi considerado a célula fundamental da sociedade comunista” ¹⁰², pois, diferentemente das comissões internas, “tendiam a exercitar na fábrica, em contraposição ou independentemente da direção desta, um poder próprio, não sujeito às

⁹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Sindicatos e Conselhos*. Artigo publicado em 11 de outubro de 1919, in: *Conselhos operários*. op. Cit., *ibidem*, p. 41.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 42.

⁹⁹ ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. Op. Cit, *ibidem*, p. 66.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.68-69.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 69.

¹⁰² *Idem*.

autoridades empresariais”¹⁰³. Evidente, nesse sentido, que os empresários não permaneceriam silentes em face aos avanços dos operários, notadamente após a vitória quanto a jornada de oito horas diárias, arrancada do patronato, primeiramente, pelos metalúrgicos e, posteriormente, estendida às demais categorias.

Diante da recusa do patronato em adotar o regime de horas legais no interior das fábricas o proletariado de Turim se insurgiu com uma importante greve geral em abril de 1920. Em resposta, os industriais fecharam as fábricas por tempo indeterminado (*lock out*). Esse movimento dos trabalhadores, todavia, foi derrotado diante de seu isolamento¹⁰⁴. Ao cabo, o patronato demitiu operários, representantes das comissões e conselhos e restringiu a participação dos trabalhadores no interior das fábricas. Porém, as contradições se agudizavam, e em agosto de 1920, diante do aumento das tensões em virtude da ruptura de um acordo de aumento salarial, a indústria Alfa-Romeo em Milão proclamou *lock out*, pelo que os trabalhadores responderam com a invasão da fábrica¹⁰⁵. O movimento se alastrou e a Confederação das indústrias determinou o fechamento de todas as fábricas da Itália. Diante desse fato, o movimento de ocupação de fábricas se espalhou, procedendo os trabalhadores à antecipação em alguns casos, ou seja, tomando as fábricas antes que fossem fechadas e produzindo sob seu controle e gestão. Esse movimento tendeu a um caráter insurrecional. Todavia, as direções do movimento operário não conseguiram contribuir para um apoio político efetivo às ocupações de fábrica, restringindo seus pleitos aos meramente econômicos já então levantados.

Nesse sentido, a repressão física aos trabalhadores derrotou mais esse levante dos operários, com consequências importantes para o cenário italiano. Entre 1921 e 1922, “31 000 operários encontravam-se desempregados somente em Turim, além de que os conselhos de fábrica e comissões internas foram abolidas, pela força da repressão”. Diante das posições adotadas pelo Partido Socialista Italiano (PSI), as frações comunista lideradas por Gramsci e Bordiga deste partido rompem e, em janeiro de 1921, fundam o Partido Comunista Italiano (PCI), sob direção geral de Bordiga.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ Importa notar que no período o PSI que tinha congresso marcado para abril de 1920 em Turim, o transferiu para Milão. *Idem, ibidem*, p. 73.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 74.

Como se observa, o controle operário experimentado na Itália nos anos de ascenso operário de 1919-1920 se traduziram, teoricamente, em importantes formulações a respeito do tema. A dualidade de poderes no interior da fábrica apresentou um limite bastante claro. A partir do momento em que os trabalhadores deixaram de ser meros colaboradores dos patrões e, no âmbito da produção, passaram a questionar o seu papel e sua função social, reivindicando mais poderes, o conflito chegou ao limite da interrupção da atividade patronal por meio do *lock out*. Sem alternativa, os patrões fecharam suas fábricas.

Como resposta, os trabalhadores passaram à autogestão da produção, após a ocupação das fábricas. Todavia, a gerência e administração da produção num meio dominado pelas relações de produção capitalistas não se manteve por muito tempo, ainda mais em momento de acentuada luta de classes e no qual não havia, por parte do movimento operário mais geral uma direção clara quanto à tomada do poder político pelo proletariado. Sobre as contradições que enfrentou o movimento operário italiano, Ricardo Antunes, citando G. Lukács, faz importantes considerações a respeito, que ora se reproduz:

a atual complicadíssima situação italiana, não é produto de relações ou circunstâncias particulares, senão a consequência necessária da tática puramente sindicalista seguida na luta... É verdade também que eles demonstraram com extraordinária disciplina e maturidade que podem não somente produzir sem capitalistas senão até aumentar a produção. Porém, o problema de fundo diante do qual o movimento operário encontrava-se nesta fase decisiva, era este: como sair de novo das fábricas ocupadas? – O maior, o mais funesto erro do sindicalismo consiste em localizar a contradição de trabalho e exploração, sobre o terreno imediato de exploração mesma, na fábrica, concebendo assim a luta operária como dirigida somente contra os capitalistas e não contra o estado do capital... Deve agora ficar clara para todo marxista que o ponto de diferenciação entre o reformismo e a revolução está justamente no reconhecimento do passo decisivo do Estado capitalista. Somente um partido político conscientemente revolucionário pode superar efetivamente o sindicalismo e levar a revolução à vitória¹⁰⁶.

É bem verdade, entretanto, que na Rússia, onde havia o partido político conscientemente revolucionário e, onde se superou o sindicalismo, os comitês de fábrica não se sustentaram, nem se desenvolveram enquanto embriões na nova “forma política então descoberta” por meio da qual os trabalhadores exerceriam seu poder. Portanto, se por um lado de fato faltou uma direção revolucionária para romper o isolacionismo dos operários de Turim e erguer verdadeiros Sovietes por toda a Itália, por outro, não me parece que este seria o único

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 78.

empecilho para a vitória da revolução, notadamente se considerarmos esta última como a superação das relações de produção capitalistas.

Interessante notar nesse processo de ocupações de fábrica a teorização de Gramsci a respeito das relações que devem se estabelecer entre conselhos de fábrica e organizações sindicais, notadamente tendo em vista a natureza econômica de concorrência desta última. O controle operário emana da organização do movimento operário em um outro patamar de anseios e reivindicação política e econômica. Não se trata, aqui, de buscar melhores salários ou melhores condições de trabalho por meio do acordo coletivo. O que se coloca é o total controle do processo produtivo e das relações de trabalho, com a ocupação do estabelecimento e sua gestão sob controle operário. Embora enxergasse as contradições desse processo, Gramsci apontou nele um embrião de uma nova organização operária, com vistas à superação do modo de produção capitalista.

1.6. Elementos de controle operário na Iugoslávia: a experiência da autogestão.

Embora os princípios da autogestão possam ter raízes em processos anteriores, é bem verdade que o termo autogestão surge com a experiência iugoslava. Segundo Guillerm e Bourdet, citado por Keila Carvalho, o termo surge como tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo*, equivalente eslavo do prefixo grego “auto”; e *upravlje*, equivalente à “gestão”), introduzida nos dicionários franceses na década de 1960 exatamente para designar as experiências em curso na Iugoslávia¹⁰⁷. Tratava-se de um retorno ao marxismo autêntico, nos termos da experiência da Comuna de Paris, no qual o proletariado deveria se apropriar dos meios de produção em bases democráticas. Uma forma, também, de se diferenciarem da União Soviética, com quem cortaram relações em 1948.

De todo modo, é bem verdade que essa experiência de autogestão na Iugoslávia começa a ser vivenciada logo após a libertação do País da ocupação nazista pelo movimento dos *Partisans*.

¹⁰⁷ GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 *apud* CARVALHO, Kélia Lúcio. *A experiência autogestionária da Iugoslávia*. Revista CEMOP, n. 2, outubro de 2011, p. 51.

Os *Partisans* representavam um movimento de resistência por meio da guerrilha, organizado pelo Partido Comunista e liderado por Josip Broz Tito, que combinava o apelo popular pela libertação nacional com chamados para reforma social. Por se tratar do único movimento capaz de romper as limitações étnicas e culturais que cortava o País, chegou ao final da guerra com um verdadeiro exército, com cerca de 80 000 homens e mulheres armados¹⁰⁸.

Em 1943 os *Partisans* proclamaram nas montanhas do interior do País a Iugoslávia socialista, assumindo o poder nacional, entretanto, somente após o fim da segunda grande guerra e a expulsão definitiva dos nazistas em 1945. Nesse período, “a economia foi nacionalizada com base em um novo Estado identificado como ‘socialismo administrativo’”¹⁰⁹, com suas bases descritas na Constituição da República Popular Federativa da Iugoslávia de janeiro de 1945, que “legalizou as transformações revolucionárias em curso”¹¹⁰. Os meios de produção passam à propriedade do Estado.

Todavia, após a ruptura diplomática da Iugoslávia com a União Soviética em 1948, e a necessidade dos comunistas iugoslavos em afirmar a legitimidade da revolução dos *partisans*, diferenciando-se dos estalinistas, até mesmo como forma de estabelecer relações comerciais internacionais com outros países, “iniciou-se uma política de impulsionar a criação de conselhos operários em 1949, idealizada por Kardelj, através dos sindicatos”¹¹¹, Conforme aponta Drulovic, citado por Carvalho,

Entre as competências destes primeiros conselhos operários, que existiam apenas no papel, dava-se nomeadamente relevo ao seguinte: a elaboração dos planos das empresas, o direito de propor medidas para promover a produção, a produtividade e a qualidade, reduzir as despesas de produção, melhorar a formação dos quadros e reforçar a disciplina do trabalho, bem como o direito de apresentar propostas relativas às normas e à classificação dos postos de trabalho¹¹².

Desenvolvia-se nesse momento a crítica à organização econômica e à concepção de Estado estalinista¹¹³. Chegaram, pois, a conclusão de que a propriedade por meio do Estado

¹⁰⁸ MUSIC, Goran. Yugoslavia. *Workers' self-management as State paradigm*, in: *Ours to master and to own: workers' control from the commune to the presente*. op. Cit., *ibidem*, p. 173.

¹⁰⁹ DRULOVIC, M. *A autogestão à prova*. Lisboa: Seara Nova, 1973, *apud* CARVALHO, Kélia Lúcio, op., cit., *ibidem*, p. 57.

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ MUSIC, Goran., op., cit., *Idem*.

dos meios de produção tratava-se da forma mais rudimentar de propriedade social e que, se não fosse ultrapassada rapidamente após a revolução, poderia levar inevitavelmente ao controle central pela burocracia estatal da mais-valia produzida e, portanto, a estabelecer o capitalismo de Estado¹¹⁴.

Decentralization of state power on the macro level and the abolition of hierarchical organization inside the single enterprises were identified as two main measures for preventing the Soviet mistakes and reviving the process of the ‘withering away of the state’, as had been envisioned by Marxists prior to Stalinist revisionism¹¹⁵.

Em junho de 1950 foi publicada uma lei que conferia soberania aos conselhos operários em cada fábrica, criados em 1949. Esses conselhos deveriam se reunir uma vez por mês, e elegeriam a camada administrativa da fábrica, com mandato de um ano, permitida apenas uma recondução. Para que não se distanciassem da base, três quartos destes membros deveriam ser compostos de trabalhadores manuais, ou do chão de fábrica¹¹⁶. O diretor da empresa seria nomeado pelo Partido, mas deveria ser aprovado pelos conselhos operários respectivos¹¹⁷.

Tratava-se de expandir as instâncias democráticas, por um lado, permitindo aos iugoslavos reivindicar sua própria via socialista e, por outro, permitir uma aproximação com a Europa ocidental, de forma a possibilitar a confecção de acordos comerciais, empréstimos e investimentos internacionais¹¹⁸. Alguns autores, entretanto, como Andrew Pienkos, apontam estas medidas de implementação da autogestão nas empresas como uma forma de manipular a classe operária e permitir um aumento na produção por meios não coercitivos, enquanto outros, como Sharon Zukin, viam ali uma forma de quebrar a militância sindicalista em meio a escassez de postos de trabalho¹¹⁹.

O fato é que esta tendência a liberalização e autonomia dos conselhos operários nos locais de trabalho deram ensejo a uma concepção distorcida do processo econômico, propiciando desvios individualistas em detrimento das necessidades do país como um todo, de modo que esta “tendência em ver os conselhos operários mais como ‘empresários coletivos’

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 174.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 175.

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 176.

que órgãos de controle operário sobre a administração levou Sharon Zukin a compará-los aos encontros dos acionistas das corporações capitalistas”¹²⁰. Com efeito, o Congresso dos Conselhos Operários em 1957 resultou em demandas pela redução dos impostos e taxas, fim da regulação estatal, e maior autonomia para as empresas e decisões de investimento¹²¹.

A tentativa de integrar os conselhos operários às instancias estatais, como havia sido vislumbrado com o Conselho dos Produtores em 1953, foi abandonada, implementando-se oficialmente uma linha política e econômica conhecida como “socialismo de mercado”. Nesse sentido, a autonomia das empresas aumentou significativamente, com a redução dos impostos estatais de 60 por cento para apenas 30 por cento da renda das empresas autogestionárias, o que permitiu aos conselhos operários optar entre acumular ou consumir o excedente¹²².

Estas reformas e a maior liberalização também aumentaram as desigualdades regionais, fazendo ressurgir as demandas nacionalistas do pré-guerra que o movimento dos *Partisans* havia superado. No início da economia planificada, as diferenças salariais eram na razão de 1:3.5, enquanto em 1967, já atingiam a razão de 1:20, sem falar no aumento do desemprego, que em 1965 já atingia a marca dos 8.8%¹²³.

Interessante notar que estas medidas também implicaram uma profunda transformação na forma de autogestão das empresas, com o aumento do poder do diretor e do setor administrativo, em detrimento dos trabalhadores de chão de fábrica, de forma a se adaptarem às leis do mercado e garantirem um maior lucro e aumento nos salários. Esse quadro apenas se agravou, notadamente com a gradual transferência do poder político das instâncias produtivas para a identidade étnica, o que se mostrava claro, igualmente, com o desenvolvimento desigual das regiões do País.

Nesse contexto, a autogestão e o controle dos trabalhadores nos locais de trabalho não lograram espaço face a constante liberalização do mercado, entrada de capital internacional, crescente dívida pública que, em 1980 se mostrava insustentável, bem como o aumento exponencial do nacionalismo das repúblicas. Por seu lado, a economia capitalista global exigia

¹²⁰ *Idem, ibidem*, 178

¹²¹ *Idem.*

¹²² *Idem, ibidem*, p. 182.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 183.

a reestruturação dos mercados e a modernização das fábricas, onde não haveria espaço para a autogestão dos trabalhadores.

Analisando a experiência Iugoslava e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, Mandel verifica uma polarização entre a experiência soviética e a iugoslava. A primeira conferindo uma ampla autonomia, ligada a uma liberdade de mercado e a última centralizando administrativamente todas as decisões estratégicas:

Ambas procuram limitar as variações possíveis de gestão das empresas no dilema: ou uma ampla autonomia das empresas e o julgamento de seu desempenho por um critério universal, de retorno financeiro (lucro) através do mercado, ou a centralização administrativa das decisões estratégicas, o que implica a impossibilidade da autogestão operária¹²⁴.

No caso iugoslavo, Mandel demonstra, conforme desenvolve Kélia Carvalho, “que a autogestão limitada no nível da empresa esteve acompanhada por um florescimento da economia de mercado, sob o pretexto de proteger o trabalhador contra a ‘centralização’”. Irônica e tragicamente, a proteção contra a centralização resultou tanto no aumento da desigualdade social quanto no poder de força da burocracia¹²⁵, de forma que “não é o mercado quem pode garantir a precaução contra a centralização e a burocracia, mas sim a democratização das instituições”¹²⁶.

Como forma de resolver esse impasse, o autor propõe “a instauração de um congresso nacional de conselhos operários – os sovietes – que, reunindo-se permanentemente à luz da democracia operária poderia servir mais eficazmente como um meio de luta contra a burocracia, bandeira que o sistema iugoslavo levantou desde seu rompimento com o stalinismo”¹²⁷. Desta forma, a proposta de planificação democrática “se contrapõe tanto ao sistema autogestionário da Iugoslávia quanto à centralização burocrática da URSS”¹²⁸.

Assim, mais essa experiência ao cabo foi derrotada ao não conseguir fortalecer os organismos de democracia operária em um contexto de “socialismo de mercado”. O processo de desenvolvimento econômico desigual e a crescente desigualdade social consequente, fruto

¹²⁴ MANDEL, E. *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*. Paris: François Maspero, V.1, 1973 *apud* CARVALHO, Kélia Lúcio. *A experiência autogestionária da Iugoslávia*. Revista CEMOP, n. 2, outubro de 2011, p. 59.

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ *Idem.*

da completa liberalização econômica e das relações com o mercado capitalista internacional foram cruciais para a derrota do poder operário nos locais de trabalho e, no caso, do poder político do Estado, impossibilitando assim uma transição ao socialismo. De qualquer forma, esta experiência representou a primeira tentativa de se regulamentar a autogestão de um ponto de vista institucional e geral a todos os locais de trabalho.

1.7. Os cordões industriais chilenos e o poder popular.

As eleições de 1969 marcam um deslocamento à esquerda no espectro político do Chile, fruto do “fracasso das alternativas menos radicais para resolver os problemas econômicos e sociais crônicos da nação – a ‘estagflação (estagnação econômica com inflação); a ‘dependência’ do capital estrangeiro, da tecnologia e dos empreendimentos; e a ‘marginalidade’, um problema que a maioria dos chilenos identificava com a onda de migrantes rurais que transformou os sem-teto suburbanos em *poblaciones* faveladas sem lares ou empregos decentes”¹²⁹. A vitória de Salvador Allende (Unidade Popular¹³⁰), após ter sido derrotado por três eleições seguidas, expressou esse cenário, muito embora tenha sido eleito com 36,3% dos votos, contra 34,9% de Alessandri (Partido Nacional¹³¹) e 27,8% de Tomic (Partido Democrata-Cristão¹³²)¹³³, o que representava um resultado fraco do ponto de vista das propostas de se construir um caminho democrático para um socialismo democrático, notadamente se se considerar que a Unidade Popular também era “minoridade no congresso e não podia aprovar leis sem a aprovação de seus oponentes de centro-direita”¹³⁴.

O programa da Unidade Popular consistia basicamente em quatro mudanças estruturais: “a recuperação das ‘riquezas [minerais] básicas’ do país, particularmente das minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas”¹³⁵. A primeira medida consistiu

¹²⁹ WINN, Peter. *A revolução chilena*. Tradução: Magda Lopes, São Paulo, Editora UNESP, 2010, p. 59.

¹³⁰ A Unidade Popular era um organismo de frente única formada para concorrer às eleições de 1970, que englobava diversos partidos de esquerda, tais como Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Radical, Partido Social Democrata, e o Movimento de Ação Popular Unitária – MAPU.

¹³¹ Partido de direita.

¹³² Partido de centro-direita.

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 69.

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 75.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 78.

na nacionalização das minas de cobre, demanda exatamente popular no Chile em 1970 e que não teve resistência no Congresso, sendo certo que em 11 de julho de 1971 foi ratificada por unanimidade a emenda constitucional enviada por Allende, sob a Lei 17.450 que a instrumentalizou¹³⁶. Nessa linha, ao final de um ano de mandato, Allende já havia adquirido as minas de carvão, a mina de ferro Bethlehem Steel e a única siderúrgica do país, bem como nacionalizado as minas de nitrato de propriedade dos Estados Unidos¹³⁷.

No que se refere à nacionalização dos bancos, Allende sabia que não conseguiria a maioria do Congresso, motivo pelo qual buscou utilizar-se dos “mecanismos do mercado financeiro contra ele próprio”. Tratava-se de fazer uma oferta pública de aquisição de ações acima do valor de mercado aos bancos privados. Apesar da resistência da elite chilena, muitos aceitaram vender suas ações com medo do socialismo¹³⁸. “Um ano após a posse de Allende, ele podia afirmar que seu governo controlava 90% do setor bancário do país”¹³⁹.

No tocante à terceira mudança estrutural proposta pela Unidade Popular, a reforma agrária, Allende sabia que não conseguiria, igualmente, a aprovação do Congresso para uma nova lei, motivo pelo qual se utilizou da Lei de 1967 iniciada pelo governo dos democratas-cristãos, mas não implementada efetivamente¹⁴⁰.

Tratava-se de uma reforma gradual que buscava expropriar o latifúndio ao longo dos seis anos de governo e conferir aos camponeses que ali trabalham o direito de produzirem, desde que sob a forma de cooperativas agrícolas¹⁴¹. As demandas sociais e a luta de classes, entretanto, o forçaram a concluí-la em dezoito meses.

A quarta mudança estrutural, a socialização dos grandes monopólios produtivos, foi encaminhada, do ponto de vista da institucionalidade, pela criação das chamadas Áreas de Propriedade Social e Mista (APS), dirigidas pela Corporação para o Fomento da Produção (CORFO – empresa estatal)¹⁴². Algumas empresas estratégicas passaram à propriedade do Estado, enquanto em outras vigorou uma espécie de parceria público-privada¹⁴³. Como

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 79.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 81

¹³⁹ *Idem*.

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 82.

¹⁴² *Idem, ibidem*, p. 83

¹⁴³ *Idem*.

observa Peter Winn, “todas teriam participação do trabalhador em sua administração e administradores do governo para garantir fossem dirigidas a favor do interesse público, não para maximizar lucros privados”¹⁴⁴. Tanto aqui como no sistema bancário, Allende buscou comprar as ações destas empresas e, naquelas que se recusavam, utilizou um mecanismo legal datado de 1930 para a intervenção nas empresas, como forma de forçá-los a vender as ações¹⁴⁵. Evidente que essas ações seriam contestadas do ponto de vista de sua legalidade, apontando a oposição no Congresso para a ilegalidade do governo Allende.

Essa “revolução vinda de cima” (conjunto de medidas tomadas pelo governo da UP nos marcos da legalidade), entretanto, era contrastada por uma verdadeira “revolução vinda de baixo” (nem sempre legalista e já anterior à própria eleição de Allende), que se expressava na organização da classe trabalhadora, dos moradores de periferia (*pobladores*), dos camponeses e dos próprios povos originários Mapuche, com métodos cada vez mais radicais de luta e enfrentamento, notadamente as *tomas*, ou ocupações de terrenos ou fábricas.

As ocupações começaram a aumentar com o fracasso do programa habitacional de Frei de entregar as prometidas 240 mil unidades habitacionais para pessoas de baixa renda. Aceleraram durante as campanhas eleitorais de 1969 e 1970, e deram um salto quantitativo depois da posse de Allende. Durante 1969 e 1970 houve mais de trezentas ocupações em Santiago, e no final de 1971 havia 275 *campamentos* – com cerca de meio milhão de pessoas (um sexto da população chilena) vivendo em alojamentos temporários tipo barracas ou em barracos construídos por elas próprias – na área metropolitana da Grande Santiago, resultado das *tomas* da era Allende¹⁴⁶.

Na perspectiva dos trabalhadores da indústria começam a se formar os chamados cordões industriais, que se traduziram na prática em verdadeiros órgãos de controle operário, ou, como costumava-se dizer à época, de poder popular. Em um primeiro momento, esses trabalhadores se organizavam contra o despotismo e autoritarismo fabril, bem como por melhores condições de trabalho e liberdade de organização sindical. Diante da recusa de muitos empregadores, ou como forma de defender a unidade produtiva contra boicotes perpetrados pela elite industrial chilena, esses trabalhadores entravam em greve ou tomavam as fábricas reivindicando que o governo declarasse a fábrica como de propriedade social (APS), passando ao Estado a propriedade e aos trabalhadores o controle da produção.

¹⁴⁴ *Idem.*

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 91-92.

Embora a regulamentação da Área de Propriedade Social abarcasse apenas empresas com capital social maior que um milhão de dólares, o que se traduzia em 91 empresas¹⁴⁷, em “meados de 1973, mais de quinhentas empresas estavam nas mãos de seus trabalhadores”¹⁴⁸. “O escopo, a velocidade e o ritmo de tais ocupações de fábricas obrigaram o governo Allende (a revolução vinda de cima) a abandonar sua estratégia cuidadosamente controlada e paulatina de mudança estrutural – e enfrentar um capitalismo chileno e internacional unido, consciente de que estava em jogo a continuação da sua existência no Chile”¹⁴⁹. Interessante notar como esses cordões industriais se inter-relacionavam com os movimentos populares, conforme se extrai deste trecho a respeito da escassez de lençóis na capital Santiago:

A fábrica têxtil Yarur, localizada em Santiago, produzia a maioria dos lençóis fabricados no Chile e tinha orgulho da sua produção aumentada sob controle dos trabalhadores. Entretanto, em meados de 1972, não se conseguia encontrar lençóis nos mercados e lojas da capital do país. Segundo o gerente de vendas da ex-Yarur, Francisco Navarro, a explicação para esse paradoxo era que, pela primeira vez na história da fábrica, eles estavam tendo grandes pedidos de lençóis das áreas rurais. Os trabalhadores da indústria têxtil, reunindo-se em Assembleia Geral – o mais elevado corpo de tomada de decisões em um sistema altamente democrático de coadministração com os trabalhadores – votaram a favor de um sistema de ‘distribuição socialista’, em que aqueles que tiveram menos acesso a um produto no passado teriam prioridade agora¹⁵⁰.

A coadministração a que se refere o texto diz respeito ao administrador do governo que era designado para cada fábrica declarada como Área de Propriedade Social e que deveria administrar em conjunto com os operários. O órgão máximo de deliberação, de qualquer forma, eram as assembleias gerais. Na ex-Yarur, as “seções de trabalho elegeram um Comitê de Produção com o qual os supervisores tinham de negociar e se reunir em assembleia de trabalhadores, a autoridade final no corpo da fábrica”¹⁵¹. Continuando, cada “setor de trabalho também escolhia um membro de seu Comitê de Produção para representar o setor no Comitê de Coordenação de toda a empresa”¹⁵². A organização forjada na luta de classes deu forma e conteúdo aos cordões industriais que se multiplicaram após a greve patronal dos transportes de outubro de 1972, que tinha como objetivo desestabilizar o governo de Allende.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 84.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 105.

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 117.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 123.

¹⁵² *Idem.*

Os cordões consistiam em um sistema de agrupação de empresas e fábricas de toda uma região controladas pelos trabalhadores que se articulavam entre si com intercâmbio de recursos e serviços como forma de romper com o boicote e os ataques da elite chilena, bem como face ao embargo econômico estadunidense. Esses cordões “transcendiam as linhas divididas por categoria profissional dos sindicatos dos trabalhadores chilenos e o controle da liderança do sindicato nacional ‘reformista’ (CUT)”¹⁵³. Como mencionado, esse processo de luta que se expressa por meio dos cordões industriais ultrapassava a margem legal estabelecida pelo governo Allende a respeito dos limites às declarações de propriedade social de uma empresa, revelando-se verdadeiros órgãos embrionários de duplo poder.

A razão para a formação do Cordón Cerrillos – com o objetivo de apoiar as apropriações e socializações das fábricas muito pequenas a fim de se qualificarem para a nacionalização do governo Allende, mas cujos trabalhadores militantes apoiavam intensamente a condução da revolução também aos seus locais de trabalho – indicou uma radicalização maior da revolução chilena vinda de baixo, que não seria limitada pelas promessas de Allende ou pela legislação aprovada pelo congresso ‘burguês’.

Quanto mais se avançava o processo revolucionário, mais o conflito saía do congresso e ia para as ruas ou para as fábricas. A direita também se organizava, em bandos fascistas armados, como o Pátria e Liberdade. Os trabalhadores, por sua vez, também criaram seus órgãos de autodefesa nas fábricas, notadamente após a greve patronal de outubro, que buscava desorganizar a produção e criar um clima favorável ao Golpe.

Proliferavam-se os cordões e também os seus papéis iam se expandindo, “assumindo a defesa de seus territórios, residências e serviços, bem como de suas fábricas. A convocação dos cordões para criar o ‘poder popular’ não mais soava como uma hipérbole ideológica, mas ressoava com os chamados socialistas para o governo armar o povo e capacitá-lo na preparação para o confronto militar final com a contrarrevolução que a ala esquerda da Unidade Popular, assim como o MIR, agora considerava inevitável”¹⁵⁴. De fato, as tensões e a luta de classes não deixariam alternativa: ou se impunha a revolução vinda de baixo, ou a contrarrevolução sairia vitoriosa por meio do Golpe.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 150.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 164.

A greve patronal de outubro de 1972 teve uma saída negociada, levando “quatro comandantes das forças armadas ao gabinete de Allende”¹⁵⁵. Aprova-se também a Lei de Controle de Armas, “uma medida de oposição que dava às Forças Armadas o direito exclusivo de portar armas e o poder de buscar armas ilegais ostensivas em qualquer lugar e a qualquer hora, tendo por base denúncias anônimas”¹⁵⁶. Estavam colocadas as bases do Golpe militar. Em junho e julho de 1973 diversas incursões militares nas fábricas e bairros de periferia em busca de pretensas armas já dava sinais do que viria em frente. Ao povo desarmado restou pequenos focos de resistência, agravadas pelo fato de inexistir uma direção política a altura das tarefas da época. Em finais de agosto de 1973 o General Carlos Prats, homem de confiança de Allende por sua ideologia de não intervenção militar nos rumos políticos do país, renuncia, recomendando ao presidente Augusto Pinochet com seu sucessor, “um ‘grande soldado’ apolítico, que tinha o respeito da oficialidade e manteria o exército afastado da política”¹⁵⁷. “Dezoito dias mais tarde, o governo Allende foi derrubado por um violento golpe militar liderado pela general Pinochet”¹⁵⁸.

Aos 11 de setembro de 1973 o Palácio presidencial La Moneda foi bombardeado pelas Forças Armadas que a partir de então implementaram a ditadura militar mais sangrenta da América Latina. Poucos focos de resistência se ergueram após o golpe, marcando-se os anos da ditadura Pinochet por torturas, assassinatos, estupros e desaparecimentos forçados. Os órgãos de controle operário foram esvaziados, seus dirigentes cassados e mortos. Todos os partidos foram colocados na ilegalidade, inclusive os partidos de direita que haviam apoiado o Golpe. Resta na memória e nos livros a experiência heroica desses trabalhadores, povos originários, camponeses e *pobladore*s, e que nos mostraram ser possível uma outra perspectiva de mundo, mais democrática e socialista.

As experiências de controle operário acima verificadas já permitem algumas considerações. Em primeiro lugar, observa-se que o controle operário surge como uma demanda da realidade, ou seja, como uma necessidade concreta dos trabalhadores de

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 165.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 174.

¹⁵⁸ *Idem*.

manterem seus empregos e salários diante de boicotes de seus empregadores, seja por meio do fechamento do empreendimento ou por seu abandono completo. Com o desenvolvimento de um processo de luta organizado da classe trabalhadora em face do capital, esses organismos de poder operário passam a expressar uma dualidade de poderes no inteiro da fábrica ou empresa e que se repercute em toda a sociedade.

Sua resolução definitiva, entretanto, não está na tomada do poder político pela classe operária e na estatização dos meios de produção. Com efeito, onde houve a tomada do poder político como na Rússia em 1917, os organismos de democracia operária não floresceram, não resistindo à burocratização do nascente Estado operário.

Por outro lado, onde o Partido Comunista tomou o poder político e incentivou os organismos de controle operário, como na Iugoslávia, a liberalização do mercado incutiu uma concorrência no seio dos empreendimentos, minando, igualmente, o florescimento da democracia operária.

Esses fatos demonstram que a questão do controle operário está menos em sua determinação jurídica formal e mais na ação política da classe trabalhadora, buscando meios para se efetivar a democracia operária que procure rompa com não só com a separação formal que o capital promove com relação ao trabalho, mas, principalmente, com a expropriação subjetiva do trabalho, superando a divisão entre tarefas de *direção* e *execução* no local de trabalho¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Esta conclusão também se depreende do processo revolucionário russo, no qual a implementação da política de um homem por fábrica na direção do processo manteve a expropriação subjetivo do trabalho.

CAPÍTULO 2. O CONTROLE OPERÁRIO HOJE: FÁBRICAS OCUPADAS E SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES.

Eu saí da mesa de negociação dizendo que a gente ia explodir a máquina. Vamos continuar produzindo até uma hora antes. Se vocês tentarem tirar a máquina de lá vai demorar dois três dias porque a máquina é gigante, enquanto isso a gente vai atear fogo na máquina, fiquem sabendo¹⁶⁰ (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô–Campinas/SP, 21/05/2006)

2.1. Introdução.

Diversas experiências ao longo da história permitem uma melhor compreensão do fenômeno do controle operário nos locais de trabalho que, como observado, surge como expressão da luta de classes. As contradições específicas deste fenômeno vão desde as relações que se estabelecem com os próprios trabalhadores nos locais de trabalho ou com os patrões, passando pelos sindicatos representativos, o partido operário ou revolucionário, até com o próprio Estado, seja ele capitalista, ou comandado por uma burocracia operária. Em qualquer dos casos, entretanto, evidencia-se a autonomia operária em face do capitalista para o controle do processo produtivo. Até aqui, entretanto, as experiências analisadas estiveram ligadas a processos abertamente revolucionários ou de intensa luta de classes, como o foram a comuna de Paris, a revolução russa, as ocupações de fábrica em Turim, ou a situação revolucionária chilena de 1973.

Todavia, a luta de classes não segue protocolos e não espera uma situação revolucionária para se mostrar evidente. Em verdade, a luta de classes ocorre todos os dias, nas ruas, nas periferias, no campo, e também nos locais de trabalho. A luta pelo controle operário, ou, em outras palavras, pelo poder dos trabalhadores nos locais de trabalho, é cotidiana, e não escolhe o período em que irá irromper com maior força e nem o modelo

¹⁶⁰ Entrevista com coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô em 21/05/2006 por ocasião da execução de uma dívida dos antigos patrões que buscava remover uma das máquinas mais importantes do processo produtivo da fábrica, já sob controle operário.

econômico vigente. Essa consideração se apresenta válida para a análise do controle operário nos dias de hoje. Com efeito, a queda muro de Berlim, o avanço militar, econômico e ideológico do neoliberalismo, a disseminação da Internet e das telecomunicações em um nível jamais visto antes, e a implementação de um novo processo produtivo, descentralizado e fluido, deu ensejo a uma miríade de novas teorias e conceitos. Chegou-se a falar em fim da história, fim dos Estados e até em fim do trabalho. A ideia de que vivemos em uma sociedade pós-industrial ou pós-moderna, invade, assim, a academia e o senso comum, dilui a noção de capitalismo, e relega ao termo uma noção quase que exclusivamente ideológica ou ultrapassada.

De fato, um setor significativo da academia não vê hoje a real importância do tema em estudo, seja por não enxergarem a centralidade do trabalho, ou entenderem que o processo produtivo hoje não é mais aquele característico do período fordista, com grande concentração industrial e verticalizado. A organização do trabalho em equipes, de forma horizontal, e o aumento do setor de “serviços”, diriam, reduz o objeto em estudo a pequenos nichos de resistência da “ideologia do século XIX”. Poderiam até afirmar que hoje o trabalhador é ouvido no local de trabalho, não existindo espaço para o “sindicalismo de oposição”. E poderiam até citar um exemplo de trabalhadores gerindo fábricas em nível mundial como na Mercedes-Benz, em conjunto com seus empregadores.

Se, por um lado, é verdade que novas técnicas de organização da produção foram implementadas, e a terceirização e a precarização do trabalho jamais foram utilizadas de forma tão perversa e institucionalizada como hoje, minando as formas de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Se, também é verdade, que novas demandas e contradições se evidenciam para além do local trabalho, com o crescimento de “novos” movimentos sociais de gênero, raça, opção sexual, moradia ou transporte. Por outro lado, não é menos verdade que a classe trabalhadora mundial apenas cresceu objetiva e proporcionalmente, notadamente com a entrada no mercado internacional de um imenso proletariado chinês e até então soviético. Não é menos verdade, igualmente, que até mesmo o setor industrial cresceu vertiginosamente e que, o que muitos chamam de setor de “serviços”, muitas vezes camufla processos de terceirização da produção diretamente industrial.

De fato, as contradições do capital, com a disseminação do neoliberalismo e o novo processo produtivo toyotista – com sua consequência nefasta que é a ampliação da terceirização como instrumento de exploração do trabalho –, são temas que se impõem na análise do controle operário contemporâneo, motivo pelo qual merece especial atenção.

Com efeito, o avanço do neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho, de forma contraditória, possibilitaram o surgimento de diversas experiências autogestionárias ou de controle operário contemporâneas. Esses novos processos são expressados basicamente por dois movimentos, que muitas vezes se inter-relacionam: (i) as ocupações de fábricas em dificuldades financeiras, em recuperação judicial ou falidas, de forma a controlar e gerir a produção por conta própria, sem a figura do patrão, como forma de garantir os empregos e os salários; e (ii) o aumento exponencial da criação de cooperativas de produção ou trabalho, também como alternativa ao desemprego e que se colocam a perspectiva de assumirem a propriedade dos meios de produção.

Nesse sentido, cumpre verificar em que medida as experiências de controle operário se diferenciam da figura jurídica da cooperativa e até que ponto estes movimentos reforçaram a precarização do trabalho ou apontaram para uma alternativa de organização produtiva e social.

2.2. Neoliberalismo e ataque à classe trabalhadora.

Antes de se discutir o neoliberalismo propriamente dito, cumpre tecer breves considerações a respeito do arranjo econômico e político antecedente, que começa a ser forjado após a Segunda Guerra Mundial. Tratava-se, na visão burguesa, de buscar uma alternativa ao capitalismo “selvagem” que havia dado ensejo à guerra, e ao comunismo autoritário da União Soviética. Conforme aponta Harvey, cientistas sociais eminentes como Robert Dahl e Charles Lindblom, afirmavam que tanto capitalismo quanto comunismo haviam falhado em suas formas puras, e que haveria de se buscar um caminho alternativo a partir da “combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade”¹⁶¹. Diversas instituições foram criadas com o intento de se buscar essa estabilidade, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), de modo que “foi incentivado um sistema de câmbio fixo ancorado na convertibilidade do dólar norte-americano em

¹⁶¹ HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 11-15.

ouro a um preço fixo”¹⁶² (acordo Bretton Woods). Para que o câmbio fixo não entrasse em contradição com o livre fluxo de capital, os Estados Unidos permitiram o livre fluxo do dólar de modo a que se tornasse moeda de reserva global, absorvendo, assim, o excedente produtivo do mundo.

Esse novo “pacto” firmado compreendia a necessidade de um Estado democrático focado na busca do “pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado”¹⁶³. “Um compromisso de classe entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranquilidade domésticas”¹⁶⁴. Não foi incomum a intervenção do Estado em setores-chave da economia e sua participação na política industrial e de salários. David Harvey aponta que esta forma de organização político-econômica é hoje denominada como ‘liberalismo embutido’¹⁶⁵, “para sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu, mas em outros casos liderou, a estratégia econômica e industrial”¹⁶⁶.

Esse período foi responsável por um importante crescimento econômico e social principalmente nas economias centrais, pelo que foi chamado de “a Era de Ouro”¹⁶⁷, caracterizado também por um aumento populacional e pela integração de muitos sindicatos e partidos de esquerda ao aparato de Estado¹⁶⁸. Todavia, no final da década de 1960 esse ‘liberalismo embutido’ começou a dar sinais de esgotamento. As taxas de câmbio fixa e a convertibilidade dólar-ouro foram abandonadas em 1971, sendo evidente em toda a parte “uma grave crise de acumulação”. O “desemprego e a inflação se ampliavam em toda a parte, desencadeados por uma fase global de ‘estagnação’¹⁶⁹ que duraria boa parte dos anos 1970”¹⁷⁰. A crise do petróleo em 1973 somente

¹⁶² *Idem.*

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ *Idem.*

¹⁶⁶ S. Krasner (Ed.) *International Regimes*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1983; M. Blyth, *Great Transformations: Economic Ideas Institutional Change in the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, *apud* HARVEY, David. Op., cit., *idem.*

¹⁶⁷ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2a Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

¹⁶⁸ HARVEY, David. Op., cit., *idem.*

¹⁶⁹ Estagnação econômica com inflação.

¹⁷⁰ HARVEY, David. Op., cit., *idem.*

agravou a crise nos países centrais, “enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam”¹⁷¹. Diante desses fatores econômicos duas alternativas estavam colocadas: “aprofundar o controle e a regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas”, ou “liberar o poder corporativo e dos negócios e restabelecer as liberdades do mercado”. A segunda alternativa saiu vitoriosa em meados de 1970, colocando, portanto, o neoliberalismo na ordem do dia. Todavia, não foi somente por dificuldades econômicas que se optou por esta alternativa. A luta de classes e a ascensão dos trabalhadores, que rompiam com os “pactos” efetuados por suas direções socialdemocratas, notadamente nas décadas de 1960 e 1970, se mostraram igualmente um perigo para a manutenção do poder político e econômico das elites mundiais.

Basicamente, o neoliberalismo se constituiu como uma alternativa para salvar a burguesia da crise de acumulação na qual estava colocada, buscando novas formas e padrões de acumulação como forma de recuperar o crescimento econômico e sua taxa de lucro. Essa doutrina tem sua fase experimental após o Golpe de 1973 no Chile, onde o ditador Augusto Pinochet implementou diversas medidas liberalizantes e privatizantes, retrocedendo em todas as conquistas da classe trabalhadora no período Allende. As empresas estatizadas são novamente privatizadas, as barreiras econômicas são retiradas, os organismos de poder dos trabalhadores são extirpados e o Estado se resume ao mínimo essencial exatamente para garantir que o livre mercado possa se impor sem quaisquer restrições, ou seja, o Estado se resume à garante da propriedade privada. A única exceção foi com relação às minas de cobre, que continuaram sob controle do Estado Chileno. Após essa experiência bem sucedida, do ponto de vista do capital, o neoliberalismo passa a ser encarado e implementado nos países centrais.

Em 1979 Margaret Thatcher se elege primeira-ministra da Grã-Bretanha, com o intuito de restringir o poder dos sindicatos e restabelecer o crescimento econômico. Em 1980, Ronald Reagan assume a presidência dos Estados Unidos, com o mesmo propósito, incentivando a política econômica do então nomeado para o Banco Central norte-americano (FED) Paul Volcker. O neoliberalismo, nesse sentido, passava a ser política nos países centrais, refletindo nas mais diversas instâncias das relações sociais. Enquanto ideologia, o neoliberalismo se expressava como o arauto de valores e princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana e a da liberdade

¹⁷¹ *Idem.*

individual, contra o fascismo, as ditaduras e o comunismo¹⁷² e “todas as formas de intervenção do Estado que substituisse os julgamentos dos indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos”¹⁷³. Nesse sentido, “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”¹⁷⁴.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para estas práticas¹⁷⁵.

Todavia, não foi só enquanto ideologia ou prática político-econômica que se estabeleceu o neoliberalismo. Como o próprio Harvey aponta quando de sua implementação no Chile pós-Golpe, essa política refletia-se em uma consciente repressão e desorganização da classe trabalhadora de conjunto, seja por meio do arrocho salarial, proibição de greves, intervenção no movimento sindical e popular, ou a repressão militar direta contra os trabalhadores e o povo pobre. Nas ditaduras na América Latina essa política militar neoliberal de repressão se reverteu em assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados. Em nome da liberdade (de comércio), tolhia-se a liberdade (de trabalhar e de se organizar). Em nome da liberdade de escolha individual, tolhia-se a própria liberdade de escolha individual. Essa doutrina, ideológica, política, econômica e militar, consolida-se ao longo da década de 1980 e tem seu auge com o fim da União Soviética, ocasião na qual o modelo econômico vigente se apresenta com generalização suficiente para que alguns cheguem afirmar o fim da história.

De fato, essas medidas “só convergiriam como uma nova ortodoxia, com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’”¹⁷⁶, que se traduziu em um conjunto de medidas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento basicamente envolvendo a privatização de empresas estatais, desregulamentação das leis trabalhistas, redução dos gastos públicos, entre outras medidas que viriam a se expressar fortemente no Brasil a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Interessante notar que após quase trinta anos do

¹⁷² *Idem.*

¹⁷³ *Idem.*

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ *Idem.*

¹⁷⁶ *Idem.*

Golpe chileno em 1973 a receita neoliberal volta a se implementar com toda força de forma organizada, pensada e militarmente, por ocasião da guerra do Iraque. Em setembro de 2003, “Paul Bremer, chefe da *Coalition Provisional Authority* [Autoridade provisória de coalisão], promulgou decretos que incluíam ‘a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de as empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais’, incluindo serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Apenas o petróleo foi isentado de taxaço”¹⁷⁷. Nesse sentido, observa Holloway a respeito das crises do capital, citado por Ricardo Antunes:

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação¹⁷⁸.

O neoliberalismo consistiu em verdadeiro ataque à classe trabalhadora, buscando retroceder as conquistas que esta tinha logrado no período antecedente, no qual vigorava um relativo pacto social entre as classes, e um relativo Estado de bem-estar social. Esse período de tentativa de restabelecer um padrão de dominação também se caracteriza, ademais da repressão às organizações da classe trabalhadora, por uma elevada taxa de desemprego e uma reestruturação no processo de trabalho, pelo que se discutiu, conforme apontado acima, acerca da centralidade do trabalho na organização econômica. Interessante apontar que o neoliberalismo não se traduziu apenas em uma prática político-econômica, mas reverberou na própria subjetividade do trabalhador desse período.

2.3. As transformações no mundo do trabalho.

As transformações no mundo do trabalho foram um outro aspecto, ou consequência da crise do capital que se apresentou em 1970, fazendo emergir um “intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os

¹⁷⁷ *Idem.*

¹⁷⁸ HOLLOWAY, John. “The Red Rose of Nissan”. In *Capital & Class*, n. 32, Verão, Londres, 1987, p.132 e ss. *apud* ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 31.

patamares de expansão anteriores”¹⁷⁹. Conforme analisa Ricardo Antunes, “foi nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada¹⁸⁰. De fato, ademais desse aspecto econômico evidente, as transformações viriam também como produto do “*ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o consequente transbordamento da luta de classes*”¹⁸¹.

Até então, o processo de trabalho era marcado pelo binômio *taylorismo/fordismo* caracterizado pela “*produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*”¹⁸². Além disso, a produção se dava internamente, “recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo”¹⁸³. Ricardo Antunes assevera que “esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades”¹⁸⁴. Esse binômio pode ser compreendido a partir da junção da “*produção em série fordista* com o *cronômetro taylorista*, além de uma separação nítida entre *elaboração e execução*”¹⁸⁵.

O processo de trabalho taylorista fordista compreendia também, notadamente após a segunda guerra mundial, uma espécie de “compromisso”¹⁸⁶ entre as classes sociais antagônicas que, ao menos nos países de capitalismo avançado, dava a impressão de que a contradição entre capital e trabalho pudesse ser definitivamente e de forma duradoura regulada e controlada¹⁸⁷. Esse compromisso, todavia, se estabelecia na medida da defesa do grande capital e às custas do superexploração do trabalho nos países ditos de terceiro mundo. As direções socialdemocratas do movimento operário, entretanto, entendiam positivamente essa relação, notadamente em virtude de

¹⁷⁹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 31.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 36.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 40.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 37.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ “Na verdade esse ‘compromisso’ era resultado de vários elementos imediatamente posteriores à crise de 30 e da gestão da política keynesiana que sucedeu. Resultado, por um lado, da ‘própria lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo’ e, por outro, do ‘equilíbrio relativo na relação de forças entre burguesia e proletariado, que se instaurou ao fim de decênios de lutas”, *Idem, ibidem*, p. 38.

¹⁸⁷ *Idem*.

seus ganhos reais advindos do crescimento econômico, de modo que seus partidos e movimentos acabaram sendo incorporados pelo aparato estatal¹⁸⁸.

Todavia, também essa forma de relação entre as direções operárias socialdemocratas e a base dos operários de “chão de fábrica” dava sinais de esgotamento, revelando importantes processos de luta de classes nas décadas de 1960 e 1970, nos quais estava colocado para aqueles trabalhadores a luta contra o despotismo e autoritarismo fabril e a lógica verticalizada e hierarquizada do processo de trabalho, assumindo diferentes formas de resistência, desde greves até a tomada de fábricas e a reivindicação do controle social da produção. Nesse sentido,

O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do *turnover*, da busca da condição de não-operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo ‘cuidado’ especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário¹⁸⁹.

Esse movimento, entretanto, não saiu vitorioso. Alain Bihr, citado por Ricardo Antunes, observa que “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho, não conseguindo articular-se com os chamados ‘novos movimentos sociais’, então emergentes, como os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, entre tantos outros”¹⁹⁰. Segundo o autor, esse seria um dos aspectos pelos quais esse processo de ascenso dos trabalhadores não conseguiu se impor e se generalizar para o conjunto dos explorados, de forma a apresentar uma forma política alternativa de poder. Com a derrota da luta pelo controle operário da produção, estavam colocadas as bases para a reestruturação do capital e do processo de trabalho, com especial atenção ao que se chamou “toyotismo”, ou modelo japonês.

O novo modelo toyotista se utilizou da própria demonstração de força da classe trabalhadora nos ascensos das décadas de 1960 e 1970 e de seu potencial de organização e criatividade contra ela própria. Com efeito, os capitalistas poderiam “multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência (...) um

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 39.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 42.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 44.

trabalhador que raciocina no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos (...) é um trabalhador que pode ser tornado polivalente”¹⁹¹. As principais características do novo processo de trabalho estão, portanto: na maior vinculação da produção à demanda, “visando atender as demandas mais individualizadas do mercado consumidor” e com o princípio de *just in time* (ausência ou redução drástica do estoque); implementação do trabalho em equipe; produção flexível de modo que um único operário pudesse operar mais de uma máquina; e especialização do processo produtivo e terceirização das atividades que não são o foco da empresa, refletindo uma *horizontalização* também às subcontratadas¹⁹².

Trata-se de um processo que intensifica a exploração do trabalho, “quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeira produtiva dada pelo sistema de luzes”¹⁹³.

Mas não só, a terceirização das pretensas atividades que não são o foco da atividade produtiva da empresa principal passa a produzir uma imensa quantidade de trabalhadores precarizados, com contratos temporários ou precários, e menores salários, dificultando ainda mais a organização dos trabalhadores, não só sindicalmente, mas enquanto classe, uma vez que essa operação acaba por dividir a classe trabalhadora entre precarizados e pretensamente estáveis, o que revela ainda mais a perversidade do novo modelo.

Tanto mais quando incutido na própria subjetividade do trabalhador os princípios da flexibilidade, da polivalência e da fluidez, que do ponto de vista psicológico, se mostra uma verdadeira corrosão das relações sólidas características de um período anterior de relativa estabilidade nas relações sociais, ou, conforme desenvolve Richard Sennett uma corrosão do caráter¹⁹⁴.

Face a todas as transformações no mundo do trabalho, conforme análise de Ricardo Antunes, impõe-se adotar uma conceituação ampliada da classe trabalhadora, de forma a abarcar todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salários, o que o autor denominou como classe-que-vive-do-trabalho, e que englobaria, portanto, não só o proletariado industrial, mas

¹⁹¹ BERNARDO, João. *Reestruturação Capitalista e os Desafios para os Sindicatos*. Lisboa: Mimeo, 1996, p. 19-20, *apud* ANTUNES, Ricardo. Op., cit., *ibidem*, p.45.

¹⁹² ANTUNES, Ricardo. Op., cit., *ibidem*, p. 54.

¹⁹³ *Idem*, *ibidem*, p. 56.

¹⁹⁴ SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução: Marcos Santarrita. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

também os assalariados do setor de “serviços”, o proletariado rural, e todo o proletariado precarizado, terceirizado, com contrato temporário, *part time* e até mesmo os trabalhadores desempregados¹⁹⁵, “expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural”¹⁹⁶.

Nesse sentido, como falar em controle operário dos locais de trabalho face essa nova configuração da classe trabalhadora, envolta em meio a um processo produtivo fluido que se horizontalizou de forma a terceirizar diversos ramos de sua atividade, dividindo e precarizando a classe trabalhadora? Os vínculos passam a ser fluidos, há maior rotatividade no trabalho e o desemprego passa a ser estrutural na dinâmica da sociabilidade do capital. As contradições transbordam, igualmente, o local de trabalho, e entram em cena os novos movimentos sociais, as lutas das mulheres, dos negros, LGBT, tornando mais complexa a dinâmica social.

Todos esses fatos, embora verdades, não excluem a possibilidade fática e a necessidade de se pensar o controle operário na sociedade contemporânea, tanto mais face às novas contradições apresentadas. O avanço do capital e todos os seus ataques à classe trabalhadora apenas reforçam a necessidade de se pensar o poder dos trabalhadores não só nos locais de trabalho, mas na própria dinâmica social, para além do capital.

Se, por um lado, o modelo toyotista se aproveitou da polivalência dos trabalhadores para aprofundar a exploração do trabalho, por outro, os trabalhadores polivalentes demonstraram estar mais capacitados para controlar a produção hoje que no período antecedente.

No mesmo sentido, as ocupações de fábrica e o controle do processo produtivo pelos próprios trabalhadores se, por um lado, podem significar uma medida defensiva em defesa dos empregos e uma porta aberta para a precarização do trabalho¹⁹⁷, por outro, podem demonstrar uma atitude ofensiva do trabalho em face do capital, revelando a obsolescência da figura do empresário na nova dinâmica social, e apoderando a classe trabalhadora objetiva e subjetivamente, quando tomada a partir de processos de luta de classes.

¹⁹⁵ ANTUNES, Ricardo. Op., cit., *ibidem*, p. 103.

¹⁹⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 104.

¹⁹⁷ O controle do processo produtivo pela forma cooperativa afasta a incidência da legislação trabalhista, motivo pelo qual alguns autores encaram esse processo como uma porta aberta para a precarização do trabalho.

O movimento das fábricas ocupadas e recuperadas sob controle dos trabalhadores é um exemplo desse processo contraditório e que merece uma melhor análise. Outro, é o processo de proliferação das cooperativas de trabalho e produção, nos anos 1990, e a própria autodenominada economia solidária. Começamos, portanto, com o movimento das fábricas ocupadas, tendo por objeto a fábrica Flaskô, ocupada e sob controle dos trabalhadores há mais de dez anos.

2.4. O caso brasileiro: a experiência da fábrica Flaskô.

O movimento de fábricas recuperadas e ocupadas, fenômeno que correu a América Latina durante a década de 1990 e início dos anos 2000, notadamente Brasil e Argentina, teve início como resultado de uma profunda crise econômica que atingiu principalmente o setor produtivo, e teve como características o aumento do desemprego, o arrocho salarial e as privatizações, além de medidas repressivas à organização sindical, o que de conjunto foi denominado, conforme vimos acima, de neoliberalismo.

Esse processo de crise, seja ele encarado como um processo inerente ao capitalismo (lei tendencial da queda da taxa de lucro), ou como produto de uma crise estrutural iniciada na década de 1970, produziu uma imensa massa de desempregados, falências de fábricas, ou diretamente seu abandono por parte dos patrões, o que gerou uma reação por parte dos trabalhadores, que passaram a adotar métodos de ação direta como a ocupações das fábricas abandonadas, falidas ou em vias de falir, assumindo o controle da produção e reerguendo os empreendimentos, agora sob seu controle direto, como forma de defender os empregos.

Todavia, ao contrário dos processos analisados no capítulo antecedente, no qual o controle operário se espalhou de uma forma mais ou menos generalizada, como produto de um processo revolucionário ou pré-revolucionário, aqui, a crise do capital gerou processos isolados de ocupações de fábrica e controle operário da produção. Entre Brasil e Argentina, os casos de fábricas recuperadas chegam a 200 (duzentos) apenas, e 20 (vinte) no Uruguai¹⁹⁸. Alguns processos, como o da Flaskô, por exemplo, já duram mais de 10 (dez) anos. Ou seja, sobreviveram à crise econômica e, ao ciclo de desenvolvimento econômico, com relativa passividade na luta de classes.

¹⁹⁸ NOVAES, H. T. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005.

A dinâmica contraditória no interior da fábrica ocupada Flaskô, no caso, se mantém, ainda hoje, em uma situação de instabilidade judicial. A propriedade dos meios de produção continuam na massa falida, mas a direção e controle dos bens, forma de produção e distribuição, são organizados diretamente pelos trabalhadores, por meio de assembleias gerais – órgão máximo de deliberação no interior da fábrica. A luta dos trabalhadores da Flaskô hoje é a aprovação do PL 267/2012, para que a fábrica seja declarada de interesse social e, posteriormente, seja desapropriada, com a criação de uma empresa pública controlada pelos trabalhadores da fábrica. Essa perspectiva parte da concepção de ser inviável sua constituição enquanto cooperativa, uma vez que não resistiriam ao mercado, bem como por entenderem ser de responsabilidade do governo a manutenção dos empregos e não poderem continuar a ser responsáveis pelas dívidas dos antigos gestores.

Antes de adentrar às possíveis polêmicas que envolvem essa forma de controle operário e suas contradições, cumpre traçar um breve histórico da experiência dos trabalhadores da fábrica Flaskô nesse longo e instável período no qual mantiverem a produção e os empregos.

Fundada em 1977, a Flaskô fazia parte da Companhia Hansen Industrial – mesmo grupo de Tubos e Conexões Tigre Ltda., chegando a ter 600 empregados na década de 1980, se convertendo na “empresa que melhor remunerava seus funcionários na região onde se instalou, Sumaré-SP”¹⁹⁹.

Trata-se, portanto, de indústria de transformação plástica, “dedicada a produção de embalagens industriais plásticas de grandes volumes para a indústria alimentícia, petroquímica, farmacêutica, frigoríficos, etc”²⁰⁰. A partir da década de 1990 entra em crise e passa a descumprir os direitos trabalhistas, fiscais e previdenciários e, em 1992, o grupo econômico se divide.

A Companhia Holding do Brasil (CHB), da qual a Flaskô é ligada, se desvincula do grupo, “perdendo assim a massa de capital”²⁰¹. Conforme observa Nascimento, “A marca

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ VERAGO, Josiane Lombardi. *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina, os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. São Paulo: CEMOP, 2011, p. 127.

²⁰¹ RASLAN, Filipe Oliveira. *O caso da Flaskô: resistindo com classe*. (Dissertação de Mestrado). Unicamp. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000435698>. Acessado em 30/07/2012, pp. 10-11.

Tigre era líder em tubos de PVC com cerca de 60% deste mercado. Com a separação, a CHB passou a controlar cinco marcas: Cipla, Interfibra, Profiplast, Brakofix, todas em Joinville/SC, e a Flaskô em Sumaré”²⁰².

O cenário de crise atingiu a todas as fábricas do grupo e, em outubro de 2002, cerca de 1.000 trabalhadores das fábricas Cipla e Interfibra, localizadas em Joinville-SC, entram em greve, “reivindicando o imediato pagamento de salários atrasados e a regularização dos direitos trabalhistas como férias, 13º salário, depósito do FGTS e outros direitos não cumpridos pelos donos”²⁰³. Como resultado, Ministério Público Federal e Estadual, Delegacia Regional do Trabalho (atual Superintendência Regional do Trabalho e Emprego), além de deputados e vereadores, intervieram nas negociações e, diante da confissão, pelos proprietários, da impossibilidade de quitar suas dívidas, “foram forçados a firmar um acordo para transferir o controle das duas fábricas a quem os trabalhadores determinassem, além de serem afastados da direção administrativa e operacional”²⁰⁴.

No que toca a Flaskô, cumpre observar que, o agravamento da crise, as demissões em massa e não pagamento dos direitos trabalhistas, fiscais e previdenciários, ao contrário de levar a um movimento grevista, fez com que a indústria, chegasse, em 2003, quase abandonada, com apenas 65 empregados²⁰⁵. Conforme observa Raslan, “Em janeiro de 2003, a empresa estava praticamente abandonada, sem energia elétrica e os dois gerentes haviam ido embora. De janeiro a maio desse mesmo ano, a Flaskô ficou praticamente fechada, com um faturamento que não chegou a trezentos reais”²⁰⁶.

O cenário de crise e angústia, de certa forma semelhante à situação enfrentada pelos operários das fábricas Cipla e Interfibra, em Joinville, foi o que levou a ocupação da fábrica Flaskô, porém, por vias distintas. Isso porque, desde o começo, o sindicato se colocou contra a proposta de ocupação da fábrica, pretendendo levar o conflito às instâncias jurídicas, com a penhora do terreno e maquinário para o pagamento dos débitos trabalhistas dos empregados.

²⁰² NASCIMENTO, Janaina Quitério. Livro-reportagem: *Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. [S. l.: s. n], 2004 apud RASLAN, Filipe Oliveira., ob. Cit., *ibidem*, p. 11.

²⁰³ RASLAN, Filipe Oliveira, *idem*.

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ VERAGO, Josiane Lombardi, ob. Cit., *idem*.

²⁰⁶ RASLAN, Filipe Oliveira, *idem*.

Ocorre que, a experiência exitosa em curso de controle operário nas fábricas Cipla e Interfibra abriram as perspectivas dos operários da Flaskô que, ao fim, aprovaram a proposta, por unanimidade, levada por uma comissão de operários daquelas fábricas. “A proposta seria retornar à fábrica, realizar uma assembleia, criar uma comissão para organizar tudo que fosse necessário em termos de providências administrativas e operacionais, ligar as máquinas e colocar a fábrica em funcionamento, para preservar o emprego dos trabalhadores”²⁰⁷.

A assembleia, realizada dia 12 de junho de 2003, decidiu ocupar a fábrica e retomar a produção, elegendo um Conselho de Fábrica para conduzir o processo. “Nesse sentido, foi redigido um protocolo, assinado por quase todos os trabalhadores e entregue aos proprietários da empresa, enunciando que os operários assumiriam, a partir daquele momento, o controle da fábrica para defender os empregos, somando-se aos companheiros da Cipla e Interfibra”²⁰⁸.

Os trabalhadores solicitaram, na oportunidade, procuração judicial para que pudessem administrá-la legalmente. Todavia, conforme informa Pedro Santinho, coordenador do Conselho de Fábrica, nunca obtiveram resposta à sua solicitação.

[...] a primeira coisa que nós fazemos na assembleia que decidiu ocupar a fábrica é retomar a produção imediatamente e entregar uma carta para os proprietários exigindo que eles transfiram o controle da fábrica para os trabalhadores [...] foi uma comissão da Cipla que entregou esta carta para o Anselmo [Batschauer] que nunca respondeu nem por sim nem por não²⁰⁹.

Ao assumirem o controle da fábrica, os operários tomaram conhecimento de sua real situação financeira. Somente os débitos trabalhistas giravam em torno de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). As dívidas fiscais, em sua maior parte ligadas ao ICMS, chegavam a R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), além de outros processos cíveis de menor monta²¹⁰. Como se não bastasse, os operários tomaram conhecimento de transação realizada entre os antigos gestores e a Basken – empresa multinacional do setor petroquímico do Grupo Odebrecht – para pagamentos de dívidas, na qual restava penhorada a principal máquina da

²⁰⁷ RASLAN, Filipe Oliveira, *ibidem*, p. 19.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 20.

²⁰⁹ Informação obtida em entrevista concedida por Pedro Santinho, coordenador do Conselho de Fábrica, em dezembro de 2009 e citada em VERAGO, Josiane Lombardi, ob. Cit., *ibidem*, p. 137.

²¹⁰ RASLAN, Filipe Oliveira, *ibidem*, p. 21.

empresa, uma injetora Mauser²¹¹. Como resultado, estavam sendo intimados a pagar uma dívida de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e a entregarem a máquina²¹².

O Conselho de Fábrica atuou de distintas formas diante dessas situações. Com a Justiça do Trabalho, logrou um acordo para unificação dos débitos trabalhista e a penhora de 1% sobre o faturamento mensal. No que toca aos débitos fiscais, os operários seguem em negociação na tentativa de unificarem as execuções e proporem a penhora de mais 1% sobre o faturamento, nos mesmos termos do já acordado na Justiça do Trabalho. Já no que concerne à dívida com a Basken, a via para a manutenção da máquina na fábrica foi a ação direta. Depois de uma reunião com a presidência da multinacional, o único acordo proposto foi o parcelamento da dívida em três anos ou a retirada da máquina.

Eu saí da mesa de negociação dizendo que a gente ia explodir a máquina. Vamos continuar produzindo até uma hora antes. Se vocês tentarem tirar a máquina de lá vai demorar dois três dias porque a máquina é gigante, enquanto isso a gente vai atear fogo na máquina, fiquem sabendo (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006)²¹³

Embora houvesse a ordem judicial para a retirada da máquina, ela não foi cumprida, prevalecendo a perspectiva dos trabalhadores que impuseram novo acordo aos credores, nos seguintes termos:

O novo acordo entre a Flaskô e a Braskem foi firmado depois da grande resistência que os trabalhadores tiveram em cumprir a determinação judicial. De acordo com relatório da assessoria jurídica da Flaskô, com o acordo firmado com a multinacional, cumprido desde fevereiro de 2006, deveria ser realizado o pagamento de uma prestação de 0,5% do faturamento mensal da empresa, com a cessão da máquina Mauser à Flaskô por um período de cem anos. Além disso, há um período de carência de dez anos na qual acontece o empréstimo da máquina por esse período, independentemente do pagamento regular da prestação acordada²¹⁴.

Inúmeras outras situações foram enfrentadas pelos trabalhadores no curso deste processo, seja de ordem administrativa, econômica, política ou social²¹⁵, cabendo ressaltar que

²¹¹ *Ibidem*, p. 25.

²¹² *Ibidem*, p. 26.

²¹³ RASLAN, Filipe Oliveira, *ibidem*., p. 27.

²¹⁴ RASLAN, Filipe Oliveira, *ibidem*, p. 28.

²¹⁵ Além das dívidas cobradas judicialmente, um fantasma ronda sempre a fábrica: a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz). São recorrentes os momentos em que a concessionária de energia elétrica cobra as contas atrasadas. Desde a ocupação em junho de 2003 a pressão imposta sobre os trabalhadores pela CPFL para pagamento das antigas contas é uma rotina, pois os antigos proprietários, de acordo com os operários, deixaram duas contas sem quitação. Com isso, há iminência constante do corte do fornecimento de energia elétrica. (...) Os

as vias utilizadas pelo Conselho de Fábrica para esse enfrentamento variaram da legalidade à ilegalidade, baseando-se sempre numa combinação de luta jurídica e política. De fato, o controle operário, na prática, sempre foi instável, ameaçado por leilões e execuções judiciais, intervenções estatais, entre outros.

Apesar de todas as dificuldades, os trabalhadores conseguiram reerguer a empresa, regularizar os direitos trabalhistas e, inclusive, obter importantes avanços do ponto de vista social. Nesse sentido, importa ressaltar que os trabalhadores conseguiram reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário, bem como proceder à contratação de novos operários. Conforme analisa Alexandre Mandl,

Diversas são as conquistas sociais implementadas pela gestão dos trabalhadores, a começar pela democracia operária, que se concretiza pelas assembleias gerais mensais e pela organização de um conselho de fábrica. (...) Há geração de novos postos de trabalho, em especial, por ocasião da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, primeiro de 44 para 40, e, depois de 40 para 30 horas semanais (06 horas diárias). Todos os direitos da CLT são garantidos, além de INSS, já que todos permanecem com suas carteiras de trabalho. Os salários são baseados no piso da categoria e aplicam-se os reajustes conquistados nas campanhas salariais dos sindicatos²¹⁶.

No tocante a estrutura organizativa merece destaque a *democracia operária* vigente na fábrica, em que as tomadas de decisões combinam a assembleia geral como instância máxima do movimento, com o conselho de fábrica, que tem seus representantes eleitos na base, com

problemas financeiros da empresa foram agravados no final de 2006, quando um ex-funcionário do setor administrativo, numa tentativa de gerir apenas administrativamente a crise em que a empresa se encontra, prejudicou ainda mais a situação da fábrica. A desconfiança entre os operários com menores salários, como os de chão de fábrica, em relação ao setor administrativo aumentou bastante devido às dificuldades que foram geradas. (...) Com a quase impossibilidade de conseguir crédito no mercado devido à inadimplência promovida pelos antigos proprietários, lançaram mão de um expediente muito comum no comércio: a emissão de *fatura*, com o adiantamento feito através de *factoring*, recebendo, dessa maneira o valor da fatura com deságio. Esse procedimento, comum entre as pequenas e médias empresas, bem como no comércio internacional, transformou-se num elemento central de gestão financeira da fábrica. Porém, essas transações eram realizadas com base em “notas frias”, isto é, o mecanismo de crédito era previamente combinado de modo informal, mas em confiança, entre a empresa fornecedora (a Flaskô) e o suposto cliente (geralmente, uma empresa que, de fato, fosse cliente e cujos proprietários ou gerentes permitissem ceder a razão social da mesma à operação), como se a venda tivesse sido realizada e a mercadoria entregue. Obviamente, a Flaskô se responsabilizaria pelo pagamento da fatura na data de vencimento sem ônus para a empresa “compradora”. (...) É interessante notar como se dá o processo de resistência no interior da fábrica. Ao perceber a impossibilidade de melhoria nas condições gerais laborais, os mecanismos utilizados pelos trabalhadores introduzem ferramentas clássicas de boicote ao processo de trabalho próprias do movimento operário, seja em fábrica conduzida por capitalistas, seja na fábrica ocupada e conduzida por esses mesmos trabalhadores RASLAN, Filipe Oliveira, *ibidem*, pp. 29-31.

²¹⁶ MANDL, Alexandre Tortorella. *O movimento das fábricas ocupadas e o direito*. Revista CEMOP, n. 2, outubro de 2011, p. 9.

mandatos revogáveis e rotativos. Os membros do conselho de fábrica elegem o coordenador geral. Conforme descreve Verago em estudo sobre o controle operário na Faskô:

Na Faskô, atualmente existe apenas um conselho de fábrica, eleito anualmente pelos trabalhadores. Seus membros elegem o coordenador geral. Anteriormente também houve um conselho administrativo, submetido ao conselho de fábrica. Mas as funções deste conselho foram sendo absorvidas pelo conselho de fábrica. Várias formas foram experimentadas para a eleição deste conselho. Anteriormente os diferentes setores da fábrica elegiam seus representantes que juntos compunham o conselho. Hoje, cada turno (são 3 turnos) dos setores tem 1 ou 2 cadeiras que os representa no conselho. Nas assembleias por turno, cada setor/turno recebe inscrições e indica nomes para uma lista geral de candidatos. Na eleição geral, todos os trabalhadores poderão escolher nomes para cada cadeira até o número de vagas, escolhendo entre os nomes da lista geral. Aqueles da lista que tiverem maior número de votos ocuparão as vagas de seu setor/turno no conselho²¹⁷.

No que concerne à remuneração dos trabalhadores, ressalta-se que a gestão operária logrou diminuir as diferenças salariais, mas não a eliminar. “A título de exemplo, no caso da Faskô para o ano de 2010, o menor salário é de R\$ 920,00, enquanto o maior é de R\$ 2.800,00”²¹⁸.

Embora apresente significativos avanços do ponto de vista social e estejam atualmente respaldados por uma decisão judicial²¹⁹ que lhes permite administrar a empresa, é bem verdade que o regime do controle operário não é reconhecido institucionalmente, havendo uma situação de instabilidade jurídica.

A proposta dos operários para a superação dessa contradição é a estatização da fábrica, sob controle dos trabalhadores, por meio, primeiro, de sua declaração como sendo de interesse social, para posterior desapropriação²²⁰. De fato, apesar da proposta realizada pelo governo federal em 2003 para que, não somente a Faskô, mas Cipla e Interfibra, assumissem a propriedade dos meios de produção na forma de cooperativa, organizados em autogestão, esta foi rechaçada, pois segundo afirmam, os operários não pretendem se transformar em

²¹⁷ VERAGO, Josiane Lombardi, ob. Cit., *ibidem*, p. 167.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 169.

²¹⁹ Após a intervenção federal na Cipla e Interfibra os operários da Fábrica Faskô lograram decisão favorável em ação declaratória, de modo que lhes fosse permitido, temporariamente, a administração da fábrica.

²²⁰ “(...) o procedimento para a desapropriação é que o ente público declare a área como interesse social, para depois, em dois anos, efetive a desapropriação. O MFO está com esta campanha desde fevereiro de 2010, quando entregamos uma proposta de decreto e de projeto de lei na Prefeitura e Câmara Municipal de Sumaré, onde é sediada a Faskô.”. MANDL, Alexandre Tortorella. Ob. Cit., *ibidem*, p. 16.

operários-patrões. Além disso, a forma cooperativa favoreceria a precarização do trabalho, não oferecendo garantia de emprego e direitos aos trabalhadores.

[...] a posição de estatizar decorre do fato de que não queremos deixar de ser trabalhadores com carteira assinada e todos os direitos garantidos. Além disso, nós queremos estar junto com os demais trabalhadores para transformar o Brasil e o mundo; [...] Não queremos deixar de ser trabalhadores e virar operários-patrões²²¹.

A situação de instabilidade institucional foi reconhecida, inclusive, pelo próprio governo federal, ao analisar, exatamente, as novas situações de controle operário existentes na sociedade contemporânea. Conforme relatório encomendado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em estudo sobre cooperativas e experiências autogestionárias, o controle operário seria um “fenômeno novo”, que resistiria a qualquer modalidade de institucionalização.

O controle operário é uma modalidade nova do fenômeno das fábricas em recuperação pelos trabalhadores a partir de empresas falidas no Brasil. A característica principal dessas experiências é a de que elas rechaçam a forma cooperativa, a autogestão e qualquer projeto que passe pela institucionalização da empresa a partir da posse dos meios de produção pelos trabalhadores²²².

Interessante notar a negativa dos trabalhadores em se regularizarem enquanto cooperativas, como uma forma de manter um conteúdo revolucionário de sua experiência por meio da forma, ou sua não-forma.

De fato, a forma jurídica cooperativa pode levar a profundas contradições no interior do movimento operário, tanto por transformar os operários em empreendedores individuais quanto por coloca-los em regime de concorrência com os demais trabalhadores.

Todavia, a manutenção do controle operário sobre o processo de produção não se resume a um problema de forma jurídica. A inexistência do patrão, ou a determinação jurídica da propriedade, no caso, não elimina o estranhamento característico do processo de produção, face a um mercado global capitalista que lhe impõe demandas e dinâmicas próprias desse sistema produtivo.

²²¹ NASCIMENTO, Janaina Quitério. Ob. Cit., p. 109 *apud* VERAGO, Josiane Lombardi, ob. Cit., *ibidem*, p. 151.

²²² TAILLE, J. R.; RODRIGUES, H.; VILUTIS, L.; FARIA, M; S; *Referências conceituais para ações integradas: Cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou estado pré-falimentar* (relatório final do convênio TEM/IPEA/ANPEC-01/2003). Brasília, 2005.

Apesar do modelo democrático de gestão, há que se questionar a manutenção das diferenças salariais ou eventual diferenciação no tocante à *execução e direção* das tarefas, entre o trabalho manual e intelectual, que implicaria na manutenção da expropriação subjetiva do trabalho.

De qualquer forma, se esta demanda parte da necessidade da classe trabalhadora e se apresenta como uma consigna de luta como forma de espalhar a experiência do controle operário a outras fábricas, a atitude de deduzirem os trabalhadores suas demandas também por forma jurídica, notadamente quando coloca em questão o direito de propriedade, exige uma atenção mais apurada.

Verifica-se, pois, a atualidade do controle operário e de sua manutenção enquanto instrumental teórico de análise do movimento operário e seus anseios, bem como a forma contraditória de sua concretização na prática, o que evidencia a necessidade de se estudar essas novas tendências de ocupações de fábrica, notadamente diante da nova crise econômica mundial que se iniciou em 2008.

A determinação jurídica final desse processo de luta de classes, se não se realiza enquanto um processo revolucionário no qual está colocado o próprio fim da forma jurídica em si, tende a se institucionalizar pela forma cooperativa ou a manter-se na ilegalidade, por meio de apoio da sociedade e da ação direta dos trabalhadores.

Nesse sentido, cumpre discutir a possibilidade de existência de um verdadeiro direito ao controle operário dos locais de trabalho, que apresentasse uma solução jurídica e não executiva ao problema, não se descartando, obviamente, as ações executivas e a própria luta revolucionária, na qual a forma jurídica estará já ultrapassada. Essa perspectiva será discutida no terceiro capítulo. Por ora, cumpre verificar a outra forma pela qual se expressa a luta pelo controle da produção: as cooperativas de autogestão.

2.5. As cooperativas de autogestão e a economia solidária.

Com o avanço do neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho, e o consequente aumento do desemprego, assistimos na década de 1990 à falência de muitas fábricas e empresas do setor produtivo, motivo pelo qual, em defesa do emprego e dos

salários, muitas fábricas e empresas falidas passam a ser ocupadas e recuperadas por seus trabalhadores, que se articulam por meio da forma jurídica da cooperativa para o controle da produção. Ao contrário da experiência da fábrica Flaskô, esses empreendimentos se regularizam enquanto cooperativas como forma de adquirir os meios de produção, ou tê-los em posse de forma regular por meio de comodato ou outras formas.

Com o fim de articular esse movimento, em 1994, é criada no Brasil a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag). Embora tenha diversas associações cooperativas registradas, a Anteag se define como uma associação de empresas de autogestão, como forma de dar ênfase mais ao controle democrático da gestão pelos trabalhadores, que a forma jurídica específica, notadamente quando entendem que historicamente o termo “cooperativa” não dá conta de englobar as novas experiências, notadamente quanto às cooperativas de consumo e à possibilidade das cooperativas, ainda que limitadas, de contratarem empregados²²³.

Ao longo da década de 1990 e 2000, essas experiências passam a ser fomentadas como forma de manter os empregos e como parte de políticas públicas de diversos Estados. Na Argentina, por exemplo, é criado em 2000 o *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social* (INAES), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social. No Brasil, temos a criação em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ambas instituições com o intuito de fomentar e articular as novas experiências.

Frisa-se que o que se discute aqui não são as cooperativas formadas com o intuito de forjar a legislação trabalhista, ou criadas como forma de mascarar uma terceirização ainda mais perversa. Evidente que esse processo de ataque à classe trabalhadora a que chamamos neoliberalismo reverberou em diversas instâncias das relações sociais e de trabalho, não somente se utilizando de formas cooperativas para burlar a legislação trabalhista, como negando efetividade à própria legislação trabalhista quanto aos trabalhadores formais. Portanto, não é exclusividade da forma cooperativa ser contraditória e apresentar riscos do ponto de vista da efetividade dos direitos sociais, notadamente quando sequer a própria forma relação de emprego está assegurada das violações e fraudes.

²²³ OLIVEIRA, Fábio. *Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2014, p. 14.

Pois bem, os princípios apontados pelo cooperativismo podem ser sintetizados da seguinte forma: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, e preocupação com a comunidade. A autogestão, por sua vez, aparece em contraposição a heterogestão, ou seja, à gestão hierarquizada e verticalizada típica do processo produtivo capitalista. Nesse sentido, seus princípios envolveriam a “autonomia, horizontalidade, democracia direta (mais frequente) ou delegada/representada (menos frequente), representatividade elegível e revogável permanentemente e rotatividade de funções”²²⁴.

Embora a cooperativa de autogestão não exija necessariamente a propriedade coletiva dos meios de produção, a tendência dessa forma e do conceito de autogestão envolve autonomia e independência, ou seja, um momento no qual os operários se tornam proprietários dos meios de produção.

Para Paul Singer, a Economia Solidária se insere nesse momento em que se erguem as cooperativas de autogestão como uma “nova economia”, distinta da capitalista, na qual a propriedade coletiva dos meios de produção se constituiria em um novo modo de produção às margens do sistema capitalista, um “embrião de socialismo”²²⁵. Em suas palavras:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercial, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios tem a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. Se toda a economia fosse solidária, a sociedade seria muito desigual²²⁶.

E complementa, “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade

²²⁴ VERAGO, Josiane Lombardi, op., cit., *ibidem*, p. 53.

²²⁵ SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P; SOUZA, A.R. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Editora Contexto, p. 11-28, 2000, *apud* VERAGO, Josiane, op., cit., *ibidem*, p. 116.

²²⁶ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 9-10.

individual”²²⁷. Todavia, mesmo reconhecendo o autor que essa dinâmica produz uma desigualdade social, alega que esta deve ser reparada pela redistribuição solidária da renda por meio do Estado²²⁸. Ricardo Antunes, entretanto, critica essa perspectiva, no seguinte sentido:

Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital. (...) atribuir a elas a possibilidade de, em se expandindo, substituir, alterar e, no limite, transformar o sistema global de capital parece-nos um equívoco enorme (...) quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende na hipótese mais generosa, ‘substituir’ as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital²²⁹.

Vieitez e Dal Ri apontam, no mesmo sentido, que os empreendimentos cooperativos estão sujeitos, “como qualquer outra empresa, às irracionalidades e oscilações econômicas dos mercados”, participando da “competição econômica, cujas regras e parâmetros são estabelecidos pelas grandes empresas capitalistas e pelo mercado”²³⁰.

Alguns autores vão além e discutem a própria funcionalidade das cooperativas ao sistema capitalista. Raslan aponta como as cooperativas são utilizadas pelo capital como forma de dar resposta à sua própria crise, notadamente tendo em vista a ausência de direitos trabalhistas aos cooperados.

De fato, essas críticas já são apontadas em 1900 por Rosa Luxemburgo, ao criticar o “socialismo de Bernstein”, em *Reforma ou Revolução*. Segunda afirma, as cooperativas de produção teriam uma natureza híbrida no capitalismo, pois, “constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista”²³¹. Todavia, continua: “na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos,

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos...*, op., cit., p. 113..

²³⁰ VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 19, *apud* VERAGO, Josiane Lombardi, op., cit., ibidem, p.117.

²³¹ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. 1900. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap03.htm#p2c2. Acessado em 10.12.2014.

que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência de outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas”²³². Essa contradição, como afirma, leva ao fim a cooperativa de produção, “na acepção em que se torna uma empresa capitalista”²³³.

Dentro desse contexto, as cooperativas de produção não se afiguram como uma nova forma política capaz de gestar, ainda que embrionariamente, o socialismo. Ainda assim, a forma jurídica em si não revela o conteúdo da organização política por trás de cada movimento de ocupações de fábrica. O controle operário pode se fazer presente em uma forma jurídica cooperativa²³⁴, desde que a perspectiva colocada não seja a transformação dos trabalhadores em empreendedores individuais num mercado capitalista global.

Os princípios da autogestão se assemelham com as perspectivas adotadas pelo controle operário, quando pensado o fenômeno na realidade. Todavia, não se confundem com as cooperativas de autogestão impulsionadas e fomentadas pelas políticas públicas governamentais, pelas incubadoras ou movimentos e associações relacionados, que dão conta de incorporar os então operários às instituições estatais, transformando-os em empreendedores individuais e desvinculando-os de seu papel histórico, muito embora não seja esse o discurso propagado.

Evidenciado o caráter do novo fenômeno social de controle operário, que se expressa primeiramente também como uma demanda real dos trabalhadores em defesa de seus empregos, cumpre apontar para um conceito mais acabado do fenômeno, diferenciando sua forma das figuras conhecidas de participação dos trabalhadores nos locais de trabalho.

2.5. Controle operário e participação dos trabalhadores nos locais de trabalho.

²³² *Idem.*

²³³ *Idem.*

²³⁴ Na fábrica de cerâmica Zanon, ocupada e sob controle operário, os trabalhadores constituíram a cooperativa Fasinpat (Fabrica sin patrones) como forma de conseguirem gestar as contas e realizar atos jurídicos regulares em nome da empresa, embora a noção de controle operário e os direitos trabalhistas seguissem na perspectiva até então colocada e sua luta continuasse pela expropriação da fábrica sob controle dos trabalhadores, o que de fato lograram em 2012.

O controle operário se expressa de distintas maneiras ao longa da história, seja em processos de intensa luta de classes, ou em momentos de passividade, de forma generalizada na sociedade, ou em casos isolados, produto de falências ou recuperações de empresas. De todo modo, as diversas acepções ou tendências tem em comum em não vislumbrar o fenômeno como um fim em si mesmo, mas sempre como um meio para se atingir a determinado fim. Analisando a questão, Ernest Mandel, aponta ser o controle operário uma demanda de transição, “uma reforma estrutural anticapitalista por excelência”, e continua:

Esta demanda decorre das necessidades imediatas das massas e as leva a lançar lutas que desafiam a própria existência do sistema capitalista e do Estado burguês. O controle operário é o tipo de demanda que o capitalismo não pode absorver nem digerir, como poderia a todas as demandas imediatas dos últimos sessenta anos, dos aumentos salariais à jornada de oito horas, das legislações de bem-estar social ao pagamento de feriados²³⁵.

Essa concepção de controle operário pressupõe uma relação de conflito característica da sociedade capitalista e, por consequência, uma disputa pelo poder, sempre como produto da luta de classes. Nesse sentido, Leon Trotsky afirma se tratar de um regime de transição que tem como fim alcançar o controle dos meios de produção, e arrancar o poder da burguesia:

O que estamos falando é do controle operário sob o regime capitalista, sob o poder da burguesia. De qualquer forma, uma burguesia que se sinta firmemente assentada no poder, nunca tolerará a dualidade de poder nas suas empresas. O controle operário, por consequência, somente pode ser atingido nas condições de uma mudança brusca na correlação de forças desfavorável à burguesia pela força, por um proletariado que se coloca no caminho de arrancar seu poder, e, portanto, também a propriedade dos meios de produção²³⁶.

Ainda quanto ao controle operário enquanto demanda de transição, como disputa pelo poder, André Gorz, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo* afirma o seguinte.

²³⁵ Tradução livre. Original: “This demand stems from the immediate needs of broad masses and leads them to launch struggles that challenge the very existence of the capitalist system and the bourgeois state. Workers’ control is the kind of demand that capitalism can neither absorb nor digest, as it could all the immediate demands of the past sixty years – from wage increases to the eight-hour day, from social welfare legislation to paid holidays”. MANDEL, Ernest. *The Debate on Workers’ Control*. 1968/69. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/mandel/1968/wcontrol/workcontrol.htm#top>. Acessado em 29/07/2012.

²³⁶ Tradução livre. Original: “De lo que estamos hablando es del control obrero bajo el régimen capitalista, bajo el poder de la burguesía. En cualquier caso, una burguesía que se sienta firmemente asentada en el poder nunca tolerará la dualidad de poder en sus empresas. El control obrero, en consecuencia, solamente puede ser logrado en las condiciones de un cambio brusco en la correlación de fuerzas desfavorable a la burguesía por la fuerza, por un proletariado que va camino de arrancarle el poder, y por tanto también la propiedad de los medios de producción”. TROTSKY, Leon. *El control obrero de la producción*. 1931. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1930s/08_31.htm. Acessado em: 29/07/2012.

Fica então imediatamente evidente que lutar para que a vida conserve um sentido é lutar contra o poder do capital, e que essa luta deve passar, sem solução de continuidade, do plano da empresa para o plano da sociedade, do plano sindical para o plano político, do plano técnico para o plano cultural. Cabe então ao movimento socialista tomar fôlego e situar o combate no seu verdadeiro terreno: a luta pelo poder²³⁷.

Dentro desse contexto, são diversas as situações em que o poder operário está colocado. Pode-se vislumbrá-lo tanto na perspectiva da fábrica, quanto do Estado, embora sempre como um instituto de transição. No âmbito da fábrica, o controle operário se expressa, classicamente, como um poder de veto dos operários no tocante às decisões dos proprietários ou seus gestores e, ainda, na ausência de responsabilidade operária pelos atos gestão da empresa. Nesse sentido, Mandel assevera que:

O controle operário é a afirmação pelos trabalhadores da recusa de deixar o patronato dispor livremente dos meios de produção e da força de trabalho. A luta pelo controle operário é a luta por um direito de veto, dos representantes livremente eleitos pelos trabalhadores e destituíveis a qualquer momento, quanto à admissão ou à demissão de trabalhadores, quanto as cadências da produção em cadeia, quanto à introdução de novas fabricações ou à insistência na supressão de dadas outras e, evidentemente, quanto ao fechamento das empresas. É ainda a recusa de discutir com o patronato, ou com o governo no seu conjunto, quanto à repartição do rendimento nacional durante todo o tempo em que os trabalhadores não tenham adquirido a possibilidade de desvendar a maneira como os capitalistas escamoteiam as cartas, recorrendo sobre preços e lucros. É, por outras palavras, a abertura dos livros de contas patronais e o cálculo pelos trabalhadores dos verdadeiros preços de custo e das verdadeiras margens de lucro²³⁸.

Igualmente com enfoque na questão do poder Coates e Topham afirmam: “o controle operário enfatiza que o propósito da política e da estratégia deve ser o de estabelecer controle, pelos trabalhadores, sobre as decisões, até agora sem ‘limites’, do partido governante da empresa, a saber, os empregadores e seus gerentes”²³⁹.

Essa noção de controle operário apresenta como central a questão do poder operário na relação de conflito. Dentro da perspectiva de uma única fábrica, o controle operário pode se expressar de duas formas, basicamente: com o exercício do poder em face dos proprietários

²³⁷ GORZ, André. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 111.

²³⁸ MANDEL, Ernest. *Lecciones del mayo de 1968*. p 286 *apud* VERAGO, Josiane Lombardi. *Fábricas Ocupadas e Controle Operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. Sumaré: Edições CEMOP, 2011, p. 69.

²³⁹ COATES, Ken; TOPHAM, Tony. *The New Unionism – The Case For Workers’ Control*, London: Peter Owen, 1972 *apud* CASTRO, Manoel Cabral de. *Participação ou Controle: o dilema da atuação operária nos locais de trabalho*. São Paulo, IPE, 1988, p. 71.

dos meios de produção ou de seus gestores, e um direito de veto no que diz respeito às suas decisões, bem como a ausência de responsabilidade pelos atos de gestão da empresa; ou por meio do controle direto dos meios de produção, com a posse imediata.

Trata-se, em termos jurídicos, de elemento mitigador do poder diretivo do empregador, ou de sua exclusão por completo. No final da década de 1970, no Brasil, por exemplo, muitos operários se organizavam no interior das fábricas por meio de comissões de fábrica, órgãos importantes de organização e veículo das demandas operárias, pelos quais se expressava uma espécie de controle operário.

O controle operário apresenta-se, portanto, nessa perspectiva, como um meio de pressão dos trabalhadores para se atingir determinado fim político, econômico ou social, ou seja, uma exteriorização de um conflito coletivo de trabalho que coloca em questão o direito de propriedade ou de posse dos meios de produção.

Por outro lado, há aqueles que defendem ser o controle operário uma forma de democratização do capitalismo “nas fábricas”. Referem-se ao instituto como uma forma de participação dos trabalhadores na gestão da empresa. Aqui, o conflito e o poder não estão no cerne das relações de trabalho, mas, sim, uma forma de integrar a classe operária na gestão das empresas dividindo os ônus das decisões tomadas por seus gestores.

Roger Picard, em seu livro *Contrôle Ouvrier* de 1922, apresenta o controle operário como uma alternativa ao capitalismo autoritário das fábricas e ao socialismo. O controle operário seria, então, a expressão da participação dos trabalhadores na gestão da empresa. Por um lado, não implicaria meramente o direito de elaborar pedidos, reclamações ou sugestões aos gestores, nem, por outro, a substituição dos gestores pelos operários na direção da empresa. Seria, portanto, um instituto intermediário, e representaria a democracia nas fábricas. O autor divide o controle operário em níveis e, segundo analisa, o mais alto grau de controle operário seria a participação dos operários nos conselhos de administração da empresa, ou, a co-gestão²⁴⁰.

Essa noção evolui na doutrina, sendo certo que muitos chegam a eliminar a expressão *controle operário* como ferramenta autônoma de análise dos processos de luta do movimento

²⁴⁰ PICARD, Roger. *Contrôle Ouvrier*. 1922.

operário, pois, segundo alegam, tratar-se-ia de termo com forte conteúdo ideológico²⁴¹. Em seu lugar, utilizam-se simplesmente da expressão: “participação”. Normalmente, a questão do poder e o conflito não são o foco, mas sim a integração e responsabilização dos operários pelos atos de gestão.

Nesse sentido, ao tratar do tema, Walküre Lopes da Silva afirma que o controle operário vincula-se a ideia de participação na gestão da empresa e, citando Alain Touraine e Bernard Mottez²⁴², diz que a expressão remete-se a uma passagem de um sindicalismo de oposição a um sindicalismo de controle, com a superação do poder absoluto do empregador na empresa. Embora afirme que o sindicalismo de controle não implica “uma visão integrativa, mas conflituosa das relações de trabalho”, entende ultrapassadas as formas de oposição total do sindicalismo, o que pressupõe menos centralidade na disputa pelo poder e mais na colaboração dos distintos atores sociais.

Nas sociedades de capitalismo avançado, o movimento sindical efetuou conquistas econômicas e políticas que levaram ao surgimento do sindicalismo de controle, em que aparecem oportunidades de democratizar o poder dentro da empresa. O controle pressupõe participação, ou seja, interferência nas decisões empresariais, ao contrário do que ocorria no período anterior, em que os trabalhadores não tinham outra alternativa senão a contestação²⁴³.

No caso, não se trata estritamente de controle operário, mas sim de participação operária nos locais de trabalho. Para ser controle pressupõe-se uma relação conflituosa e não colaborativa, na qual a questão do poder esteja no centro desta relação, como questionamento do direito de propriedade ou posse dos meios de produção.

De fato, o que existe nessas distintas ideias de controle operário é que elas expressam dois conteúdos distintos, ora como controle, ora como participação, não podendo haver um enquadramento de todas as possibilidades de atuação operária nos locais de trabalho sob

²⁴¹ Sobre a expressão controle operário “embora ainda seja utilizada, em certas ocasiões, em países onde o movimento sindical conserva uma posição ideológica mais radical, carece de importância na maioria das nações ocidentais com economia de mercado” CÓRDOVA, Efrén. *A participação dos Trabalhadores nas Decisões que se Adotam nas Empresas: Experiência internacional*. in CÓRDOVA, Efrén, TRONCOSO, Julio A. L. *Mecanismos Intra-Empresariais de Participação*. São Paulo: IBRART, 1985 *apud* CASTRO, Manoel Cabral de. Ob. Cit., *ibidem*, p. 69.

²⁴² TOURAINE, Alain; MOTTEZ, Bernard. *Classe operária e sociedade global*. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre, coord. *Tratado de Sociologia do trabalho*. Trad. De Octávio Mendes cajado. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1973 *apud* SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. *Representação e participação dos trabalhadores na gestão da empresa*. São Paulo: LTr, 1998, p. 19

²⁴³ SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. *Representação e participação dos trabalhadores na gestão da empresa*. São Paulo: LTr, 1998, p. 20.

apenas uma designação, seja controle ou participação. Com efeito, como ensina Manoel Cabral de Castro:

O próprio termo participação sugere um conjunto de imagens e significações que, na experiência do movimento operário tem estado, quase sempre, associado à idéia de outorga, de concessão, de autorização, enfim, de heteronomia: mesmo quando se lhe atribui um caráter de opção livre e voluntária, tais qualificações não são suficientes para livrá-la do significado de envolvimento de alguém no empreendimento de outrem. Em contrapartida, a expressão controle operário – forjada segundo Coates e Topham, por Tom Mann em sua luta pela renovação do sindicalismo inglês, por volta de 1889 – nasceu associada aos embates que o movimento operário travou pelo reconhecimento da cidadania operária no espaço fabril²⁴⁴.

Embora o autor reconheça que ambas as noções de participação e controle possam ser entendidas como modalidades através das quais os operários buscam exercer algum tipo de influência nas esferas da produção capitalista, a participação seria expressa por meios consensuais, enquanto o controle seria exercido por meio da contestação e do conflito. E acrescenta:

Em sua amplitude semântica, a participação abrange tanto formas de atuação coletiva, como individuais. Compreende, também, tanto as iniciativas autônomas dos próprios trabalhadores, bem como as outorgas e concessões patronais. (...) Em contrapartida, o controle é sempre uma intervenção levada a cabo pelos trabalhadores como ator coletivo. Ela pode ser desencadeada tanto pela massa operária quanto pelo sindicato²⁴⁵.

Relevante, portanto, a manutenção da noção de controle operário enquanto poder operário. Embora atualmente possa se apresentar com diferentes variações é evidente que o controle operário, como o exercício do poder pelos trabalhadores em face de seus patrões, em nada se assemelha à noção de participação. Participar é compartilhar experiências, enquanto que controlar é impor exigências.

O controle operário, assim, enquanto pode operário, se expressa na realidade como um fenômeno decorrente da luta de classes, a partir de uma democracia de classe (os representantes dos operários são mandatados, responsáveis e revogáveis a qualquer momento), que visa a suplantar a contradição capital e trabalho, quando colocado em perspectiva revolucionária, ou contestar o poder do empregador nos locais de trabalho, colocando em questão o direito de propriedade e de posse dos meios de produção. Em perspectiva mais

²⁴⁴CASTRO, Manoel Cabral de. Ob. Cit., *ibidem*, p. 72.

²⁴⁵*Ibidem*, p. 73.

restrita, pode se colocar expressar pela mitigação do poder diretivo do empregador, ou do autoritarismo e despotismo fabril.

Todavia, essa noção do controle operário contemporâneo, não reflete, ainda, em que medida esse fenômeno, agora caracterizado como produto da luta de classes, possa ser traduzido como um direito dos trabalhadores. O que se pretende defender, conforme será demonstrado, é a existência de um verdadeiro direito ao controle operário, levando-se em consideração a perspectiva social que o Direito adquiriu ao longo do Século XX e a necessidade de se buscar avançar na perspectiva política da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 3. O CONTROLE OPERÁRIO COMO DIREITO: UMA CONTRADIÇÃO SISTÊMICA.

"Resiste-se lutando - e até fugindo. Resiste-se com tiros, palavras, espadas, poemas, pancadas, subornos, prisões, greves, canções, pedras, (...) Até com lágrimas se resiste... Mesmo o irracional resiste: o peixe ao anzol, o rio à barragem, a pedra ao vento, a pirâmide ao tempo (...) Até a rosa, com seus espinhos, resiste a quem a colhe... Na dialética da resistência, a síntese pode ser tanto a vitória do justo, como a do injusto (...) E como tudo tem seu oposto a resistência convive com a submissão: a história do agressor também é a do agredido, que ora se curva porque quer, ora por não ter como reagir. E é assim que a vida se submete à morte, o louco à loucura, o lúmpen ao lixo, o rio a poluição (...). No mundo do direito, resiste-se contra a violação da lei - e, as vezes, contra a própria lei, violadora do justo. Mas no mesmo mundo do direito e com igual frequência, os homens se submetem - ora à lei violada, ora à justiça esquecida". (Márcio Túlio Viana – Direito de Resistência)

3.1. Introdução.

Até aqui observou-se como o controle operário se expressa na realidade, seja historicamente, por meio de alguns processos revolucionários que deram ensejo a esse tipo de dinâmica social, ou na contemporaneidade, a partir das transformações no mundo do trabalho e da ofensiva neoliberal. Verificou-se, igualmente, as contradições que permeiam esse fenômeno do ponto de vista da emancipação do trabalho em face do capital. A primeira conclusão, por mais óbvia que seja, foi a de que o controle operário é expressão direta da luta de classes e não se implementa ou se cria por decreto. Trata-se de conclusão importante para a análise jurídica do fenômeno.

Cumpramos analisar no presente capítulo em que medida o fenômeno do controle operário pode se configurar como um direito dos trabalhadores face ao empregador. Ou seja, em que medida têm os trabalhadores o direito de controlar seus locais de trabalho, ou de controlar a produção. Evidente que analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva jurídica atrai contradições que geram alguns problemas. O primeiro problema a ser enfrentado diz respeito à possibilidade de se conferir um direito aos trabalhadores de controle sobre seus locais de

trabalho na medida em que vigora em nosso ordenamento jurídico o direito fundamental à propriedade privada. Há caminhos jurídicos para o enquadramento desse fenômeno ou se trata de uma subversão sistêmica incompatível com o ordenamento jurídico? Pode o direito servir à emancipação dos trabalhadores no que diz respeito ao processo de trabalho e às relações de produção capitalistas ou sua função precípua é reproduzir a lógica do capital reafirmando seu império? O direito é expressão direta das relações de produção capitalistas, ou instrumento de dominação de uma classe sobre outra? Em qualquer dos casos, qual a influência da luta de classes nesse processo? Existe uma forma de expressão jurídica das demandas do movimento operário que não reproduza a “ilusão jurídica” de transformação social pelo direito?

Os questionamentos acima são essenciais para a compreensão das perspectivas jurídicas do fenômeno do controle operário, bem como de suas possibilidades e de suas limitações diante do processo dialético do desenvolvimento histórico. Antes de enfrenta-los, no entanto, é essencial dar ênfase à teoria crítica do direito, para não incorrer no equívoco de cair nas armadilhas da abstração jurídica.

3.2. O Direito em Marx.

Antes de abordar sob quais hipóteses é possível se conceber um direito ao controle operário da produção, cumpre verificar os limites da própria forma jurídica, ou seja, avaliar em que medida o direito pode se constituir instrumento de transformação social, ou será reprodutor da lógica do capital, reafirmando seu império. Busca-se nas obras de Marx uma resposta a esse questionamento.

Embora não tenha dedicado nenhuma obra específica à análise do direito, Marx desenvolveu o tema por diversas vezes ao longo de sua vida. “Sobre a questão judaica”, “Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844”, “Crítica ao programa de Gotha”, e, principalmente, “O Capital”, são exemplos de obras nas quais a questão do direito pôde ser objeto de análise do autor, ainda que de forma tangenciada.

Alguns autores buscam dividir sua obra em dois momentos, um Marx da juventude, mais humanista e com perspectiva jusnaturalista e, um Marx da maturidade, que apresentaria

os elementos mais radicais de sua teoria²⁴⁶. Independentemente da posição metodológica que se adote, é possível extrair, do conjunto da obra de Marx, importantes contribuições para se pensar o direito e seu papel social, notadamente acerca das possibilidades e limites de se traduzir o Direito enquanto instrumento de transformação social.

Em “A questão judaica”, por exemplo, escrito por volta de 1843, Marx faz uma crítica da emancipação política do homem. Segundo o autor, a emancipação política do homem é o pressuposto de sua não emancipação enquanto ser humano. A transição do feudalismo para o capitalismo, aduz, emancipou o Estado em sua forma política. Libertou o Estado dos preconceitos religiosos e, por outro lado, manteve esses mesmos preconceitos no âmbito da sociedade civil. O judeu, o cristão, o camponês e o burguês, agora são considerados enquanto *homens e cidadãos* e, nessa dualidade é que reside sua emancipação política. Há nessa transição um processo de secularização do Estado. Se antes era por meio da religião que o homem se reconhecia enquanto tal, agora passa a ser por meio do Estado que o homem reconhece sua liberdade humana, seu *eu* abstrato e universal²⁴⁷.

A religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um intermediário. O Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana. Assim como Cristo é o mediador a quem o homem atribui toda a sua divindade e todo o seu constrangimento religioso, assim o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia toda a sua não divindade, toda a sua liberdade humana. (...) O Estado político, em relação à sociedade civil, é justamente tão espiritual quanto o céu em relação à terra. Persiste em idêntica oposição à sociedade civil, vence-a, tal como a religião supera a estreiteza do mundo profano; isto é, tem sempre de reconhecê-la de novo, de restabelecê-la, de permitir que por ela seja dominado. O homem, na sua realidade mais íntima, na sociedade civil, é um ser profano. Precisamente aqui, onde aparece a si mesmo e aos outros como indivíduo real, surge como fenômeno ilusório. Em contrapartida, no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, dotado de universalidade irreal²⁴⁸.

Os direitos do homem, nesse sentido, são os direitos do homem egoísta, apartado da sociedade como um todo e da comunidade. O Estado político emancipado se ergue, assim, para garantir os direitos do homem privado e egoísta, que se apresentam como os pretensos

²⁴⁶ A questão a respeito da periodização da obra de Marx é apresentada por Althusser. Cf. a respeito Louis Althusser, *A favor de Marx*, conforme expôs Márcio Bilharinho Naves, em *A questão do direito em Marx*. NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras expressões, 2014, p. 15.

²⁴⁷ MARX, Karl. *A questão Judaica*. Transcrição: Alexandre Linhares, 1843. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acessado em 12.10.2014.

²⁴⁸ *Idem*.

direitos naturais do homem. Essa emancipação política, portanto, é o que permite, nesse contexto, o reconhecimento da liberdade humana, na medida em que ela não se impõe pela força ou pela religião, mas por um terceiro aparentemente estranho ao indivíduo, que é exatamente o Estado político.

Todavia, Marx observa que essa emancipação política está longe de ser a emancipação total da humanidade. Os direitos do homem egoísta garantidos por esse Estado político emancipado, tais como a igualdade, liberdade e propriedade privada, não vêm emancipar a humanidade, mas, pelo contrário, passam a ser o pressuposto de sua condenação ao profano da sociedade civil, com suas diferenças e preconceitos, de modo que o homem não teria se libertado da religião ou da propriedade, mas conseguido o direito à liberdade religiosa e o direito a ter propriedades²⁴⁹.

O direito individual à liberdade, igualdade e propriedade, portanto, é a sua própria não realização em si. A emancipação humana, nesse sentido, somente é possível, segundo Marx, quando o homem individual e egoísta tiver em si o cidadão abstrato:

quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças *sociais*, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força *política*²⁵⁰.

Interessante notar como Marx critica o direito natural, pretensamente inato ao homem, enquadrando-o em seu processo histórico de secularização do “Estado” religioso. Igualmente, critica a racionalidade liberal, que confere ao homem uma dualidade existencial no âmbito da política e da sociedade civil, não resolvendo as contradições, mas expandindo-as. O Estado, aqui, se ergue para proteger o direito do indivíduo egoísta da sociedade civil. E os direitos à liberdade, igualdade e propriedade privada, por sua vez, pressupõem sua não existência em si, pois o direito aqui não emancipa o homem enquanto ser humano, mas apenas enquanto ser político. O garantia de uma liberdade abstrata no âmbito político, portanto, expressa uma ausência de liberdade no âmbito da realidade social.

Em “Manuscritos Econômicos-Filosóficos”, escrito em 1844, Marx faz uma incursão sobre o trabalho alienado e a propriedade privada, estabelecendo uma relação dialética entre

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Idem.*

essas relações sociais. “A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade em si mesma, como sujeito, como pessoa, é trabalho”²⁵¹, analisa Marx. O trabalhador se converte desta forma em propriedade privada, de forma que a propriedade privada, ao mesmo tempo, produz trabalho alienado e é produzida pelo trabalho alienado. Esse movimento é possível na medida em que o trabalhador é separado dos meios de produção, passando-se a se sujeitar a um capitalista com o fim de ganhar seu sustento subordinando-se a este, em troca de salário.

O produto de seu trabalho, nessa medida, lhe é tolhido de forma que passa a ser um produto estranho à ele. Não reconhece mais o produto de seu trabalho como seu. Nesse sentido é que se tem a propriedade privada, ou seja, como consequência do estranhamento do trabalho que, por sua vez, se reproduz a partir da apropriação privada dos meios de produção. “O próprio homem se converteu na entidade oprimida por tensões, que é a da propriedade privada”²⁵².

A superação dessa ordem de coisas, o comunismo, traduz-se, segundo Marx, na “abolição *positiva da propriedade privada*, da *auto-alienação humana* e, pois, a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o homem. Ele é, portanto, o retorno do homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano, um regresso completo e consciente que assimila toda a riqueza da evolução precedente”²⁵³. E continua, o “comunismo como um naturalismo plenamente desenvolvido é humanismo e como humanismo plenamente desenvolvido é naturalismo. É a resolução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e essência, entre objetificação e autoafirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie. É a resposta ao enigma da História e tem conhecimento disso”²⁵⁴.

Alguns autores entendem que nessa obra a concepção do comunismo estaria atravessada pela determinação jurídica da propriedade privada²⁵⁵. Ou seja, a socialização dos meios de produção é o que permitiria ao trabalhador recuperar o que lhe fora tolhido, o

²⁵¹ MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Transcrição: Alexandre Moreira Oliveira, 1844. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>. Acessado em: 10.11.2014.

²⁵² *Idem.*

²⁵³ *Idem.*

²⁵⁴ *Idem.*

²⁵⁵ NAVES, Marcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras expressões, 2014, p. 18.

produto de seu trabalho, rompendo assim com o estranhamento característico das relações de produção capitalistas. Outros afirmam que a relação dialética estabelecida no texto entre a *propriedade privada* e o *trabalho alienado* não permite uma resolução do conflito por meio da determinação jurídica da propriedade. Tanto é assim que ao criticar o comunismo vulgar Marx escreve:

(...) esse comunismo, que nega a personalidade do homem em todos os setores, é somente a expressão lógica da propriedade privada, que é essa negação. A inveja universal estabelecendo-se como uma potencia é apenas uma forma camuflada de cupidez que se reinstaura e satisfaz de maneira diferente. Os pensamentos de toda propriedade privada individual são, pelo menos, dirigidos contra qualquer propriedade privada mais abastada, sob a forma de inveja e do desejo de reduzir tudo a um nível comum; destarte, essa inveja e nivelamento por baixo constituem, de fato, a essência da competição. O comunismo vulgar é apenas o praxismo de tal inveja e nivelamento por baixo, baseado num mínimo preconcebido. Quão pouco essa eliminação da propriedade privada representa uma apropriação genuína é demonstrado pela negação abstrata de todo o mundo da cultura e da civilização, e pelo retorno a simplicidade inatural do pobre e indigente que não só ainda não ultrapassou a propriedade privada, mas nem ainda a atingiu. A comunidade é só uma comunidade de trabalho e de igualdade de salários pagos pelo capital comunal, pela comunidade capitalista universal²⁵⁶.

Assim, o fim da propriedade privada e ao mesmo tempo, do trabalho alienado, ou seja, a superação da separação dualística do homem conforme já apontado n'A Questão Judaica, não pode se dar por uma imposição jurídica, que decretaria então o fim da propriedade privada, até mesmo porque a “religião, a família, o Estado, o Direito, a moral, a ciência, a arte, etc, são apenas formas *particulares* de produção e enquadram-se em sua lei geral”²⁵⁷, ou seja, na lei geral do modo de produção capitalista, da extração de mais valia.

Nesse sentido, ainda que a propriedade privada fosse abolida juridicamente, mas o produto do trabalho continuasse estranho ao trabalhador, ainda assim não se poderia falar em emancipação humana ou do trabalho. A questão, portanto, de se perquirir a respeito dos caminhos jurídicos do controle operário não repousa, definitivamente, em uma solução para a superação da contradição entre o capital e o trabalho.

O papel do Direito nesse processo fica ainda mais claro em “Crítica ao Programa de Gotha”, no qual Marx faz uma crítica do programa do Partido Operário Alemão, que se fundia, naquele momento, com a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, dirigida por Lassalle.

²⁵⁶ MARX, Karl. *Manuscritos...*, op., cit., *idem*.

²⁵⁷ *Idem*.

Nesse trabalho, Marx inicia suas glosas analisando o primeiro parágrafo do programa do Partido Operário Alemão que assim dispunha: “*o trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura, e como o trabalho produtivo só é possível na sociedade e pela sociedade, o seu produto pertence integralmente, por direito igual, a todos os membros da sociedade*”²⁵⁸.

Para o autor, se o trabalho é a fonte de toda riqueza, ninguém na sociedade poderia se apropriar de riquezas que não são fruto do trabalho, de forma que quem quer que não trabalhe vive do trabalho alheio²⁵⁹. Essa deveria ser a conclusão lógica, segundo o autor, do primeiro período do texto, todavia, a locução “e como” tira essa conclusão para incutir outra: a de que o “o trabalho produtivo só é possível na sociedade e pela sociedade” e que, portanto, o produto do trabalho deve pertencer, “integralmente e por direito igual” a todos os membros da sociedade²⁶⁰. Ou seja, critica Marx, “se o trabalho produtivo só é possível na sociedade e pela sociedade, o seu produto pertence à sociedade – a ao trabalhador individual caberá apenas o que não for indispensável à manutenção da sociedade, que é a própria ‘condição’ do trabalho”²⁶¹.

Desenvolvendo o antagonismo de classe, Marx assevera que a proposição correta seria a de que o “trabalho social só é fonte da riqueza e da cultura se for um trabalho social”²⁶² e, na medida em que “se converte em fonte de riqueza e de cultura, desenvolvem-se, no trabalhador, a pobreza e o desamparo, no não-trabalhador, a riqueza e a cultura”²⁶³. Portanto, ao contrário de frases generalistas sobre o “trabalho” e a “sociedade” seria preciso, segundo Marx, indicar com “precisão como é que, na atual sociedade capitalista, estão finalmente criadas as condições materiais e outras que permitem e obrigam o trabalhador a quebrar essa maldição social”²⁶⁴.

Essa crítica é complementada quando da análise do terceiro parágrafo do programa, que dispunha “*A libertação do trabalho exige que os instrumentos de trabalho se elevem a patrimônio comum da sociedade e que o trabalho coletivo seja regulamentado pela*

²⁵⁸ MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução: Alberto Saraiva, Portugal: Ed. Portucalense, 1971, p. 13.

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 14.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem, ibidem, p. 15.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem.

comunidade, com repartição equitativa do produto”²⁶⁵. Em outras palavras, o programa aponta que a libertação do trabalho seria produto da **socialização dos meios de produção e da regulação social do produto do trabalho**, de forma a ser **distribuído de forma equitativa**.

Primeiro, Marx observa as contradições do que seria o produto do trabalho e da repartição equitativa. A questão primeira está em saber de que produto do trabalho está se falando. Isto porque:

No seio de uma ordem social comunitária, assenta na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam os seus produtos; do mesmo modo, o trabalho incorporado em produtos já não aparece aqui *como valor* desses produtos, como uma qualidade real possuída por eles, pois que, ao invés do que se passa na sociedade capitalista, já não é por um desvio, mas sim diretamente que os trabalhos do indivíduo se tornam parte integrante do trabalho da comunidade. A expressão ‘produto do trabalho’ já hoje condenável pela sua ambiguidade, perde assim qualquer significado²⁶⁶.

O segundo ponto de crítica está na perspectiva colocada com foco na **repartição**, pois, em “todas as épocas, a repartição dos objetos de consumo é consequência do modo como estão distribuídas as próprias condições da produção”²⁶⁷, de forma que a distribuição é característica do próprio modo de produção.

O modo de produção capitalista, por exemplo, consiste em que as condições materiais de produção são atribuídas aos não-trabalhadores sob a forma de propriedade capitalista e propriedade fundiária, ao passo que a massa apenas possui as condições pessoais da produção; a força de trabalho. Distribuídos desta maneira os elementos da produção, a atual repartição dos objetos de consumo resulta naturalmente por si mesma²⁶⁸.

E observa, em outra perspectiva: “Sejam as condições materiais da produção propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, e do mesmo modo resultará uma repartição dos objetos de consumo diferente da atual”²⁶⁹. Dessa assertiva, poderia se concluir que o comunismo estaria atravessado pela determinação jurídica da propriedade. Todavia, há que se analisar com cuidado essa conclusão. Com efeito, em um período de transição, Marx admite a manutenção do direito burguês, na medida em que o trabalho continua sendo trocado por seu equivalente em bens de consumo.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 16.

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 19.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 21.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 22.

²⁶⁹ *Idem*.

Do que aqui se trata é de uma sociedade comunista não como se desenvolveu sobre as bases que lhe são próprias mas, pelo contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista; uma sociedade que, por consequência, em todos os aspectos, econômico, moral, intelectual, apresenta ainda os estigmas da antiga sociedade que a engendrou. O produtor recebe pois individualmente – uma vez feitas as deduções – o equivalente exato do que deu à sociedade. O que ele lhe deu foi a sua quota-parte individual de trabalho. (...) Trata-se aqui manifestamente do mesmo princípio que regula a troca das mercadorias, na medida em que é a troca de valores iguais. O fundo e a forma diferem porque, sendo diferentes as condições, ninguém pode fornecer senão o seu trabalho e, por outro lado, só objetos de consumo individual podem passar a ser propriedade do indivíduo.

Desse modo, “o *direito igual* continua aqui, portanto, no seu princípio, a ser o *direito burguês*, se bem que princípio e prática já não entrem em conflito, ao passo que hoje, para as mercadorias, a troca de equivalentes só existe em média e não nos casos individuais”²⁷⁰. Essa perspectiva de transição ainda resultará defeitos, conforme aponta Marx, “inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista”, de modo que “o direito nunca pode ser mais elevado que o estado econômico da sociedade e o grau de civilização que lhe corresponde”. Já numa fase superior da sociedade comunista, Marx observa:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão social do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras ‘de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!’²⁷¹.

A perspectiva comunista, todavia, até mesmo para um período de transição, não pode ser imposta pelo Estado de forma subvencionada, ou proclamada por decreto, de forma que a pretensa ilusão jurídica está descartada.

A crítica à determinação jurídica da propriedade como panaceia da emancipação do trabalho aparece nas glosas ao seguinte parágrafo do programa do Partido Operário Alemão: “O Partido Operário Alemão reclama, para *preparar as vias para a solução da questão social*,

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 20 (grifos no original).

²⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 21.

o estabelecimento de sociedades de produção com a ajuda do *Estado sob controle democrático do povo dos trabalhadores*. As sociedades de produção *devem ser criadas* na indústria e na agricultura com uma amplitude tal *que delas resulte a organização socialista do conjunto do trabalho*". Para Marx, o programa estabelece que o "processo de transformação revolucionária da sociedade", resultaria da "ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele *próprio* (e não o trabalhador) 'criou'". Nesse sentido, estar-se-ia abandonando "o ponto de vista da ação de classe para voltar ao da ação de seita". E conclui:

Dizer que os trabalhadores querem instaurar as condições da produção coletiva à escala da sociedade e, para começar, no seu país, a escala nacional, significa somente que eles trabalham para derrubar as condições de produção atuais; e isso não tem nada que ver com a criação de sociedade cooperativas subvencionadas pelo Estado. E quanto às sociedades cooperativas atuais, elas só tem valor enquanto são criações independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses²⁷².

No mesmo sentido, ao se referir sobre as cooperativas de produção, Marx, no livro terceiro do Capital, sintetiza:

(...) Pelo que diz respeito as cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e o trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação os trabalhadores são os capitalistas deles próprios, quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio valor²⁷³.

Evidente que ao assim proceder, Marx afasta qualquer tipo de ilusão jurídica que se possa ter quanto a perspectiva de transformação revolucionária da sociedade por meio de uma transformação na determinação jurídica da propriedade privada dos meios de produção. A revolução proletária, conforme se depreende, será obra dos próprios proletários e, ainda que exista resquícios do direito burguês em uma primeira fase da sociedade comunista, esta não se implementará por meio de decreto, mas pela auto-organização das massas.

Referidas conclusões são essenciais do ponto de vista das discussões que circundam as perspectivas das fábricas ocupadas e recuperadas sob controle dos trabalhadores, ou de sociedades cooperativas organizadas a partir de ocupações de fábrica ou de processos de luta

²⁷² *Idem, ibidem*, p. 28.

²⁷³ MARX, Karl. *O capital*. – livro terceiro, 1979, p. 28, *apud* VERAGO, Josiane Lombardi, op., cit., p. 34.

de classes, em que a questão da emancipação ou não do trabalho em uma fábrica só está colocada.

Fruto de diversas discussões políticas, as demandas, do ponto de vista jurídico, são expressas de forma sintética a partir de duas proposições: (i) estatização da fábrica sob controle dos trabalhadores, ou (ii) sua transformação em cooperativas de produção.

A forma jurídica pela qual se estabelece o controle dos trabalhadores nos locais de trabalho, a princípio, não determina seu caráter mais ou menos emancipador, notadamente diante do fato de que a superação da figura do patrão nesses processos não exclui a forma pela qual as relações de produção se expressam na sociedade como um todo e nas quais também essas fábricas estão submetidas.

De fato, a superação dessa ordem de coisas está menos na determinação jurídica da propriedade e mais na ação coletiva da classe trabalhadora e na sua disposição em romper com a expropriação objetiva e subjetiva do trabalho característica da atual fase do desenvolvimento histórico, notadamente com a separação entre o trabalho manual e intelectual, entre as tarefas de execução e direção que lhe são características. A presente noção fica ainda mais clara quando da análise de “O Capital”.

Nessa obra observam-se importantes elementos para se pensar o direito em meio às relações sociais de produção capitalistas. Há nessa obra, conforme apontam alguns autores, uma superação da categoria abstrata do homem, característica das obras relacionadas à sua “juventude” de modo que, a partir de agora, o homem é pensado em meio às relações sociais às quais ele está estruturado, e não enquanto ente. E é a partir da análise das relações sociais que se poderá verificar de que forma o direito se ergue e se estrutura dentro dela.

Márcio Bilharinho Naves, em seu livro “A questão do direito em Marx”, busca evidenciar essa compreensão marxista do direito a partir de “O Capital”. O autor verifica como Marx analisa a questão da acumulação primitiva conectava as categorias de **liberdade** e **igualdade**, de modo que nesse primeiro processo de subsunção formal do trabalho ao capital, no qual o trabalhador é separado dos meios de produção, “é aberta uma esfera de circulação

mercantil inteiramente nova, na qual a própria pessoa ingressa como ‘portador’ de um objeto que é ele mesmo e no qual ele se vende a outro sem perder a sua liberdade”²⁷⁴.

Essa liberdade se apresenta sob dois aspectos, liberdade do trabalhador face aos meios de produção, e liberdade dele mesmo, enquanto mercadoria, para se vender no mercado. A igualdade, como decorrência, se expressa na medida em que, enquanto indivíduo livre, não pode ele ser subjugado pela força ou pela religião, devendo se apresentar ao mercado em pé de igualdade, ainda que formal, para estabelecer o contrato de compra e venda de sua força de trabalho.

Todavia, esse processo de acumulação primitiva se mostra completamente paradoxal com as categorias jurídicas que se erguerão mais adiante para estabelecer os princípios dessas relações sociais. A separação do trabalhador dos meios de produção se deu, inicialmente, pela força, eliminando fisicamente ou condenando a trabalhos forçados aqueles que se recusavam à disciplina do trabalho.

De qualquer forma, “a emergência das categorias da liberdade e da igualdade faz, portanto, com que o homem se transforme em um sujeito de direito”²⁷⁵, passando a ser “dotado de uma mesma capacidade que o direito lhe confere, podendo realizar atos jurídicos e celebrar contratos”²⁷⁶. Conforme assinala Marx, em “O Capital”:

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas; portanto, inermes diante do homem. Se não é dócil, pode o homem empregar força, em outras palavras, apoderar-se dela. Para relacionar essas coisas, umas com as outras, como mercadorias, tem seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvido ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica²⁷⁷.

²⁷⁴ NAVES, Márcio Bilharinho. op., cit., *ibidem*, p. 46.

²⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 50.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ MARX, Karl. *O Capital*, V.1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 109.

Naves identifica, a partir deste excerto, a profunda relação entre a forma mercantil e a forma jurídica, de modo que “o direito existe como a condição subjetiva – gerada pelo movimento da circulação – (...) , para que se efetive um circuito de trocas”²⁷⁸.

A ideia abstrata da liberdade e da igualdade apresentam-se como categorias específicas do modo de produção capitalista na medida em que só podem se desenvolver plenamente com a generalização do valor de troca. “As categorias modernas da liberdade e da igualdade ‘pressupõem’ as relações de produção capitalistas fundadas no trabalho livre, assalariado”²⁷⁹.

Quanto mais se aprofunda a subsunção do trabalho ao capital, mais a ideia abstrata da liberdade e da igualdade expressam a subjetividade humana, como uma condição natural de sua expressão em sociedade. E, da mesma forma, mais o sujeito de direito se expressa universalmente. “A esfera da liberdade e da igualdade não é mais, agora, algo exterior ao homem, e que deva ser introjetada nele, de fora, mas ela é a ‘condição natural’ de vida dos indivíduos, de modo que a operação mercantil de venda de si mesmo por um homem cuja vontade se tornou autônoma constitui-se na realização dos direitos fundamentais da pessoa humana”²⁸⁰.

Essa compreensão da forma jurídica como expressão da forma mercantil, i.e., da forma jurídica como expressão do novo modo de produção capitalista, que ao subsumir formal e realmente o trabalho ao capital e expressar o trabalho enquanto trabalho geral e universal abstrato, por meio do valor, e valor de troca, e que necessita, por sua vez, da forma jurídica, para criar sujeitos de direito livres e iguais, como condição para reproduzir a sua circulação, é o que distinguirá o direito como essencialmente capitalista e, portanto, histórico, motivo pelo qual não cabe falar em um direito socialista ou em socialismo jurídico. Retoma-se, portanto, a discussão do papel do direito na transformação revolucionária da sociedade.

No desenvolvimento da noção do Direito nessa perspectiva destaca-se a obra de E. B. Pachukanis, para quem Marx havia descoberto “o profundo vínculo interno existente entre a forma jurídica e a forma mercantil”²⁸¹. E complementa, “Uma sociedade que é constrangida, pelo estado de suas forças produtivas, a manter uma relação de equivalência entre o dispêndio

²⁷⁸ NAVES, Márcio Bilharinho, op., cit., *ibidem*, p. 52.

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 54.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 48.

²⁸¹ PACHUKANIS, E.B. *Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Tradução: Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 28.

de trabalho e a remuneração, sob uma forma que lembra, mesmo de longe, a troca de valores-mercadorias, será constrangida igualmente a manter a forma jurídica”²⁸². No caso, essa perspectiva fornece uma crítica às concepções instrumentalistas do Direito, que enxergam o Direito enquanto produto das relações sociais em geral e, portanto, instrumento de dominação de uma classe sobre outra.

Para Naves, analisando a obra e crítica de Pachukanis, a concepção do Direito como produto das relações sociais em geral apenas “exprime o conteúdo das relações jurídicas”²⁸³, “mas não é capaz de explicar justamente porque esse conteúdo deve revestir uma *determinada forma*, precisamente, a forma jurídica”²⁸⁴. A esse respeito, desenvolve Naves:

A forma jurídica nasce somente em uma sociedade na qual impera o princípio da divisão do trabalho, ou seja, em uma sociedade na qual os trabalhos privados só se tornam trabalho social mediante a intervenção de um equivalente geral. Em tal sociedade mercantil, o circuito das trocas exige a mediação jurídica, pois o valor de troca das mercadorias só se realiza se uma operação jurídica – o acordo de vontades equivalentes – for introduzida. Ao estabelecer um vínculo entre a forma do direito e a forma da mercadoria, Pachukanis mostra que o direito é uma forma que reproduz a equivalência, essa ‘primeira ideia puramente jurídica’ a que ele se refere. A mercadoria é a forma social que necessariamente deve tomar o produto quando realizado por trabalhos privados independentes entre si, e que só por meio da troca realizam o seu caráter social. O processo do valor de troca, assim, demanda para que se efetive um circuito de troca mercantis, um equivalente geral, um padrão que permita ‘medir’ o *quantum* de trabalho abstrato que está contido na mercadoria²⁸⁵.

É nesse sentido que o Direito se apresenta como indissociavelmente ligado ao modo de produção capitalista, de modo que não cabe falar em um direito socialista. Assim, a transformação da sociedade está menos na determinação jurídica da propriedade ou do Direito em geral e mais na ação coletiva dos trabalhadores, que são quem, de fato, imprimem o verdadeiro conteúdo à sua ação de classe. Dentro dessa perspectiva, resta claro que não será uma lei de regulamentação do controle operário nos locais de trabalho ou a mitigação do poder diretivo do empregador que irá superar a contradição entre capital e trabalho.

²⁸² *Idem.*

²⁸³ NAVES, Márcio, Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008 p. 56.

²⁸⁴ *Idem.*

²⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 57.

A forma jurídica pela qual se expressará o controle operário, ou seja, se por meio de uma cooperativa, ou pela constituição de uma empresa pública a partir da estatização dos meios de produção sob controle dos trabalhadores não será o que vai determinar o nível de emancipação do trabalho em face ao capital.

De qualquer forma, resta ainda verificar se a existência de um Direito ao controle operário dos locais de trabalho reproduz e reforça a lógica capitalista, ou é um elemento importante para expor as contradições do Direito e os limites dessa forma jurídica, apontando, assim, para sua superação. Para tanto, pretende-se desenvolver o processo de evolução jurídico-institucional pelo qual passou o Direito no século XX, e de que forma isso se expressa do ponto de vista da luta de classes e para a classe trabalhadora.

3.3. A nova racionalidade do direito social e a luta de classes.

A forma jurídica, enquanto produto das relações sociais de produção capitalistas, passa a se expressar a partir de postulados e princípios que se generalizam e são incutidos até mesmo na própria subjetividade do trabalhador. As noções liberais de liberdade e de igualdade, assim, são alçadas a direitos fundamentais do homem, recebendo proteção contra qualquer tipo de ação que interfira na livre escolha. As relações de trabalho são vistas juridicamente apenas pelo aspecto meramente contratual, segundo o qual o trabalhador, desprovido dos meios de produção e livre para vender sua força de trabalho a qualquer capitalista, realiza um contrato com um sujeito de direito também livre e igual em direitos. Por meio desse contrato vislumbra-se unicamente a ideia abstrata de que, de um lado, o trabalhador tem a obrigação de prestar serviços e, do outro, o empregador a obrigação de lhe pagar uma remuneração que seria, no contexto da abstração criada, equivalente aos serviços prestados²⁸⁶. Além disso, a presunção da liberdade e da igualdade afasta qualquer intervenção do Estado ou de organizações de trabalhadores nessa relação contratual.

Foi precisamente este o sentido da Lei *Le Chapelier*, de 17 de junho de 1791, na França, que “proibia, expressamente, os cidadãos de uma mesma classe ou profissão de se

²⁸⁶ Tratava-se, no início do capitalismo, de liberar as forças produtivas e minar as bases do Estado Absolutista, baseado nos privilégios da nobreza e do clero e em relações sociais estanques.

organizarem coletivamente”²⁸⁷. Ainda que se possa apontar a existência de algumas leis direcionadas às relações de trabalho ao longo do século XIX primava na consciência jurídica e social os postulados do liberalismo. Assim, “as leis burguesas em matéria trabalhista pouca ou quase nenhuma aplicabilidade prática obtiveram, pois que esbarravam na própria construção teórica do direito liberal em vigor”²⁸⁸. Conforme salienta François Ewald, citado por Souto Maior, os postulados básicos deste Direito Liberal eram:

a) a preocupação com o próximo decorre de um dever moral: tornar esse dever em uma obrigação jurídica elimina a moral que deve existir como essência da coesão social; b) todo direito obrigacional emana de um contrato: a sociedade não deve obrigação a seus membros; só se reclama um direito em face de outro com quem se vincule pela via de um contrato; c) a desigualdade social é consequência da economia (e igualdade também): quando o direito procura diminuir a desigualdade acaba acirrando a guerra entre ricos e pobres (ricos, obrigados à benevolência, buscam eliminar o peso do custo de tal obrigação; pobres, com direitos, tornam-se violentos); d) a fraternidade é um conceito vago que não pode ser definido em termos obrigacionais; e) o direito só tem sentido para constituir a liberdade nas relações intersubjetivas, pressupondo a igualdade (a ordem jurídica tem a função de impedir os obstáculos à liberdade); f) o direito não pode obrigar alguém a fazer o bem a outra pessoa; g) “em uma sociedade constituída segundo o princípio da liberdade, a pobreza não fornece direitos, ela confere deveres”²⁸⁹.

Nesse contexto, qualquer legislação ou ação social no sentido de remediar as consequências do desenvolvimento do modo de produção capitalista, notadamente com a industrialização e a formação de um proletariado fabril, estavam, à época, inseridas dentro de uma concepção liberal de Estado e de Direito, de modo que as relações de trabalho e os conflitos sociais eram vistos ou sob a ótica contratual ou como caso de polícia, motivo pelo qual se mostra inapropriado apontar, como produto dessa legislação, a criação, ainda naquele período, de um ramo específico do Direito como o Direito do Trabalho, ou o nascimento de uma nova racionalidade para a teoria geral do direito.

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo industrial produziu uma séria *questão social*, sendo certo que, no final do século XIX, já se começam a produzir teorias no sentido de transformação desse modelo. “Não é exagero dizer que o acidente do trabalho, dada a sua enorme incidência e, seus terríveis efeitos (equiparáveis ao de uma guerra, ou piores), foi um

²⁸⁷ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de Direito do Trabalho – Volume I: Teoria Geral do Direito do Trabalho*. Volume 1, Parte 1, São Paulo: LTr, 2011, p. 151.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 160.

²⁸⁹ EWALD, François. *Histoire de l'État Providence: les origines de la solidarité*. Paris: Grasset, 1996, p. 23 *apud* SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de Direito do Trabalho – Volume I:...* op., cit., *ibidem*, p. 339.

dos fatos sociais mais determinantes para iniciar uma mudança do modelo jurídico e político do Estado”^{290 291}.

Essas transformações, apesar das formulações teóricas do início do século XX e das diversas leis voltadas às relações de trabalho, começam a se expressar mais concretamente somente com o fim da primeira guerra mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919. Nesse documento “há um reconhecimento expresso de que o desprezo pelas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, advindas do modelo capitalista de produção, que se desenvolveu em nível mundial, foi uma das causas principais da conflagração”²⁹².

Assim, na Parte XIII do Tratado de Versalhes institui-se a Organização Internacional do Trabalho – OIT, “cujo objeto principal seria a elaboração de um sistema normativo internacional, e que incluía as chamadas cláusulas trabalhistas com caráter de princípios fundamentais de toda legislação trabalhista internacional”²⁹³. Nicolas Valticos atenta à uma tríplice justificação de uma ação legislativa internacional sobre as questões do trabalho: “*política* (assegurar bases sólidas para a paz universal), *humanitária* (existência de condições de trabalho que geram injustiça, miséria e privações) e *econômica* (o argumento inicial da concorrência internacional como obstáculo a melhoria das condições sociais em escala nacional...)”²⁹⁴.

Conforme se depreende dos próprios considerandos de criação da OIT, na Seção I da Parte XIII do Tratado de Versalhes, reconhecia-se a profunda desigualdade e miséria a qual o Estado liberal havia levado a sociedade da época, apontando para a necessidade de se repensar

²⁹⁰ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op.cit., *ibidem*, p. 342.

²⁹¹ “É interessante perceber que após Adam Smith, que publica *A riqueza das nações* no século XVIII, em 1776, e confere o fundamento para o liberalismo econômico, as demais obras de cunho econômico denominada ‘escola clássica’, produzidas no século XIX, já diante dos primeiros efeitos da Revolução Industrial, não reproduziram, com a mesma intensidade, a lógica do ‘laissez-faire’, sobretudo depois que a ligação entre política e economia se torna mais evidente a partir de meados da década de 1870, mas nem isso é suficiente para conduzir a classe dominante a uma nova racionalidade, cegos que estão pela possibilidade de lucro e pela luta ideológica, interferindo, negativamente, na formação dessa consciência a integração da livre concorrência econômica, básica no modelo liberal clássico, às políticas beligerantes de Estados e indústrias de guerra”. *Idem, ibidem*, p. 221.

²⁹² *Idem, ibidem*, p. 251.

²⁹³ *Idem, ibidem*, p. 252.

²⁹⁴ VALTICOS, Nicolas. *Droit International du Travail*. Paris, Dalloz, 2ª ed., p. 44, *apud* SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1998, p. 18.

o modelo, que produziu um saldo de milhões de mortos e incapacitados pela primeira guerra mundial:

Considerando que a Sociedade das Nações tem por fim estabelecer a paz universal, e que esta só pode subsistir tendo por base a justiça social;

Considerando que existem condições de trabalho que constituem para um grande número de pessoas a injustiça, a miséria e as privações, e que originam um estado tal de descontentamento que põe em perigo a paz e a harmonia universais, e visto ser urgente melhorar essas condições: por exemplo, no que respeita à regulamentação das horas de trabalho, à fixação da duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento de mão-de-obra, à luta contra a falta de trabalho, à garantia de um salário que assegure condições de existência aceitáveis, à proteção dos trabalhadores contra as doenças gerais ou profissionais e acidentes de trabalho, à proteção da infância, dos adolescentes e das mulheres, às pensões na velhice e na invalidez, à defesa dos interesses dos trabalhadores residentes no estrangeiro, à afirmação do princípio da liberdade sindical, à organização do ensino profissional e técnico e outras medidas análogas;

Considerando que a não adoção, por uma nação qualquer, de um regime de trabalho realmente humano, constitui um obstáculo aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a situação dos trabalhadores nos seus próprios países (...) ²⁹⁵.

Ressalta-se que o Brasil foi um dos vinte e nove países signatários do Tratado de Versalhes e, portanto, membro fundador da Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT), motivo pelo qual se vinculou aos objetivos e princípios da instituição internacional. Nesse sentido, diversas Convenções Internacionais dessa organização passaram a ser promulgadas no intuito de regular as relações de trabalho ²⁹⁶. Todavia, a compreensão político-econômica após a primeira guerra mundial bem como o espírito belicoso mantiveram-se na perspectiva de diversos países, de modo que as convenções eram ratificadas sob condições. “A Áustria, por exemplo, ao efetuar sua ratificação em 1924, deixou claro que os termos da Convenção somente entrariam em vigor internamente quando fossem também ratificados pelos principais países da Europa (Alemanha, Bélgica, França,, Grã-Bretanha e Itália) e pelos Estados que lhe fossem limítrofes ou que consigo tivessem relações econômicas (Hungria,

²⁹⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz., ob. cit., *ibidem*, p. 258-259.

²⁹⁶ Entre 1919 a 1939 são elaboradas 67 Convenções Internacionais, dentre as quais ressaltam-se convenções sobre: a limitação das horas de trabalho (n. 01, 30, 31, 46, 47, 49, 51, 57, 61, 67); a idade mínima em diversos setores (n. 05, 07, 15, 33, 58, 59, 60); o trabalho noturno a mulheres (n. 04) e menores (n. 06); a previsão de indenização por acidente de trabalho (n. 12, 17, 19); proteção contra as doenças profissionais (n. 13, 18, 24, 25, 42); seguro contra a velhice, invalidez ou morte (n. 35, 36, 37, 38, 39, 40); férias remuneradas (n. 52, 54), entre tantas outras. *Idem, ibidem*, p. 260-262.

Polônia, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Suíça e Tchecoslováquia)»²⁹⁷. Portanto, apesar de todo o esforço no sentido de romper com os postulados liberais que estruturavam o Estado e o Direito, a perspectiva egoísta não foi superada, vindo a ruir com de deflagração da segunda guerra mundial, que levou o mundo a um novo terror, com outros milhões de mortos e incapacitados.

De qualquer forma, toda a compreensão e esforço teórico e prático, com a assinatura do Tratado de Versalhes, a publicação de um conjunto de obras doutrinárias, leis protetivas, e a perspectiva social adotada pelas constituições ao longo do século XX, que deu ensejo ao chamado constitucionalismo social, representaram um avanço dentro da perspectiva levantada²⁹⁸. Nesse sentido, cumpre ressaltar que essa transformação no pensamento jurídico, conforme desenvolve Souto Maior se dava internamente à própria noção do Direito Civil, e não no sentido de criação de um novo ramo jurídico.

O Direito que resulta da busca de uma nova racionalidade para os problemas no mundo é o Direito Social, que resta no topo do conjunto normativo como um conceito fundamental, tendo como objetivos buscar a justiça social, a efetivação da democracia, e a internacionalização das normas, objetivos estes vistos como condições para a paz mundial. (...) Desse modo, a **liberdade** e a **igualdade** são compreendidas no contexto de um projeto coletivo, social, que não desprezando o modelo capitalista de produção, que se mantém, faz com que o individualismo e empreendedorismo, que são decorrência daqueles valores na acepção capitalista, não se prestem, unicamente, a um sentimento egoísta e sim à construção de uma vida melhor para todos. Não se podendo mais acreditar na ideia liberal de que a soma das vontades egoístas, livremente expressadas, possa conduzir a este resultado, entende-se necessário fixar parâmetros, no sentido de limites, para o exercício real desses preceitos (...)»²⁹⁹.

A nova racionalidade jurídica do Direito Social, portanto, como forma de superação do Direito Liberal, transcende o individualismo estrito e passa a considerar o indivíduo como parte do todo, que é o conjunto das relações sociais, de onde decorre uma responsabilidade recíproca de todos os cidadãos, como parte do princípio fundamental da **solidariedade**. Nesse

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 263.

²⁹⁸ O Constitucionalismo social representa um momento na história do capitalismo no qual as perspectivas teóricas do Direito Social são alçadas a direitos estruturantes no bojo das constituições, ou seja, emanados a partir da perspectiva do Estado. Normalmente são citados dois exemplos de constituições que apontaram para essa nova perspectiva: a Constituição mexicana de 1917 e a Constituição alemã de 1919, chamada de Constituição de Weimar, cidade onde foi assinada. Para além das contradições que podem ser levantadas a respeito da construção dessas constituições o fato é que elas representaram uma nova perspectiva que serviu de base para muitas outras constituições posteriores, com fim de implementar a partir do Estado a perspectiva do Direito Social.

²⁹⁹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op., cit., *ibidem*. p. 345-346.

contexto, Orlando Gomes, autor civilista brasileiro, publica em 1941 livro intitulado “Direito do Trabalho”, no qual aponta a perspectiva social, não como restrita a um ramo autônomo do direito, mas como a superação das bases liberais de todo o Direito. Souto Maior, ao citá-lo, observa que “o autor negava-se a tratar de uma simples especialização das disciplinas jurídicas, pois se ‘os princípios que a informam contrariam os postulados fundamentais do sistema jurídico tradicional’, não se poderia negar que as leis sociais estariam exercendo uma profunda influência na evolução do direito como um todo. Assim, estaria em processo a constituição de uma nova ordem jurídica internamente distinta, que sofreria ‘o influxo marcante do espírito que anima a legislação do trabalho’”³⁰⁰.

Com efeito, essa perspectiva social passa a emanar a todos os ramos do Direito. No caso brasileiro, é possível citar a própria Constituição da República de 1988, que estabelece como fundamento do Estado Democrático, a dignidade humana (art. 1º, III) e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV). E, como objetivos fundamentais, visa construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I, III e IV).

No mesmo sentido, asseguram-se os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade, à infância e à assistência aos desamparados (art. 6º); os direitos trabalhistas são alçados a direitos fundamentais (art. 7º); e a propriedade privada passa a ser garantida na medida em que atenda a sua função social (art. 5º, XXIII).

No âmbito do direito civil, a própria liberdade de contratar, antes assunto meramente privado entre particulares livres e iguais, passa a ser considerada nos limites da função social do contrato (art. 421, CC). Cria-se o direito do consumidor e, o próprio direito processual passa por profundas alterações, buscando-se dar efetividade à tutela jurisdicional, com a inversão do ônus da prova, a possibilidade da tutela antecipada, entre outros institutos que superam a visão positiva liberal tradicional do Direito.

Todavia, conforme alerta Souto Maior, o período atual é de afirmação do direito social, “o que pressupõe, como dito, resistências que lhe impõe contradições e favorecem momentos

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 333.

de retrocesso”³⁰¹. Não se trataria, como se observa, de uma normatividade específica, mas de valores de caráter transcendental aplicáveis ao conjunto das regras do Direito, tais como “a *solidariedade* (como responsabilidade social de caráter obrigacional), a *justiça social* (como consequência da necessária política de distribuição dos recursos econômicos e culturais produzidos pelo sistema capitalista), e a *proteção da dignidade humana* (como forma de impedir que os interesses econômicos suplantem a necessária respeitabilidade à condição humana)”³⁰², que devem ser encarados não somente do ponto de vista vertical, com o Estado como propulsor de políticas públicas e de normas jurídicas voltadas a esse propósito, mas também em nível de horizontalidade, aplicável a todos os cidadãos nas suas relações intersubjetivas³⁰³.

Evidente que este processo também é marcado pela luta de classes. A própria Revolução Russa de 1917 e os movimentos revolucionários ao longo do século XX impõem uma resposta do capitalismo no âmbito do direito. Com efeito, se, como afirmado anteriormente, o direito nasce como produto das relações sociais de produção capitalista, na medida em que enquadra trabalhador e capitalista enquanto proprietários privados de mercadorias iguais perante a lei e livres para contratar, considerando-os, portanto, enquanto sujeitos de direito em abstrato, no âmbito da circulação, a luta de classes impõe a esse mesmo direito que restabeleça os padrões de igualdade partindo agora do trabalhador concreto, considerado no âmbito da produção.

A esse respeito Korsh evidencia como as concepções do Direito do Trabalho na sociedade capitalista estão atravessadas pela luta de classes, de modo que “a oposição entre a classe burguesa e a classe proletária, oposição que se estende até o mais profundo de seu ser social, se expressa também em concepções fundamentais opostas sobre o sentido das proposições pelas quais se regula a relação de trabalho”³⁰⁴. Para a burguesia, o Direito do Trabalho seria visto a partir da noção de “contrato livre de trabalho”, enquanto para o

³⁰¹ *Ibidem*, p. 336.

³⁰² *Ibidem*, p. 708.

³⁰³ *Idem*.

³⁰⁴ KORSH, Karl. *Lucha de clases y derecho del trabajo*. Traducción: Juan Luis Vermal. Barcelona: Ariel, 1980, p. 7.

proletariado, a partir da perspectiva de uma “carta de direitos”³⁰⁵. Essa última perspectiva parte da compreensão de que “a famosa liberdade e igualdade de direitos existe na realidade capitalista somente em uma *parte* da vida econômica, na ‘circulação econômica’ (...). Em outra parte, pelo contrário, e precisamente na mais importante e fundamental para todas as demais, e que é especialmente para os trabalhadores a mais próxima, na *produção* de bens da empresa, essa liberdade e igualdade já não existe no interior da sociedade burguesa”³⁰⁶.

Embora o autor trace toda uma evolução legislativa na perspectiva de uma democracia industrial e de maior poder aos trabalhadores no processo produtivo, parece evidente que esta dinâmica se desenvolve com profundas contradições, pois os postulados abstratos da liberdade e da igualdade são reafirmados nessa lógica de mais direitos, ou da “carta de direitos”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Direito Social vem reforçar a lógica capitalista ao corrigir os postulados da igualdade no âmbito da circulação em favor do trabalhador, mas, por outro lado, incute em sua própria lógica uma contradição sistêmica, na medida em que a desigualdade considerada ultrapassa os limites da circulação para considerar agora o trabalho concreto, no âmbito da produção, marcado por uma profunda desigualdade.

Muito embora restabeleça, ao final, novamente os padrões abstratos da liberdade e da igualdade formais, considerando novamente o trabalhador abstrato sob a condição de sujeito de direito livre e igual e proprietário de mercadoria é evidente que esse processo não elimina a contradição que se desenvolve na própria lógica do Direito Social e, especialmente, do Direito do Trabalho.

Portanto, se compreendemos que o Direito não tem condições de transformar de forma revolucionária a sociedade, por suas próprias limitações constitutivas, ele jamais será a síntese da luta de classes ou dos conflitos sociais. Assim, não se deve fechar os olhos para o fato de que a luta de classe exerce sim algum tipo de influência no Direito e que, em conjunto com as formulações teóricas por uma nova racionalidade do Direito, promove uma verdadeira ruptura

³⁰⁵ Na tradução espanhola o termo é “constitución del trabajo”. Compreendemos que se trata de uma carta de direitos que visem assegurar o trabalhador e conferir uma igualdade mais substancial a ele nas relações de trabalho.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 10. Tradução livre: “Si hacemos esto, descubrimos que la famosa libertad e igualdad de derechos existe en la realidad capitalista sólo en una parte de la vida económica, en la “circulación económica” (...). En otra parte, en cambio, y precisamente en la más importante y fundamental para todas las demás, y que es además especialmente para los trabajadores la más próxima, en la producción de bienes en la empresa, no existe ya dentro de la sociedad burguesa aquella libertad e igualdad de todos”.

com os postulados liberais da liberdade e da igualdade formais que se colocavam ao longo do século XIX.

Embora essa nova racionalidade possa vir a reafirmar em alguma medida a lógica capitalista, no sentido de restabelecer os postulados da liberdade e da igualdade formais característicos de sua constituição, as reivindicações operárias, quando traduzidas em demandas jurídicas, carregam uma contradição que não encerra simplesmente a mera reprodução da lógica capitalista, notadamente quando colocada na perspectiva da produção, ou quando enfrenta diretamente o direito de propriedade, como no caso do controle operário dos locais de trabalho.

Compreender o controle operário como um direito não encerra o problema da alienação ou emancipação do trabalho e, embora represente a imposição de novos limites regulatórios, que tendem a favorecer a reprodução do capital, coloca em questão os institutos jurídicos da posse e da propriedade dos meios de produção.

O controle operário como direito tem razão de ser na medida em que deduz em termos jurídicos demandas concretas da classe trabalhadora e reforça uma contradição sistêmica do ordenamento jurídico, apontando para suas limitações e revelando sua essência. A superação dos limites colocados nessa perspectiva não está excluída, mas se coloca em um patamar revolucionário no qual as formas jurídicas já serão inúteis.

O controle operário como direito, portanto, só pode ser concebido a partir da nova racionalidade do Direito Social, que confere a classe trabalhadora a legalidade de sua ação política, pois fomenta “as posturas reivindicatórias”, legitimando “a luta pelo direito por ação coletiva dos trabalhadores”³⁰⁷. Nesse perspectiva, Souto Maior concebe o **“Direito do Trabalho como o instrumento jurídico que incentiva o desenvolvimento de práticas emancipatórias a partir de um equacionamento crítico da realidade, pondo em questão a relação do homem com o trabalho no contexto da sociedade capitalista”**³⁰⁸, ou, de forma sucinta, como **“Instrumento de Justiça Social”**³⁰⁹.

³⁰⁷ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op., cit., *ibidem*. p. 580.

³⁰⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 621 (grifos no original).

³⁰⁹ *Idem*. (grifos no original).

3.4. A função social da propriedade e da empresa.

Compreende-se o Direito Social enquanto princípios e valores que estruturam toda a lógica jurídico-estatal, rompendo com os postulados do liberalismo que levou o mundo a duas guerras mundiais e permitindo aos trabalhadores a prática de ações emancipatórias com o objetivo de reconstruir o próprio Direito em seu favor.

Seus valores e princípios emanam a todos os ramos do direito, criando vínculos obrigacionais tanto entre cidadãos, quando do Estado para com estes. Nesse sentido, no que toca ao direito de propriedade, esse direito deixa de ter seu caráter absoluto e individual, *erga omnes*, para abarcar uma dimensão solidária, relativa e funcional, motivo pelo qual passa a ser necessário, para sua garantia, que a propriedade privada atenda à sua função social. O fundamento da função social da propriedade repousa no fato de que as relações sociais devem ser norteadas pelo princípio da solidariedade, de modo que a noção liberal abstrata da liberdade e da igualdade não podem mais ser encaradas como direitos individuais egoísticos exercidos em face do Estado, mas, pelo contrário, devem se expressar substancialmente, exprimindo deveres do Estado para com os cidadãos e destes com os outros de forma a corrigir as injustiças sociais.

Na Constituição da República de 1988, o artigo 5º, que estabelece direitos e garantias fundamentais, garante o direito de propriedade (art. 5º, XXII), mas disciplina que a propriedade atenderá a sua função social (art. 5º, XXIII). Ao tratar da ordem econômica, a Constituição dispõe que esta será fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa, tendo por fim assegurar existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170, *caput*) e observado entre outros princípios o da função social da propriedade (art. 170, III).

A Constituição brasileira ainda traz outras passagens nas quais a função social da propriedade é abordada: quando trata dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana de competência do Município, que poderá ser aplicado de forma progressiva (art. 156, I, §1º); ou quando possibilita a desapropriação de imóveis urbanos (art. 182) ou rurais (art. 184) que não atendam à sua função social.

De acordo com Orlando Gomes, “por função social deve-se entender uma complexa situação jurídica subjetiva, ativa e passiva, que transforma o direito subjetivo de propriedade. Reconhecendo o ordenamento jurídico que o exercício dos direitos inerentes à propriedade não

podia ser protegido exclusivamente para a finalidade de satisfação dos interesses do proprietário, a função da propriedade torna-se social, trazendo assim as seguintes consequências: a) legitima-se a vedação ao proprietário do exercício de determinadas faculdades; b) o proprietário passa a ser obrigado a exercer determinados direitos elementares do domínio; e c) cria-se um complexo de condições para que o proprietário possa exercer seus poderes”³¹⁰.

As consequências do não cumprimento da função social da propriedade conforme acima delineadas por Orlando Gomes fica de mais fácil visualização nas hipóteses de latifúndio rural improdutivo, ou de prédio urbano desocupado, utilizado para fins de especulação imobiliária. Nesses casos, a própria Constituição já disciplina as consequências e as formas pelas quais as sanções serão aplicadas.

Todavia, pouco se discute a respeito da necessidade de que um empreendimento ou determinados meios de produção também atendam à sua função social. Apesar de ser decorrência lógica de um direito fundamental disposto na Constituição são raros os casos em que essa norma obrigacional é aplicada no direito do trabalho, a não ser como decorrência da aplicação da Lei de recuperação judicial (Lei n. 11.105/2005), pela qual suspendem-se as ações e execuções em face de empresa em recuperação judicial pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, de forma a garantir a unidade produtiva e o cumprimento de sua função social. Ou seja, quando o princípio é aplicado, o fazem contra os trabalhadores. De qualquer maneira, cumpre questionar, qual a medida do cumprimento da função social de um empreendimento? E quais as consequências de seu não cumprimento?

Evidente que as relações de trabalho hoje não podem ser encaradas sob o ponto de vista contratual liberal típico do século XIX, motivo pelo qual o simples fato de conferir empregos não pode ser considerado cumprimento da função social de uma fábrica ou empresa. De fato, o Direito do Trabalho, intimamente ligado a nova racionalidade do Direito Social cria normas e princípios que, “integrados ao patrimônio jurídico da classe trabalhadora”³¹¹ visam “limitar os interesses estritamente econômicos para preservar a paz mundial e construir a

³¹⁰ GOMES, Orlando, Direitos Reais, Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 107, *apud* JELINEK, Rochelle, O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>

³¹¹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op. cit, *ibidem*, p. 620. (grifado no original).

justiça social por meio da instrumentalização da melhoria progressiva das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores”³¹². Trata-se de um direito que reafirma o sistema capitalista, mas busca difundir sentimentos necessários a convivência humana, notadamente a solidariedade social e a preservação da dignidade humana³¹³.

Uma fábrica ou empresa, nesse sentido, somente cumpre sua função social quando confere aos trabalhadores seus mínimos direitos e garantias expressos positivamente na Constituição da República, Consolidação da Leis do Trabalho, legislação esparsa, Convenções e Acordos Coletivos e Tratados Internacionais³¹⁴.

No que toca às possíveis sanções aplicáveis nas hipóteses de não cumprimento da função social da empresa (entendida aqui como atividade econômica organizada), observa-se duas esferas de incidência: criminal, de modo que constitui crime contra a ordem tributária, nos termos da Lei 8.137/1990, “deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos” (artigo 2º, III), implicando em pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa; e administrativa, agora englobando todos os direitos trabalhistas garantidos, de modo que a Lei 12.529 de 2011, dispõe em seu artigo 36, constituir “infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I – limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a **livre concorrência** ou a **livre iniciativa**; (...) III – aumentar arbitrariamente os lucros”.

Ora, o descumprimento de preceitos trabalhistas implica em prática lesiva àqueles empreendedores que cumprem regularmente os direitos, de forma que prejudicam a livre concorrência e auferem lucros indevidamente, vez que ao custo da supressão de direitos fundamentais garantidos ao trabalhador. Além disso, a ordem econômica não pode ser compreendida dissociada de sua base social, motivo pelo qual o descumprimento dos direitos trabalhistas configuram infração à ordem econômica passível de sanção.

³¹² *Idem.* (grifado no original).

³¹³ *Ibidem*, p. 580.

³¹⁴ Essa perspectiva foi extraída a partir das observações acerca do descumprimento dos direitos trabalhistas como ato ilícito e da proposta formulada pelo autor a respeito da transferência do controle do processo produtivo aos trabalhadores nos casos de descumprimento reiterado das leis trabalhistas pelo empregador. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, op.cit., *ibidem*, p. 709-ss.

Nessas hipóteses, a própria lei prevê possíveis sanções a serem aplicadas aos infratores, tais como multas não só a empresa, mas também às pessoas físicas e administradores.

Art. 37. A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis às seguintes penas:

I - no caso de empresa, multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

II - no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);

III - no caso de administrador, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) daquela aplicada à empresa, no caso previsto no inciso I do caput deste artigo, ou às pessoas jurídicas ou entidades, nos casos previstos no inciso II do caput deste artigo.

Em caso de reincidência, as multas são previstas em dobro (§ 1º, art. 37) e, sem prejuízo das multas, “**quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público geral**” (art. 38, *caput*) poderão ser impostas as seguintes penas:

I - a publicação, em meia página e a expensas do infrator, em jornal indicado na decisão, de extrato da decisão condenatória, por 2 (dois) dias seguidos, de 1 (uma) a 3 (três) semanas consecutivas;

II - a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos;

III - a inscrição do infrator no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor;

IV - a recomendação aos órgãos públicos competentes para que:

a) seja concedida licença compulsória de direito de propriedade intelectual de titularidade do infrator, quando a infração estiver relacionada ao uso desse direito; (grifou-se)

b) não seja concedido ao infrator parcelamento de tributos federais por ele devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos;

V - a cisão de sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial de atividade; (grifou-se)

VI - a proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

VII - qualquer outro ato ou providência necessários para a eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica. (grifou-se)

Ou seja, independentemente de aplicação de multa, quando a gravidade da situação, ou o interesse público geral assim o exigir, é possível a transferência do controle societário, ou qualquer outra providência necessária para a eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica. Nesse sentido, seria possível vislumbrar, como decorrência do descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas, um verdadeiro direito dos trabalhadores de controlarem a produção, assumindo a posse imediata dos bens e excluindo do ambiente social o mau gestor ou administrador, ainda que proprietário dos meios de produção. De fato, sua posse, ou até mesmo sua propriedade, só podem lhe ser asseguradas na medida em que cumprem sua função social. Não sendo este o caso, perde o administrador ou proprietário o direito de usufruir dos bens e frutos do empreendimento.

Com efeito, não cabe mais no atual estágio de evolução do pensamento jurídico e humano tratar o descumprimento dos direitos trabalhistas sob o ponto de vista meramente contratual, ou do Direito Liberal. Essa visão estreita implica somente a necessidade de “recomposição da autoridade do ordenamento na perspectiva dos interesses individuais”³¹⁵, com “aplicação de juros e correção monetária”. Nesse caso, haveria apenas o ajuizamento de reclamação trabalhista pelo trabalhador individual com o fim de que lhe fossem pagos os direitos tolhidos, na mesma proporção (apenas com o acréscimo de juros e correção monetária). Ocorre que essa situação apenas reforça a prática do ilícito, vez que o empregador só pagará os direitos sonegados quando e se o trabalhador recorrer ao Judiciário e na mesma proporção patrimonial do que sonegou.

Evidente que as conclusões são outras se, como se impõe na sociedade contemporânea, as relações de trabalho forem encaradas não sob o enfoque meramente contratual, mas do Direito Social. O desrespeito aos direitos trabalhistas não é mero inadimplemento contratual. Trata-se de ato ilícito e o descumprimento reiterado da legislação trabalhista constitui ilícito ainda mais grave, configurando-se crime ou infração à ordem econômica, passível de sanção pelo Poder Judiciário.

³¹⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de Direito do Trabalho – Volume I*. op. cit., *ibidem*, p. 711.

Nessa hipótese específica surge um direito dos trabalhadores de controlarem a produção, com a posse imediata dos bens e frutos do empreendimento, com exclusão do mau gestor e administrador, ainda que proprietário dos meios de produção. Com efeito, o que se busca proteger na nova ordem capitalista, pensada a partir da nova racionalidade do Direito Social, não é o direito de propriedade absoluto, ou o direito do empresário, mas a função social da propriedade e da empresa, ou a unidade produtiva.

De fato, há que se diferenciar empresário e empresa, pois o que o direito busca preservar é a empresa, entendida como a “atividade econômica organizada”, geradora de emprego e renda para a sociedade. A própria Lei de falência e recuperação judicial (Lei n. 11.101/2005), em seu artigo 47, preceitua como objetivo da recuperação judicial a manutenção da empresa e do cumprimento de sua função social, *verbis*, “a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

A figura do empresário aparece como um dos elementos da empresa e não essencial a continuidade da gestão do processo produtivo. Tanto é assim que não é incomum a figura do administrador judicial, ou mesmo do interventor judicial. Portanto, não exercendo o empresário a atividade econômica (empresa) de forma a atingir sua função social, notadamente com o descumprimento reiterado da legislação trabalhista, perde este o direito de ter assegurado os elementos que constituem a atividade econômica organizada, ou os meios de produção de emprego e renda, podendo ser destituído enquanto administrador (seja pessoa física ou jurídica que administra a empresa), e, conseqüentemente, perdendo a posse de seus bens.

Ao contrário de multas ou da interrupção da atividade empresarial por meio do embargo (art. 161, CLT), que somente agravam a situação da empresa, favorecendo à sua descapitalização “sem de fato atingirem aqueles que obtém lucros pela atividade empresarial, que se desvincularão na sequência utilizando-se de muitos formalismos, da unidade, deixando-a para trás, e que se vincularão a um novo e mais moderno empreendimento”³¹⁶, o Direito

³¹⁶ *Ibidem*, p. 721.

Social aponta para novas perspectivas, notadamente diante de conflitos coletivos que almejam o controle da produção.

Nesses casos, a melhor alternativa para se prestigiar a função social da empresa, mantendo-se os empregos, está na transferência da posse dos meios de produção e do controle da produção e administração aos próprios trabalhadores organizados, sem prejuízo das ações do Poder Executivo, como declaração de interesse social ou desapropriação, a depender da gravidade do caso.

Da mesma forma que no direito societário a figura do interventor judicial é utilizada, embora sem previsão específica em lei, a transferência do controle da produção aos trabalhadores também pode ser extraída do próprio poder geral de cautela conferido ao Juiz e como decorrência do direito dos trabalhadores de manter seus empregos e salários, e de se defenderem eficazmente contra a agressão aos seus direitos, sendo forma, ainda, de se conferir à empresa uma função social.

Cabe repisar que há previsão legal para que se efetive a transferência da posse dos meios de produção, notadamente quando se configurar infração à ordem econômica. De fato, ao contrário de se tratar de um problema que diz respeito apenas aos sócios da sociedade empresária, a má gestão e o descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas tocam a toda a sociedade e, principalmente, aos trabalhadores, que dependem da unidade produtiva para manter o sustento próprio e de sua família.

Trata-se de prestigiar a unidade produtiva em detrimento do mau administrador, da pessoa física ou jurídica que administra a empresa com o fim de auferir lucros indevidamente ou prejudicar a livre concorrência e a livre iniciativa, por meio do descumprimento reiterado da legislação trabalhista.

O direito, assim, em prestígio à função social da empresa e da propriedade, diante de conflitos coletivos que envolvam o controle da produção, como no caso das ocupações de fábrica, é instrumento capaz de conferir a posse dos meios de produção e o controle do local de trabalho ao coletivo de trabalhadores organizados, possibilitando aos trabalhadores todos os atos de gestão e acesso às informações necessárias à manutenção do empreendimento, sem prejuízo das possíveis ações do Poder Executivo no sentido de desapropriação dos meios de produção.

3.5. Greve de ocupação e controle da produção.

As ocupações de fábrica representam uma forma de exteriorização de um conflito coletivo de trabalho que, em algumas hipóteses, tem como demanda o controle do local de trabalho e a posse dos bens e meios de produção. Por se tratar de um meio pelo qual se veicula o controle operário, cumpre verificar em que medida as ocupações de fábrica possuem respaldo jurídico, bem como seus possíveis conflitos com o direito de propriedade ou com o direito de posse.

Historicamente, Anton Pannekoek observa que a ocupação de fábrica desenvolve-se com um instrumento de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Trata-se de uma forma de impedir que os empregadores utilizem de mão-de-obra externa ou fura-greves, com o fim de sabotar o movimento dos trabalhadores. Em suas palavras, “toda a greve normal contra a redução dos salários se tornara impossível, porque as fábricas, uma vez evacuadas pelos grevistas, eram imediatamente invadidas pela massa daqueles que no exterior esperavam trabalho. Assim, a recusa de trabalhar em condições piores trouxe a obrigação de se soldar ao local de trabalho, ocupando a fábrica”³¹⁷.

Embora tenha surgido nesse intuito particular, como forma de assegurar o sucesso da greve, as ocupações de fábrica desenvolvem-se apontando para algo além, ou, como apontado pelo autor, para a necessidade que tem os trabalhadores de serem senhores de seu próprio destino, de assumir o controle da produção. Conforme observa o autor:

Aqui os trabalhadores tomam consciência das suas apertadas ligações com a fábrica. Para eles não é apenas um edifício pertencendo a alguém onde vêm trabalhar para seu único proveito, sujeitos inteiramente à sua vontade até que os despeça. Para eles, pelo contrário, a fábrica é um aparelho produtivo que fazem andar, um órgão que só se torna parte viva da sociedade através do seu trabalho. Nada do que lhe diga respeito lhe é estranho, estão lá como em sua casa, bem mais que os proprietários nos termos da lei, os acionistas que nem sequer sabem onde ela fica. Na fábrica tomam consciência do conteúdo da sua vida, do seu trabalho produtivo, da sua comunidade de trabalho, dessa coletividade que transforma a fábrica num organismo vivo, num elemento do conjunto social. Através da ocupação aparece o sentimento, ainda vago, de que devem ser inteiramente os senhores da produção, que devem expulsar os intrusos: os capitalistas que só dão ordens, que fazem mau uso das riquezas da humanidade,

³¹⁷ PANNEKOEK, Anton. *A luta operária*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/ano/luta/cap03.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2014.

esbanjando-as e devastando a Terra. (...) Assim, nas ocupações das fábricas desenha-se esse futuro que: repousa na consciência mais clara de que as fábricas pertencem aos operários, formando um conjunto harmonioso, e que a luta será levada até ao fim nas e pelas fábricas³¹⁸.

De fato, algumas ocupações de fábrica acabaram ao longo da história se convertendo em uma luta pelo controle da produção (ocupações ativas). Em outros casos, se expressaram como método de luta para assegurar uma reivindicação econômica (ocupação passiva), incluindo-se aqui as operações de “zelo” ou “tartaruga”, nas quais os trabalhadores se mantêm na fábrica trabalhando, mas cumprindo todos os procedimentos de forma a atrasar a produção. Em ambos os casos, as ocupações de fábrica passam a ser compreendidas enquanto parte do direito de greve, motivo pelo qual falar-se em greve de ocupação.

Nesse sentido, enquanto exteriorização de um conflito e meio de pressão dos trabalhadores para atingir um determinado fim econômico, político e social, a greve de ocupação recebe o mesmo tratamento jurídico do direito de greve, uma vez que este abarca os mais diversos métodos de luta dos trabalhadores. Assim é que a greve é encarada hoje como um direito fundamental conforme previsto pela OIT, a partir do enunciado 363 e 364:

Enunciado 363. O direito de greve dos trabalhadores e suas organizações constitui um dos meios essenciais de que dispõem para promover e defender seus interesses profissionais.

Enunciado 364. O comitê sempre estimou que o direito de greve é um dos direitos fundamentais dos trabalhadores e de suas organizações, unicamente na medida em que constitui meio de defesa de seus interesses.

Esse é o tratamento dispensado, igualmente, por nossa Constituição da República em seu artigo 9º, que dispõe: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. De fato, não cabe restringir a greve à mera suspensão parcial ou total da prestação dos serviços, conforme enuncia o art. 2º, da Lei 7.783/89, *verbis*, “considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”. O capitalismo é criativo e se reinventa, busca novas formas de exploração do trabalho, ou aprofunda as antigas, como a terceirização e a repressão à organização sindical, sendo natural na lógica da dinâmica da luta de classes que o

³¹⁸ *Idem*.

trabalho também se reinvente, utilizando-se de métodos de luta cada vez mais diversificados, ou dando novo conteúdo à métodos antigos.

Dentro dessa perspectiva, Paloméque-Lopez e De la Rosa apontam a greve como “a perturbação do processo produtivo do empresário para o qual se presta o trabalho, por meio da realização de diversos comportamentos possíveis e, principalmente, da abstenção ou cessação do trabalho, decididos de forma concertada e exercidos coletivamente pelos trabalhadores para a defesa de seus interesses”³¹⁹. A concepção democrática do direito de greve também é expressa por José Afonso da Silva, para quem a greve, enquanto direito fundamental, não pode ser restringida pela lei, motivo pelo qual devem ser protegidos juridicamente todos os tipos de greve:

O direito de greve é um direito fundamental e que não pode a lei restringi-lo, senão protegê-lo, sendo constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve. Quer dizer, os trabalhadores podem decretar greves reivindicatórias, objetivando a melhoria das condições de trabalho, greves de solidariedade, em apoio a outras empresas, outras categorias ou grupos reprimidos, greves políticas, com o fim de conseguir as transformações econômico-sociais que a sociedade requeria, ou as greves de protesto³²⁰.

No mesmo sentido, aponta Souto Maior, que “em uma democracia deve-se abarcar a possibilidade concreta de que os membros da sociedade, nos seus diversos segmentos, possam se organizar para serem ouvidos. A greve, sendo modo de expressão dos trabalhadores, é um mecanismo necessário para que a democracia atinja às relações de trabalho”³²¹. Na perspectiva do Direito Social, o autor assevera, ainda, que “o direito de greve é a legitimação da luta pelo direito por ação coletiva dos trabalhadores. É o direito à mobilização para reconstrução do próprio Direito em favor dos interesses dos trabalhadores”³²².

O direito de greve, portanto, pode ser considerado em duas esferas: *in abstrato* e *in concreto*. O direito de greve em si, ou enquanto entidade, tratado, portanto, abstratamente,

³¹⁹ PALOMÉQUE-LOPEZ, Manuel Carlos, DE LA ROSA, Manuel Álvarez. *Derecho del trabajo*. Madrid, Ramón Aceres, 1993, *apud* BELTRAN, Ari Possidonio. *A Autotutela das Relações de Trabalho*. São Paulo, LTr, 1996, p.213-214.

³²⁰ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional*. p. 303 *apud* MANDL, Alexandre Tortorella. *O movimento das fábricas ocupadas e do Direito (parte 2): uma breve reflexão acerca da legalidade das ocupações de fábrica*. Revista Crítica do Direito. Disponível em: <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-1-volume-18/o-movimento-das-fabricas-ocupadas-e-o-direito-parte-2-uma-breve-reflexao-acerca-da-legalidade-das-ocupacoes-de-fabricas>. Acessado em 10.12.2014.

³²¹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Greve e salário*. Disponível em: http://www.ajd.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=57. Acessado em: 18/10/2014.

³²² SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de Direito do Trabalho – Volume I: Teoria...* op. cit., *ibidem*, p. 580.

traduz-se em elemento essencial das sociedades democráticas e decorrência natural da liberdade sindical. Sem greve não é possível vislumbrar uma sociedade democrática, que possibilite aos seus distintos atores sociais meios eficazes de expressão na vida política e econômica do país. Nesse aspecto, o direito de greve em abstrato atinge um número indeterminado de pessoas, pois decorrência necessária do projeto democrático, não sendo divisível, pois não é algo que o indivíduo possa dispor.

O direito de greve em concreto, por sua vez, seria o direito de greve em exercício, ou seja, abrangendo suas inúmeras possibilidades e fins a que se destinam. Trata-se do direito de greve analisado a partir do ponto de vista dos seus titulares e dos seus fins e expressa a democracia em exercício. Nesse passo, é exercício regular do direito de causar prejuízo ao empregador, de modo a minimizar um pouco os prejuízos já experimentados pela classe trabalhadora, especialmente se considerada a situação concreta de desrespeito aos direitos trabalhistas por parte do empregador.

Esse prejuízo, tutelado pelo direito, justifica-se de forma análoga à legítima defesa, ao estado de necessidade e ao estrito cumprimento do dever legal. A greve é uma forma de resistência dos trabalhadores ou uma forma de reconstruir o conjunto normativo aplicável às relações jurídicas envolvidas, no todo ou em parte, em favor dos trabalhadores³²³ e nessa medida é protegida juridicamente. O direito de greve, portanto, pode ser encarado abstratamente como um direito difuso e, do ponto de vista concreto, como um direito individual que deverá ser exercido de forma coletiva.

Nessa perspectiva, as ocupações de fábrica, ou greves de ocupação têm pleno respaldo de nosso ordenamento jurídico, bem como do Direito Internacional do Trabalho, que dispensa o mesmo tratamento ao tratar da greve enquanto direito fundamental.

Cumprе questionar, neste momento, em que medida o exercício desse direito fundamental, quando se expressa com o objetivo de controlar a produção, pode vir a entrar em conflito com o direito de propriedade ou direito de posse. A partir de uma racionalidade social, que busca dar efetividade aos direitos sociais e estabelecer um novo padrão jurídico institucional aplicável tanto às relações intersubjetivas quanto verticalmente na relação Estado-cidadão, deve-se reconhecer que a garantia conferida constitucionalmente à

³²³ *Idem.*

propriedade tem seus limites no exercício de sua função social (art. 5º, XXIII, CF). A posse, da mesma forma, não é garantida em abstrato, mas somente na medida em que expressa sua finalidade econômica e social.

O exercício do direito de greve e mais precisamente as greves de ocupações com o objetivo de controlar a produção, portanto, devem ser protegidas nas hipóteses em que buscam conferir à posse ou à propriedade sua função social, notadamente quando a gestão da unidade produtiva se mostra temerária perante os direitos trabalhistas, como, por exemplo, nos casos de atrasos no pagamento dos salários, de não recolhimento de impostos ou de descumprimento reiterado dos demais direitos trabalhistas. Nesse sentido, Cesário aponta que:

Não deve prevalecer eventual compreensão de que a ocupação do estabelecimento empresarial configura abuso no direito de greve. Para tal observação, devem prevalecer os princípios coletivos das relações de trabalho, garantidos na Constituição Federal, em detrimento da defesa incondicional da propriedade (e posse), justamente para fazer prevalecer a função social a que está submetida. Nesse sentido é que devem ser interpretados os §§ 1º e 3º do artigo 6º da Lei de Greve (Lei nº 7.783/89). (...) a solução mais correta para esses casos onde se tenha os conflitos entre o direito de posse e o exercício do direito de greve seria a de privilegiar o interesse coletivo dos grevistas em detrimento do interesse individual do proprietário na manutenção ou restituição da sua posse. Tal posicionamento recai, primeiramente, porque o centro vital da Constituição brasileira reside na dignificação do ser humano e não na defesa incondicional do patrimônio. E, segundo, pelo fato de que a posse não estaria homenageando a função social a que está constitucionalmente submetida³²⁴.

Portanto, se o controle operário pode ser compreendido como direito, a greve de ocupação com o objetivo de controlar temporariamente a produção é um meio legítimo pelo qual o coletivo de trabalhadores organizados poderá reivindicá-lo.

3.6. A autonomia da posse em face do direito de propriedade: necessidade de proteção jurídica do possuidor que destina função social à propriedade.

Um meio clássico pelo qual normalmente se nega efetividade aos direitos sociais, nos casos de ocupações de fábricas, são as ações possessórias. Por intermédio delas busca-se

³²⁴ CESÁRIO, João Humberto. *O direito constitucional fundamental de greve e a função social da posse – um novo olhar sobre os interditos possessórios na Justiça do Trabalho brasileira*. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10683/o-direito-constitucional-fundamental-de-greve-e-a-funcao-social-da-posse/2>. Acessado em 10/12/2014.

restabelecer a posse do proprietário que, no caso, foi destituído pelos trabalhadores em razão da ocupação do estabelecimento.

Muito se discutiu ao longo da história, e se discute ainda atualmente, a respeito dos elementos que caracterizariam a posse, sua natureza, finalidade e o porquê de sua proteção jurídica. Dentre as várias teorias surgidas na modernidade, duas merecem especial menção: a teoria de Savigny, também conhecida como subjetiva e a teoria de Ihering, ou objetiva.

Para Savigny “a posse é o poder de dispor fisicamente da coisa, com o ânimo de considerá-la sua e defendê-la contra a intervenção de outrem. Tem-se, assim, na posse, dois elementos, um elemento material, o *corpus*, que é representado pelo poder físico sobre a coisa; e, um elemento intelectual, o *animus*, ou seja, o propósito de ter a coisa como sua, isto é, o *animus rem sibi habendi*”³²⁵. Eventualmente, caso alguém atue sobre a coisa sem o *animus*, não haveria posse, mas mera detenção³²⁶. Nesse sentido, o locatário ou o comodatário, por exemplo, que *possui* a coisa como decorrência de alguma relação jurídica, não obteria a proteção jurídica da posse, por lhe faltar o *animus domini*.

O mérito de Savigny, conforme observam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, “foi o de projetar autonomia à posse, por explicar que o uso dos bens adquire relevância jurídica fora da estrutura da propriedade privada, e que a titularidade formal desse direito subjetivo não encerra todas as possibilidades de amparo jurídico. A posse passa a ser vislumbrada como uma situação fática merecedora de tutela, que decorre da necessidade de proteção à pessoa, manutenção da paz e estabilização das relações jurídicas”³²⁷. Por outro lado, critica-se na teoria subjetiva “a exacerbação da autonomia da vontade pela incondicionada ligação da posse ao *animus domini*”³²⁸. Segundo os autores, “esta visão restrita e unitarista camufla o ser humano concreto, capaz de se manifestar em uma pluralidade de relações possessórias, nas quais não releva o exame do *animus domini*, mas sim a proteção à moradia, ao trabalho e a defesa incondicional dos direitos da personalidade e da dignidade humana”³²⁹.

³²⁵ RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Direito das Coisas*. V. 5. São Paulo, Saraiva 2003, p. 18.

³²⁶ *Idem*.

³²⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. *Direitos reais*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011, p. 37.

³²⁸ *Idem*.

³²⁹ *Idem*.

Já para Ihering a distinção é irrelevante, já que “a posse se revela na maneira como o proprietário age em face da coisa, tendo em vista sua função econômica, pois o *animus* nada mais é que o propósito de servir-se da coisa como proprietário”³³⁰. Portanto, o *animus* está contido no *corpus*. Nesse caso não há necessidade de se perquirir a vontade individual do possuidor em ter aquilo como seu, o próprio exercício da posse seria a exteriorização da propriedade e, como tal, deve ser tutelado juridicamente. A relação fática é o que basta à proteção jurídica da posse que, por sua vez, só tem razão de ser como desdobramento do direito de propriedade. Nesse sentido, por ser exteriorização da propriedade, a apropriação física da coisa imediata também se torna desnecessária³³¹.

O mérito de Ihering é o de desconsiderar o elemento psicológico, ou seja, a exigência do *animus domini*, amplia-se o rol dos possuidores, deferindo-se proteção possessória direta e imediata aos antes considerados apenas detentores, como locatários, usufrutuários, entre outros. Trata-se de um avanço do ponto de vista econômico e prático. Todavia, ao subordinar a posse à propriedade, esta teoria retira-lhe a autonomia. A posse seria, então, mera exteriorização do direito de propriedade e sua razão de ser não seria a de evitar a violência, mas unicamente sua defesa imediata³³².

O Código Civil de 2002, segundo alguns autores, adotou a teoria de Ihering, pelo que a posse passa a ser tutelada juridicamente por ser a exteriorização da propriedade. Com efeito, dispõe o artigo 1.196: “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”. Quanto ao exercício destes poderes, o artigo 1.228 do mesmo diploma dispõe: “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

Todavia, cumpre observar que o elemento anímico não foi totalmente eliminado do ordenamento jurídico. O usucapião é um exemplo no qual se faz necessário provar o *animus domini* para sua garantia. Mas não só. Com o processo dialético de desenvolvimento histórico

³³⁰ RODRIGUES, Silvio, op. cit., idem.

³³¹ Conforme exemplos narrados por Ihering citados por Silvio Rodrigues: “O camponês que encontra animal capturado por armadilha sabe que ele pertence ao dono desta; desse modo, se o tirar dali, não ignora que pratica furto, já que o está subtraindo da posse de seu dono; o madeireiro que lança à correnteza os troncos cortados na montanha para que o rio os conduza à serraria não tem o poder físico sobre os madeiros, mas conserva a posse, pois assim é que age o proprietário; o transeunte que vê materiais de construção ao pé da obra sabe que eles pertencem ao dono desta, embora não se encontrem sob a sua detenção física”. RODRIGUES, Silvio. *ibidem*, p. 18/19.

³³² FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. Op. cit, *ibidem*, p. 38-40.

e a evolução do pensamento jurídico institucional as relações complexas na sociedade não permite mais que prevaleça a teoria objetiva como argumento suficiente para explicar o fenômeno da posse e sua proteção.

Nesse sentido, questiona-se, diante da nova racionalidade do Direito Social, que impõe limites ao então direito absoluto da propriedade, bem como face às novas relações sociais complexas, se, de fato, bastaria o elemento fático para a caracterização da posse, e se o *animus domini* poderia ser apresentado como resposta a todas as relações possíveis que envolvam o direito de posse.

Conforme analisam Farias e Rosenvald, “nos dias atuais, as teorias de Savigny e Ihering não são mais capazes de explicar o fenômeno possessório à luz de uma teoria material dos direitos fundamentais. Mostram-se envelhecidas e dissonantes da realidade social presente. Surgiram ambas em momento histórico no qual o fundamental era a apropriação de bens sob a lógica do ter em detrimento do ser. Ambas as teorias se conciliavam com a lógica do positivismo jurídico, na qual a posse se confina no direito privado como uma construção científica, exteriorizada em um conjunto de regras herméticas”³³³.

Pois bem, ainda que se considere a posse como a exteriorização da propriedade, ou, o exercício pelo possuidor de um dos poderes inerentes à propriedade e esta, por sua vez, expressa pela faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, não se pode simplesmente negar a existência da restrição a esses poderes inscrita no parágrafo 1º do artigo 1.228 do Código Civil, segundo o qual “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidade econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”.

Por essa restrição, a caracterização da posse estaria condicionada não somente ao elemento fático elementar, mas, também e principalmente, a um elemento anímico que, se não se traduz no *animus domini*, se expressa na necessidade do cumprimento de sua finalidade econômica e social. Sob esse ponto de vista, para a caracterização do exercício legítimo da posse se faz necessário que o possuidor exteriorize atos de domínio, atentando-se não somente aos fins econômicos, como também e, principalmente, aos fins sociais da propriedade. É nessa

³³³ *Idem, ibidem*, p. 40.

medida, então, que tem o possuidor proteção do ordenamento jurídico. Portanto, para além de se evitar a violência (Savigny), ou defender a propriedade (Ihering), a defesa da posse tem sentido no seu exercício autônomo e na medida em que reflexamente também atenda uma função econômica e social.

Com efeito, “o possuidor merece amparo por ser aquele que retira as utilidades do bem e lhe defere destinação econômica, sem que haja qualquer conexão com a situação jurídica de ser ou não o titular da propriedade. A proteção a esta situação se efetivará, seja ou não o possuidor o portador do título ou mesmo que se coloque em situação de oposição ao proprietário”³³⁴. Cabe acrescentar, portanto, que o possuidor receberá amparo jurisdicional somente na medida em que confere ao bem destinação econômica, **atendendo à sua função social**.

Essa dinâmica se torna mais concreta se consideradas as medidas judiciais protetivas da posse. Nos termos do artigo 1.210, do Código Civil, “o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado”. Assim, quando houver esbulho, ou seja, quando aquele que vinha exercendo a posse for privado total e injustamente da mesma, caberá a ação de reintegração de posse; nas hipóteses de sofrer atos de turbação, a ação de manutenção na posse; e, por fim, quando houver justo receio de iminente turbação ou esbulho, poderá ser proposta a ação de interditos proibitórios.

Nesse sentido, é importante que se perquiria a respeito do cumprimento ou não da função social da propriedade ou da posse para que possa ser restabelecido o *status quo ante*, notadamente nos casos de ocupações de fábricas e tomada do controle dos locais de trabalho pelos trabalhadores de empresas que descumpram reiteradamente os direitos trabalhistas, com atraso no pagamento dos salários, ausência de recolhimentos previdenciários entre outras irregularidades.

De fato, a perspectiva de proteção da posse na medida do cumprimento de sua função social e a consequente denegação de liminar em ações possessórias lastreadas tão somente no direito de propriedade já vem sendo adotada em alguns Tribunais.

³³⁴ *Idem, ibidem*, p. 137.

Em decisão paradigmática, a 19ª Câmara Cível de Passo Fundo-RS assegurou a necessidade de se perquirir acerca da função social da propriedade em casos de reintegração de posse, notadamente quando, no caso, houver conflito entre direitos individuais e coletivos. Esclarecedor, nesse sentido, são os trechos do voto do Desembargador Revisor Mario José Gomes Pereira, no qual apresenta citação de diversos autores conforme segue:

Assim, em se tratando de ações possessórias, ou reivindicatórias, incidentes sobre bens imóveis, por exemplo, este princípio constitucional faz com que o Magistrado seja obrigado a examinar, no caso concreto, o cumprimento da função social da propriedade (ou da posse), tanto por parte do autor, como do réu, se for o caso. Se concluir que o princípio não era atendido pelo autor da ação, o juiz deve julgar a ação improcedente, ainda que os requisitos exigidos pela lei, para sua procedência, resem atendidos. (Função Social da Propriedade, Carlos Araújo Leonetti, in, Revista dos Tribunais, vol. 770/729).

E “a liminar que seja deferida concedendo a reintegração de posse de imóvel nessa condição pode até atender a dogmática do Código Civil, mas se choca de frente com o novo texto constitucional.” (A Justiça dos Conflitos no Brasil, Luiz Edson Fachin, in, A Questão Agrária e a Justiça, Ed. RT, pág. 285).

Como já referido, a função social da propriedade, com sua natureza de dever do proprietário, tem uma importância transcendental para o trabalho da magistratura: “significa na prática que o judiciário só pode dispensar proteção jurídica ao proprietário que prove ter cumprido o dever da função social. Em outros termos, a Constituição cria para o proprietário o ônus de provar em juízo que deu à propriedade uma função social para que possa merecer a proteção do judiciário. Por conseguinte, segundo a Constituição, a propriedade não é só um conjunto de poderes do indivíduo sobre as coisas, que ele pode usar a seu talento, mas também o dever de exercer esses poderes numa direção social. Em resumo, a Constituição introduziu o dever no conteúdo do direito de propriedade.” (Novas reflexões sobre a função social da propriedade, José de Albuquerque Rocha, in, Genesis, Revista de Direito Processual Civil, nº 18, Curitiba).

(...)

O requisito da prova do cumprimento da função social serviria como um critério mais objetivo para o juiz posicionar-se frente à reintegração de posse.

Como bem caracterizou Luiz Guilherme Marinoni, “a tutela de cognição sumária deve balizar-se não apenas conforme o princípio da probabilidade (sacrifício do improvável em proveito do provável), mas também pelo princípio da proporcionalidade (avaliação dos interesses em jogo)” (Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória, São Paulo, RT, 1992).

No caso das ações possessórias, o cumprimento da função social da propriedade pode ser encarado como um critério mais objetivo para se averiguar a que lado pende o princípio da proporcionalidade.

(...)

Noutra linha de consideração, penso que não merece prestígio a alegação veiculada pelos agravantes, no sentido de que a função social da propriedade somente merece perquirição no âmbito de uma ação desapropriatória.

Estimo que “o fato da função social ser o fundamento de um tipo de desapropriação não a impede de se configurar como mais um pressuposto à ação possessória e à petitória” (A repercussão da função social da propriedade no Processo Civil, Laércio Becker, *in*, Genesis - Revista de Direito Processual Civil, vol. 4, Curitiba, 1997)³³⁵.

Portanto, entende-se como requisito fundamental em conflitos que envolvam a posse de determinado bem ou fábrica, notadamente naqueles que digam respeito a interesses coletivos e individuais, a comprovação do cumprimento da função social da posse ou da propriedade.

A decorrência prática desse pressuposto jurídico é que, por um lado, devem ter seu provimento negado as ações possessórias que busquem reintegrar o proprietário dos meios de produção à posse, quando a ocupação efetivada pelos trabalhadores se deu com o intuito de conferir função social à propriedade (em especial, à empresa) e, por outro, deve ser conferida a posse ao coletivo de trabalhadores organizados, com exclusão do gestor ou administrador do empreendimento, ainda que proprietário dos meios de produção, nas hipóteses em que reiteradamente os direitos trabalhistas são descumpridos, não conferindo ao empreendimento sua função social. Dessa forma, tanto os métodos de exteriorização do conflito quanto as ações judiciais que se encaminhem com esse objetivo são plenamente legítimas e amparadas pelo ordenamento jurídico, na perspectiva do Direito Social.

3.7. A Recuperação Judicial da empresa e o direito dos trabalhadores.

A Lei 11.101/2005 regula a recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário ou sociedade empresária que administra uma atividade econômica organizada, ou uma empresa. Ela estabelece princípios e regras que, se mal interpretadas, podem ser profundamente prejudiciais aos direitos dos trabalhadores. Na perspectiva do Direito Social, cumpre extrair da lei um sentido que confira efetividade aos direitos sociais, partindo do

³³⁵ Trechos do Acórdão n. 2001_99685. TJ-RS. Agravo de Instrumento n. 70003434388. Décima Nona Câmara Civil de Passo Fundo. Des. Relator: Carlos Rafael dos Santos Junior. Data do Julgamento: 06/11/2001. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/>. Acessado em: 10/07/2012.

pressupostos da necessidade de se preservarem a unidade produtiva e os empregos, do que advém a possibilidade concreta do exercício do direito de controle operário da produção.

Em primeiro lugar, cumpre observar que a Lei de Recuperação Judicial não tem o propósito de cancelar a prática abusiva de direitos, ou o “calote” do empresário aos seus credores. Conforme aponta Souto Maior, “A lei não conferiu um direito subjetivo a quem deve, sem se importar com a origem da dívida e a possibilidade concreta de seu adimplemento. Não estabeleceu, conseqüentemente, uma espécie de direito ao ‘calote’”³³⁶. E complementa, “A recuperação judicial é um mecanismo, cuja execução compete ao Estado, por intermédio do Poder Judiciário, que tem por finalidade preservar as empresas que estejam em dificuldades econômicas não induzidas por desrespeito à ordem jurídica e que tenham condições de se desenvolver dentro dos padrões fixados pelo sistema”³³⁷.

Portanto, nas hipóteses de descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas, que configuram crime ou infração à ordem econômica, não subsiste o direito subjetivo do empresário ou sociedade empresária à recuperação judicial, mas, ao contrário, o direito dos trabalhadores de assumirem a posse imediata dos bens e meios de produção, com o controle operário do local de trabalho, excluindo-se os maus gestores, ainda que proprietários dos meios de produção.

De fato, situações existem nas quais os empresários promovem dispensas coletivas sem o pagamento das verbas rescisórias, antes de buscarem o deferimento do processamento de sua recuperação judicial, com o fim de se aproveitar do dispositivo que prevê a suspensão das ações e execuções pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias) (art. 6º, §4º), possibilitando, assim, um período de graça no qual pretensamente estariam livres do pagamento das verbas de natureza alimentar. Há, nessa hipótese, verdadeiro abuso do direito de propriedade e de posse e do direito à recuperação judicial, que não pode ser cancelado pelo Poder Judiciário.

A Lei em comento não tutela o abuso do direito, direcionando-se exclusivamente aos empresários que, de fato, estejam buscando a recuperação judicial, atentando-se para o fato de que a situação econômica desfavorável adveio de motivos alheios à sua vontade, e com o

³³⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op. Cit., *ibidem*, p. 722.

³³⁷ *Ibidem*, p. 721.

requisito de que não tenham promovido a espoliação reiterada dos direitos trabalhistas como forma de auferir lucros indevidamente.

Nesse contexto, o artigo 47, da Lei 11.101/05, estabeleceu o objetivo da recuperação judicial:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

E, entre os meios que se vislumbrou para a efetivação da recuperação judicial, a lei previu, entre outras coisas: “alteração do controle societário”; “trespasse ou arrendamento de estabelecimento, **inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados**”; “constituição de sociedade de credores”; “veda parcial de bens”; “usufruto da empresa”; e “constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor, nos seguintes termos:

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

III – alteração do controle societário;

IV – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;

V – concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;

VI – aumento de capital social;

VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

X – constituição de sociedade de credores;

XI – venda parcial dos bens;

XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII – usufruto da empresa;

XIV – administração compartilhada;

XV – emissão de valores mobiliários;

XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

Evidente, como se observa, que o controle operário da produção, nessa hipótese, se traduziu como um meio efetivo de recuperação judicial da empresa, notadamente com a possibilidade de afastamento do empresário ou sociedade empresária que vinha até o momento administrando o empreendimento. Nesse sentido, o controle operário pode se efetivar de diversas formas, não somente pelo trespasse ou arrendamento do estabelecimento, mas por meio do usufruto da empresa, adjudicação, compra e venda ou alteração do controle societário.

Portanto, **nas hipóteses em que a recuperação judicial da empresa seja legal**³³⁸, ainda assim, o direito ao controle operário dos locais de trabalho pode ter efetividade, notadamente como parte do Plano de Recuperação Judicial.

Ainda que assim não disponha o Plano de Recuperação Judicial, na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação prevista em referido plano, será possível a transferência da posse imediata dos bens e meios de produção ao coletivo organizado de trabalhadores, caso o empreendimento se mostre economicamente viável. De fato, prevê o artigo 61, §1º:

Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial.

§ 1º Durante o período estabelecido no **caput** deste artigo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei.

³³⁸ Interessa observar que a Lei n. 11.101/2005 prevê, para que o pedido de processamento da recuperação judicial possa ser deferido, entre outras coisas, que a petição inicial exponha as causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira (art. 51, I), além de medidas que visam verificar a legalidade da medida.

Evidente que esse dispositivo deve ser interpretado sistematicamente, em conjunto com o artigo 47 da mesma Lei, de modo que, caso o Plano tenha sido descumprido, poderá o Juiz, ao invés de decretar a falência da empresa, determinar a transferência do controle dos bens e meios de produção ao coletivo organizado de trabalhadores, como forma de manter os empregos e o pagamento dos salários.

A questão que se coloca, entretanto, diz respeito à sucessão dos débitos do antigo empresário ou sociedade empresária ao coletivo de trabalhadores organizado que assume o controle da produção. Trata-se de situação preocupante do ponto de vista da efetividade dos direitos sociais, notadamente nas hipóteses comumente observadas de alienação de ativo por outros empresários ou sociedades empresárias, e nas quais, aparentemente, a lei permitiria a alienação livre de quaisquer ônus, inclusive sem sucessão dos créditos trabalhistas. Não é assim, todavia.

Nos termos do artigo 60, da Lei 11.101/05, “Se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o juiz ordenará sua realização, observado o disposto no art. 142, desta Lei”. E, o parágrafo único dispõe: “O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, observado o disposto no §1º do art. 141, desta Lei”.

O §1º do artigo 141, por sua vez, estabelece situações excepcionais nas quais, no caso, o parágrafo único do artigo 60 não será aplicado³³⁹, e que devem ser lidas, onde há menção à “falida”, como “em recuperação judicial”, e “falido”, como “recuperando”. As hipóteses são: quando o arrematante for “I – sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; III – identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão”.

Como se observa, o parágrafo único do artigo 60 prevê a possibilidade de alienação de ativo da empresa, aprovado em Plano de Recuperação Judicial, livre de quaisquer ônus, inclusive das obrigações tributárias, mas não mencionou a respeito das obrigações oriundas

³³⁹ “Art. 141, §1º: O disposto no inciso II do **caput** deste artigo não se aplica quando o arrematante for:”. O dispositivo deve ser lido, nas hipóteses de recuperação judicial, como uma exceção ao parágrafo único do artigo 60.

das relações de trabalho. De fato, nas hipóteses em que o legislador entendeu por bem excluir a sucessão dos créditos de natureza trabalhista, o fez expressamente, conforme disposto no art. 141, II, da Lei, “o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho”³⁴⁰.

Portanto, evidente que qualquer alienação no curso da Recuperação Judicial, ainda que realizada pelo coletivo de trabalhadores organizados, que assume o controle da produção, não está excluída da responsabilidade para com os créditos de natureza trabalhista.

Esse é o tratamento que deve ser dado, igualmente, caso o controle operário tenha sido conferido como resultado de fraude perpetrada pelo empresário ou sociedade empresária no curso da Recuperação Judicial.

Conforme observa Souto Maior, a “manutenção da vinculação do bem às dívidas de natureza trabalhista, sem que outra garantia eficiente exista, é consequência inevitável do art. 2º da CLT, que estabelece uma relação jurídica entre os empregados e os bens que guarnecem a empresa”³⁴¹. E complementa, “ainda que a atividade econômica se mantenha, não havendo a mera transferência de titularidade da atividade empresarial, os bens adquiridos por intermédio do processo de recuperação, sem que nova garantia eficiente seja dada aos trabalhadores, para satisfação de seus créditos, estarão sempre vinculados às dívidas trabalhistas precedentes”³⁴².

Acrescenta-se, ainda, o artigo 10, da CLT: “Qualquer alteração na estrutura jurídica da **empresa** não afetará os direitos adquiridos por seus empregados” (grifou-se), e o artigo 448, também da CLT: “A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da **empresa** não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados” (grifou-se), como garantias aos trabalhadores de que seus créditos serão respeitados independentemente de sucessão.

De fato, o privilégio do direito trabalhista é uma marca de toda a Lei 11.101/05, de modo que o pagamento dos débitos oriundos da legislação do trabalho não poderá ultrapassar o prazo de 01 (um) ano para seu cumprimento e, no limite de 05 (cinco) salários-mínimos, o

³⁴⁰ Embora não seja possível traçar toda a crítica à Lei de Recuperação Judicial no que diz respeito à efetivação dos direitos sociais no presente trabalho, questiona-se, de qualquer forma, a validade desse dispositivo no tocante a exclusão da sucessão dos créditos de natureza trabalhista e decorrentes de acidente de trabalho, na perspectiva do Direito Social.

³⁴¹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. op., cit., *ibidem*, p. 728.

³⁴² *Ibidem*, p. 729.

prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 03 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

De qualquer forma, importa ressaltar que, todos os demais créditos constituídos após o pedido de recuperação judicial, ou seja, após a distribuição da inicial, não se submeterão à recuperação, podendo ser desde logo executados. É o que se depreende do §4º do artigo 6º da Lei de Recuperação Judicial.

§ 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o **caput** deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

De fato, o argumento da dificuldade econômico-financeira não pode servir de subterfúgio para o empresário, indefinidamente, eximir-se do pagamento dos direitos trabalhistas prorrogando *ad eternum* a aprovação do Plano ou a conclusão da recuperação judicial.

Com efeito, conforme assevera Souto Maior, “sem viabilidade econômica, sem a possibilidade concreta de se recuperar em tempo razoável, respeitando os direitos alheios, a empresa deve ser conduzida à falência, pois, a dificuldade econômica não é argumento juridicamente válido para desrespeitar, sem qualquer parâmetro, os direitos alheios”³⁴³.

Além disso, é questionável o fato de submeterem-se à recuperação judicial créditos de natureza alimentar. A partir de uma interpretação conforme à Constituição da República e, portanto, com o Direito Social, a manutenção da empresa não pode servir de subsídio para o adiamento ou mesmo parcelamento de direitos de natureza alimentar, pois sua função é assegurar o sustento do trabalhador e, em muitos casos, de sua família. A manutenção da

³⁴³ *Ibidem*, p. 724.

empresa, nesse sentido, para subsistir, jamais pode entrar em conflito com a manutenção da unidade familiar, que também é base do Estado Democrático de Direito Social e, por consequência, do próprio capitalismo.

É o que dispõe o artigo 266, da CF, de modo que: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. E, em seu § 3º disciplina: “O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: II – garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas”. Evidente que o não pagamento de verbas de natureza alimentar pode vir a prejudicar a estrutura familiar do trabalhador, motivo pelo qual, também por este motivo, esses direitos não estão submetidos à Lei de Recuperação Judicial.

No mesmo sentido, o artigo 170, *caput*, da Constituição da República prevê que a “ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano** e na **livre iniciativa**, tem por fim **assegurar a todos existência digna**, conforme os ditames da **justiça social**”. E, o artigo 7º, *caput*, também da Constituição, estabelece direitos fundamentais do trabalhador, “(...) **além de outros que visem à melhoria de sua condição social**”. Ou seja, não pode a lei infraconstitucional estabelecer exceções de eficácia ou limitações aos direitos fundamentais previstos na Constituição, notadamente quando visam negar efetividade a direitos de natureza alimentar.

Portanto, também da Lei de Recuperação Judicial extraem-se fundamentos para o direito ao controle operário dos locais de trabalho, por parte dos trabalhadores, observando-se, em qualquer caso, a manutenção das obrigações oriundas da legislação do trabalho, notadamente as de caráter alimentar.

3.8. O direito ao controle operário nos locais de trabalho.

O Direito Social pode ser compreendido como um conjunto de valores, princípios e regras que estruturam toda a lógica jurídico-estatal, e que, rompendo com os postulados do Direito Liberal, cria vínculos obrigacionais de dimensão solidária entre todos os cidadãos e do Estado para com estes. Da mesma forma, permite práticas emancipatórias que busquem a reconstrução do próprio Direito, no interesse dos trabalhadores. Esse é o caso, por exemplo, do

direito de greve, que se traduz em uma “legitimação da luta pelo direito por ação coletiva dos trabalhadores”³⁴⁴.

O controle operário como direito se expressa, igualmente, como decorrência da perspectiva adotada pelo Direito Social, embora o fenômeno não seja uma novidade. Com efeito, trata-se de situações nas quais os trabalhadores organizados coletivamente assumem o controle da produção ou do local de trabalho, praticando todos os atos de gestão, antes restritos ao empresário ou à sociedade empresária que administrava a empresa. Esse fenômeno social, no qual os trabalhadores assumem a posse dos bens e meios de produção, em determinadas hipóteses, revela-se um direito subjetivo do coletivo de trabalhadores. Esse é o caso, por exemplo, quando o empresário, ou a sociedade empresária, descumpre reiteradamente os direitos trabalhistas.

De fato, o descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas se traduz em ato ilícito, podendo ser enquadrado como crime ou infração à ordem econômica. Nos termos da Lei 8.137/1990, constitui crime contra a ordem tributária, “deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos” (artigo 2º, III), implicando em pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Já a Lei 12.529 de 2011, dispõe em seu artigo 36, constituir “infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I – limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a **livre concorrência** ou a **livre iniciativa**; (...) III – aumentar arbitrariamente os lucros”.

Evidente que o descumprimento de preceitos trabalhistas implica em prática lesiva àqueles empreendedores que cumprem regularmente os direitos, de forma que prejudicam a livre concorrência e auferem lucros indevidamente, pois às custas de direitos fundamentais garantidos ao trabalhador. Além disso, a ordem econômica não pode ser compreendida dissociada de sua base social, motivo pelo qual o descumprimento dos direitos trabalhistas configuram infração à ordem econômica passível de sanção.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 580.

Nessas hipóteses, a lei prevê, “**quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público geral**” (art. 38, *caput*) a possibilidade da **transferência do controle societário**, ou **qualquer outra providência necessária para a eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica** (art. 38, V, VII), sem prejuízo de multas não só à empresa, mas também às pessoas físicas e administradores (art. 37, §1º).

De fato, essa ilegalidade gera uma restrição ao direito de propriedade ou de posse da empresa, uma vez que configura desvirtuamento de sua função social.

A função social da propriedade ou da posse, por sua vez, não se traduz em princípio abstrato, mas norma obrigacional. Trata-se de dever do proprietário, que deve conferir à propriedade ou à empresa sua função social, sob pena de não ter garantido seu direito, nos termos da Constituição (art. 5º, XXII, XXIII).

Portanto, há um direito subjetivo coletivo dos trabalhadores de assumirem a posse dos bens e meios de produção da empresa nas hipóteses em que há o descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas. Esse direito se torna efetivo com a transferência da posse definitiva ou temporária de referidos bens ao coletivo de trabalhadores organizados. Juridicamente, esse fato pode se concretizar por meio da transferência do controle acionário da empresa, arrendamento, compra e venda, ou outros meios, tanto por meio de provimento jurisdicional provocado pelos trabalhadores com esse objetivo, por meio de ação cautelar proposta com esse fim, ou por meio do indeferimento de reintegração de posse aos proprietários nas hipóteses de conflitos coletivos exteriorizados por meio da greve de ocupação.

De fato, não se trata de mera abstração ou especulação jurídica. O direito ao controle operário já se expressou em provimentos jurisdicionais em algumas oportunidades nas quais foi conferido aos representantes dos trabalhadores procuração que lhes permitissem a prática de todos os atos de gestão da empresa. Trata-se de um reconhecimento do controle operário como um direito dos trabalhadores.

Em outubro de 2002, por exemplo, por ocasião do conflito coletivo instaurado nas fábricas Cipla S/A e Interfibra S/A³⁴⁵ em Joinville-SC (mesmo grupo econômico da fábrica

³⁴⁵ “Em janeiro de 2002, [na Cipla] cerca de 500 dos 800 trabalhadores realizam paralisação de 24 horas em protesto contra os atrasos constantes no pagamento dos salários e do décimo terceiro salário. Não houve apoio do sindicato e 140 funcionários, sobretudo as lideranças da greve, foram demitidos em represália”. Os problemas continuam e, sem a ajuda do Sindicato os trabalhadores buscam apoio político para ajuda-los em sua luta. Em 24

Flaskô analisada acima), e em reunião com a presença do Ministério Público do Trabalho, da então Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público Federal, Sindicato dos trabalhadores, representantes dos trabalhadores e da empresa, ficou acordada a transferência de 100% do controle acionário da empresa Cipla S/A e Interfibra S/A aos seus trabalhadores. Em dezembro de 2004, por ocasião da recusa dos proprietários em continuarem outorgando procuração aos representantes dos trabalhadores para os atos de gestão da empresa, foi proposta ação cautelar inominada com o fim de buscar provimento jurisdicional para suprir a outorga de poderes de administração aos representantes dos trabalhadores, possibilitando a continuidade da gestão operária.

Nos termos da decisão proferida pelo Dr. Otávio José Minatto, da 01ª Vara Cível de Joinville, Estado de Santa Catarina, nos autos do processo n. 038.04.062919-5, constatou-se:

que há mais de dois anos (o que é de conhecimento público), os funcionários do grupo CIPLA vem administrando as empresas, num denominado “período de transição”, através de mandatos outorgados pelos acionistas Requeridos, até que a pactuada transferência total do controle acionário passe definitivamente aos funcionários.

Igualmente,

que os acionistas Requeridos, sem explicação ou razão aparente, interromperam a gestão pelos funcionários Valmir Bittencourt e Camilo Piazero Neto, os quais, de forma contínua, nomeavam e constituíam procuradores para – assinando aos pare, com um Diretor ou com outro Procurador – ***“emitir, endossar e aceitar cheques, duplicatas, ordens de pagamento, contratos de câmbio, de crédito, caução e financiamento, operações bancárias em geral, aceitar duplicatas e correspondências de rotina”***.

E, ao fundamentar sua decisão, asseverou: “Sabe-se que o Juiz, ao proferir seu julgamento e aplicar a lei, deve ter em vista os fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (*art. 5º, LICC*)”. E, ainda, que “(...) o fato de estarem as empresas do grupo CIPLA com as atividades mais básicas de administração paralisadas, sem a devida representação legal perante terceiros, concede à postulação dos Requerentes um caráter social relevante”.

de outubro parte dos trabalhadores decide não entrar para o trabalho e iniciar um piquete para convocar uma assembleia geral, que acaba por aprovar greve, para reivindicar o pagamento de salários atrasados, depósitos de FGTS e outros direitos trabalhistas. A Interfibra S/A segue o mesmo procedimento. Após oito dias de greve, com muitos grevistas acampando em frente a fábrica e com o apoio da população, são chamados para uma reunião intermediada pelo Ministério Público do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho. VERAGO, Josiane Lombardi. Op. Cit., *ibidem*, p. 131-134.

Assim, decidiu, “com fundamento nos *arts. 798 e 799, do CPC*, **defiro**, liminarmente, a tutela cautelar postulada, concedendo (...) com igual prazo de (60 sessenta dias), os mesmos poderes inseridos nas procurações lavradas às fls. 013 e 015 (...)”.

Posteriormente, em 15 de fevereiro de 2005, o mesmo Juiz proferiu nova decisão, conferindo os mesmos poderes, agora por tempo indeterminado.

Em abril de 2005 foi proferida decisão de antecipação dos efeitos da tutela na ação principal n. 038.05.008626-7, proposta pelos trabalhadores da Cipla, ampliando os poderes de gestão dos trabalhadores. Nessa decisão, o mesmo juiz fez importantes observações sobre o conflito, no seguinte sentido: “Registre-se que o caso da ‘CIPA’ já transcendeu os limites de uma questão meramente jurídica para ganhar as ruas da cidade, às vezes em passeatas, às vezes em protesto, sempre voltados à permanência das suas atividades, em nome da ‘garantia do emprego’ em problema de nítidas feições sociais (afinal maior drama da humanidade, atualmente, está no emprego)”. E continua: “Pois bem, os ‘trabalhadores organizados’ estão a manter em funcionamento a outorga pujante e grandiosa CIPLA num esforço que lhes garanta à própria sobrevivência”.

Evidente que houve no caso o reconhecimento de um direito ao controle operário.

Outra situação em que se evidencia esse direito diz respeito à Flaskô, fábrica ocupada pelos trabalhadores e sob controle operário desde 2003. Nesse caso, jamais houve um acordo ou uma procuração outorgada pelos proprietários para que os trabalhadores pudessem praticar atos de gestão.

Todavia, em 19 de julho de 2012, por ocasião da propositura de ação constitutiva pelos “Trabalhadores da empresa Flaskô Industrial de Embalagens Ltda. representados pela Associação Hermelindo Miquelace”³⁴⁶, na qual pleiteavam os autores a destituição dos réus da administração da empresa, com a nomeação dos empregados como gestores, foi proferida a seguinte decisão:

Posto isso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão para destituir da direção da empresa FLASKO INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA, as pessoas de PROTEC S/A, INDUSTRIE S/A e CRISTIANE DE MARCELLO e nomear como gestor de negócios da pessoa jurídica o Presidente

³⁴⁶ Ação autuada sob o n. 604.01.2010.008984-3 (1.858/2010) em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré-SP.

da Associação Hermelindo Miquelace, Senhor PEDRO ALEM SANTINHO, podendo praticar qualquer ato inerente ao cargo, cuja responsabilidade é aquela prevista pela norma dos artigos 861/875, do Código Civil, reconhecendo como válidos os atos lícitos praticados a partir da ajuizamento desta (02.09.2010), cabendo ao mesmo tomar as providências para que os órgãos públicos tomem conhecimento desta sentença.

O Juiz de Direito responsável pelo caso, Dr. André Gonçalves Fernandes, ao fundamentar sua decisão, observou que “desde há tempos os sócios e administradores da empresa Flaskô deram ares de abandono da pessoa jurídica, vez que não mais são localizados, pois nenhuma das correspondências enviadas aos endereços constantes dos documentos foi recebida. Tal fato, por si só, já é o bastante para o reconhecimento desse abandono”. E complementou: “é de conhecimento público e notório que os trabalhadores da empresa Flaskô assumiram a empresa e tentam, de toda forma, reerguê-la”.

Aqui também, como se evidencia, há um nítido reconhecimento do controle operário como um direito. Interessante observar que o controle operário na Flaskô se estabeleceu por meio da ocupação da fábrica pelos trabalhadores, que a partir de então passaram a gerir o processo produtivo. É possível deduzir, portanto, que essa decisão, a um só tempo, conferiu aos trabalhadores, legalmente, a possibilidade de gerir a fábrica sob comando de seu coletivo organizado e reconheceu a legitimidade e legalidade da greve de ocupação, com o fim do controle operário.

Em outro sentido, pois não foi produto de um conflito coletivo de trabalho exteriorizado por meio da greve ou greve de ocupação, mas também dando vazão ao direito ao controle operário, está decisão proferida em abril de 2014 em Jundiaí-SP, que determinou a intervenção judicial em empresa, por meio de administrador judicial, mas sob gestão compartilhada com os trabalhadores.

Essa decisão partiu de fatos que apontavam para a existência de diversas fraudes perpetradas pelo empregador com o intuito de burlar os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores. Para agravar a situação, os juízes do trabalho realizaram inspeção judicial na empresa e constataram o descumprimento de diversos direitos fundamentais, notadamente:

- todos os novos empregados, mais da metade do total de 30 empregados (total declarado pelos representantes da empresa), trabalhavam sem registro em Carteira;
- o pagamento dos salários sofre constantes atrasos (na ocasião o pagamento do

- vale estava com atraso de mais de cinco dias);
- o FGTS não vem sendo pago desde 2005;
- o recolhimento previdenciário não vem sendo feito desde 2005;
- há empregados com o pagamento e gozo de quatro e até cinco férias em atraso;
- o décimo terceiro salário do ano de 2013 ainda não foi pago;
- o ambiente é inapropriado para uma atividade saudável, sendo que os trabalhadores não utilizam quaisquer EPIs³⁴⁷.

Segundo sustentam os juízes, essa situação seria suficiente para se decretar a interdição da empresa, nos termos do artigo 161, da CLT³⁴⁸. Todavia, essa não foi a proposta.

O que se propõe, de todo modo, neste momento, não é, ainda, a cessação das atividades da empresa, mas a destituição de seus administradores, como medida acautelatória para a garantia da satisfação dos direitos trabalhistas, conforme prevê, ademais, o Código de Processo Civil:

Art. 646. A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor (art. 591).

Art. 647. A expropriação consiste:

- I - na alienação de bens do devedor;
- II - na adjudicação em favor do credor;
- III - no usufruto de imóvel ou de empresa.

O mesmo Diploma prevê, igualmente, a **penhora sobre a Administração da**

³⁴⁷ Autos n. 816-2009, da 03ª Vara do Trabalho de Jundiaí-SP.

³⁴⁸ Art. 161 - O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 1º - As autoridades federais, estaduais e municipais darão imediato apoio às medidas determinadas pelo Delegado Regional do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 2º - A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 3º - Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 4º - Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 5º - O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 6º - Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

empresa (art. 677)³⁴⁹.

Nesse sentido, compreendendo que a atividade era economicamente viável e que a interdição da empresa poderia prejudicar ainda mais os direitos trabalhistas, que somavam à época uma dívida de cerca de sete milhões de reais, os Drs. Jorge Luiz Souto Maior, Patrícia Maeda e Saint-Clair Lima e Silva, das Varas do Trabalho de Jundiaí-SP determinaram a intervenção judicial na empresa, nos seguintes termos:

(...) considerados todos os fatos e os fundamentos apresentados, alertando, ainda, para **o risco que correm os trabalhadores com o prosseguimento de uma administração temerária da empresa, que inclui a possibilidade de lapidação e sumiço do patrimônio móvel ainda existente, além da exploração dos trabalhadores em condições de extrema precariedade**, determino o imediato afastamento do Sr. [...] da administração das empresas do Grupo [...], decretando a **penhora da empresa**. Para tanto, nomeio como administrador o [...], que deverá comparecer à unidade produtiva da empresa, situada em Itupeva, atuando de modo a dar continuidade à produção, **institucionalizando uma gestão compartilhada com os trabalhadores**, fazendo-se acompanhar, para tanto, de Oficiais de Justiça, os quais, na primeira diligência, auxiliarão o administrador, ou a quem por ele indicado, na consecução dessa tarefa, que inclui a **apreensão de documentos** que possam esclarecer, inclusive, o imbróglio jurídico relatado nos autos quanto à propriedade dos imóveis³⁵⁰.

Observa-se que a gestão compartilhada, no presente caso, não se confunde com cogestão, quando há compartilhamento de gestão entre patrões e empregados, decorrente do que se chama “participação dos trabalhadores na gestão da empresa”. O que se tem, no caso, é a nomeação de um administrador judicial, de confiança do juízo, que irá praticar atos de gestão, em conjunto com os trabalhadores, com o propósito de salvaguardar os direitos dos trabalhadores. De fato, não há menção, no presente caso, diferentemente dos outros dois analisados, de qualquer movimentação coletiva de trabalhadores, de forma organizada, que se colocava com o intuito de controlar a produção de forma independente. De qualquer forma, esse episódio só reforça a perspectiva do controle operário como direito.

A respeito da propriedade dos bens e meios de produção e do estabelecimento no qual se processa a atividade produtiva, os juízes assim se pronunciaram:

(...) cumpre destacar que a declaração da ineficácia dos negócios jurídicos, seja pelo fundamento de que estavam juridicamente vinculados

³⁴⁹ Autos n. 816-2009, da 03ª Vara do Trabalho de Jundiaí-SP.

³⁵⁰ *Idem*.

aos trabalhadores, seja pelo acatamento da fraude de execução **não impõe a necessidade de declarar, especificamente, a quem pertence a propriedade do imóvel**. Essa discussão, ademais, está sendo travada na esfera própria do Judiciário Cível. O que ocorre com a declaração de ineficácia é a destinação do imóvel ou demais bens, cuja propriedade se discute, a uma finalidade jurídico-sócio-econômica específica, sendo irrelevante, no caso, inquirir sobre a quem, efetivamente, pertence a propriedade do bem, ao menos por enquanto...(…) É importante neste aspecto, ademais, que se tenha em conta que o que se deve preservar é a empresa, na qualidade de unidade empreendedora, e não o direito de propriedade desvinculado de qualquer finalidade social e mesmo o direito dos administradores, sobretudo porque tais direitos, nestas circunstâncias, se utilizam, abusivamente, com o único propósito de lesar a ordem jurídica alheia³⁵¹.

Verifica-se, nesse sentido, que o direito de propriedade impõe o dever de cumprimento de sua função social. O descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas implica o desvirtuamento da função social da empresa, o que pode ensejar uma instabilidade jurídica, econômica e social, tanto perante aos trabalhadores (que tem seus direitos tolhidos), quanto perante aos demais empresários que cumprem regularmente os direitos (prejudicando a livre concorrência e a livre iniciativa). Nessas hipóteses, é imperioso que os elementos responsáveis por tais práticas sejam imediatamente excluídos da administração da empresa, ainda que proprietários dos meios de produção.

O controle operário como direito, portanto, surge como um direito subjetivo coletivo conferido aos trabalhadores de uma determinada empresa ou fábrica, que reiteradamente descumpre com os direitos trabalhistas, criando uma situação de instabilidade jurídica, econômica e social, na qual a manutenção da unidade produtiva e dos empregos dos trabalhadores, a partir da perspectiva do Direito Social, exige a destituição dos proprietários ou administradores da empresa e a transferência do controle da posse dos bens aos trabalhadores, notadamente quando exteriorizado um conflito coletivo por meio da greve ou greve de ocupação que tenha como fim o controle operário.

Portanto, o que se propõe, nessas hipóteses, especialmente quando há exteriorização de um conflito coletivo envolvendo o controle da produção é que a posse dos bens e meios de produção sejam transferidas, legítima e legalmente, ao coletivo de trabalhadores organizados para esse fim, conferindo-lhes poderes para todos os atos de gestão necessários

³⁵¹ *Idem.*

para a manutenção da unidade produtiva e o consequente cumprimento de sua função social.

CONCLUSÃO

A evolução do capitalismo e dos conflitos coletivos, hoje respaldados a partir de uma perspectiva do Direito Social que confere aos trabalhadores a possibilidade de práticas emancipatórias, por meio da ação política da classe trabalhadora, exige uma nova abordagem jurídica dos fenômenos sociais que se expressam com o fim de controlar a produção, sob gestão operária.

O controle operário como direito é uma resposta, ainda que parcial e envolta em diversas contradições, às lutas dos trabalhadores que se colocam essa perspectiva, notadamente em conflitos que se exteriorizam por meio da greve ou greve de ocupação, com a tomada de fábricas ou empresas que reiteradamente descumprem com os direitos dos trabalhadores.

Embora não se deva ter nenhuma ilusão com a forma jurídica como instrumento de emancipação da classe trabalhadora, é evidente que as contradições que envolvem a luta de classes estabelecem um elemento dialético na construção do direito, notadamente após a segunda guerra mundial, ocasião na qual se buscou dar efetividade a um novo padrão jurídico-institucional a que chamamos Direito Social.

Nesse sentido, como mencionado, se, por um lado, o Direito Social busca restabelecer as categorias abstratas da igualdade e da liberdade típicas do Direito Liberal, retomando a noção de sujeito de direito e reafirmando a lógica do capital, por outro, ao reconhecer a profunda desigualdade no âmbito da produção que separa o trabalho do capital, permite que se coloque, em muitos momentos, uma contradição sistêmica que aponta os limites da própria forma jurídica.

Essa contradição, todavia, só será resolvida pela própria luta de classes e, em última instância, com o fim da forma jurídica como um todo.

De todo modo, o Direito do Trabalho, ao permitir e legitimar a luta dos trabalhadores, reforça a necessidade de sua defesa, não somente na perspectiva de não retrocesso, mas também partindo das possibilidades concretas de se avançar na luta por mais direitos,

especialmente quando questiona e enfrenta direitos tidos como absolutos, como o direito de propriedade.

As greves de ocupação, nesse sentido, devem ter todo o respaldo do ordenamento jurídico para que possam dar efetividade aos direitos sociais, conferindo função social à posse ou à propriedade e, nessa medida, devem ser rechaçadas todas as medidas com o intuito de impedir o desenvolvimento desses métodos de luta e de pressão, ou negar-lhes efetividade.

Para além da legitimidade e legalidade desses conflitos, buscou-se demonstrar a existência de um direito subjetivo coletivo, que confere aos trabalhadores o direito ao controle operário dos locais de trabalho, especialmente quando a empresa não cumpre sua função social, descumprindo reiteradamente os direitos dos trabalhadores.

A luta de classes se expressa em diversos níveis das relações sociais. É imperioso que a crítica do direito se coloque de forma positiva e ofensiva em defesa da classe trabalhadora, construindo a legalidade em seu favor, onde ela se encontra dúbia ou nebulosa e reafirmando-a, quando vítima de ataques.

Não se exclui, todavia, que a luta de classes possa expressar conflitos que rompam os limites colocados a partir do Direito Social para que se configure o controle operário como um direito. Todavia, nessas hipóteses, a própria forma jurídica já será inútil.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica**. 2 Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.

AROUCA, José Carlos. **O sindicato em um mundo globalizado**. São Paulo: LTr, 2003.

BARBAGELATA, Hector-Hugo. **O Particularismo do Direito do Trabalho**. São Paulo, LTr, 1996.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

BELTRAN, Ari Possidonio. **A autotutela nas relações de trabalho**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, 1995.

BRITON, Maurice. **The bolsheviks & workers' control: 1917-1921 the state and counter-revolution**. London: 1970.

BOTTOMORE, Tom. “**Dicionário do Pensamento Marxista**”, Rio de Janeiro, Zahar.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Direito sindical**: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito comparado e da doutrina da OIT: proposta de inserção da comissão de empresa. São Paulo: LTr, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, Kélia Lúcio. **A experiência autogestionária da Iugoslávia**. Revista CEMOP, n. 2, outubro de 2011.

CASTILLO, Christian. **Comunismo sem transição?** Revista Estratégia Internacional, n. 17 Abril de 2001.

CASTILLO, Santiago Pérez del. **O direito de greve**. São Paulo: LTr, 1994.

CASTRO, Manoel Cabral de. **Participação ou controle: o dilema da organização e representação operária nos locais de trabalho.** (Tese de doutorado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros P. e JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho**, Tomo II. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

CESÁRIO, João Humberto. **O direito constitucional fundamental de greve e a função social da posse – um novo olhar sobre os interditos possessórios na Justiça do Trabalho brasileira.** Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10683/o-direito-constitucional-fundamental-de-greve-e-a-funcao-social-da-posse/2>. Acessado em 10/12/2014.

COATES, Ken; TOPHAM, Tony. **The New Unionism – The Case For Workers’ Control**, London: Peter Owen, 1972.

COGGIOLA, Osvaldo. **A primeira internacional e a comuna de Paris.** Revista CEMOP. Maio 2011.

_____. **O movimento operário nos tempos do manifesto comunista.** s/d.

CÓRDOVA, Efrén. **A participação dos Trabalhadores nas Decisões que se Adotam nas Empresas: Experiência internacinoal**, in CÓRDOVA, Efrén, TRONCOSO, Julio A. L. **Mecanismos Intra-Empresariais de Participação.** São Paulo: IBRART, 1985.

CUEVA, Maria De la. **El nuevo derecho mexicano del trabalho.** 5ª Ed. Ed. Porrúa, 1989.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 10ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

ENGELS, F. Prefácio à edição inglesa de 1892 de ‘a condição da classe operária em Inglaterra’. 1892, disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1892/01/11.htm>. Acessado em 01.09.2014.

_____. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, 2ª Ed. Global Ed, 1985.

FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

FESTI, Ricardo Couturato. **Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária.** (Dissertação de Mestrado). Unicamp, Campinas, 2010.

- GORZ, André. **Estratégia Operária e Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GOTTSCALK, Egon Felix. **Greve e Lock-out**, seus efeitos sobre o contrato individual de trabalho. Ed. Max Limonad, 19--.
- GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão**: uma visão radical. Rio de Janeiro: Zahar 1976.
- GUIMARÃES, V. N. et al. **Autogestão como estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores**: estudos multisetoriais no estado de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa CNPq. Florianópolis, UFSC, 2004.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IGELMO, Alberto José Carro. **Curso de derecho del trabajo**. 2ª ed. Barcelona: Bosh, 1991.
- JELINEK, Rochelle. **O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil**. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>. Acessado em 10 de dezembro de 2014.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A oposição operária 1920-1921**, 2ª Edição, Porto: afrontamento, 1977;
- KORSH, Karl. **Lucha de clases y derecho del trabajo**. Traducción: Juan Luis Vermal. Barcelona: Ariel, 1980.
- LUQUET, P. DUNOIS, A. et al. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro, 1968.
- MAGANO, Octávio Bueno. **Organização Sindical Brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. 1900. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap03.htm#p2c2. Acessado em 10.12.2014.

MAGNANI, Esteban. **El cambio silencioso**: empresas recuperadas en la Argentina. 2003.

MANDEL, Ernest. **The Debate on Workers' Control**. 1968/69. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/mandel/1968/wcontrol/workontrol.htm#top>. Acessado em 29/07/2012.

_____, Ernest. **Lecciones del mayo de 1968**. 1968.

MANDL, Alexandre Tortorella. **O movimento das fábricas ocupadas e o direito**. Revista CEMOP, n. 2, outubro de 2011.

_____. **O movimento das fábricas ocupadas e do Direito (parte 2): uma breve reflexão acerca da legalidade das ocupações de fábrica**. Revista Crítica do Direito. Disponível em: <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-1-volume-18/o-movimento-das-fabricas-ocupadas-e-o-direito-parte-2-uma-breve-reflexao-acerca-da-legalidade-das-ocupacoes-de-fabricas>. Acessado em 10.12.2014.

MARTÍNEZ, J. **Fabricas ocupadas y gestión obrera directa**, In: Lucha de clases, n. 1, 2002.

MARTINS, Milton. **Sindicalismo e relações trabalhistas**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 1995.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**, In: Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

_____. **A guerra Civil em França**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/cap03.htm#r26.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A questão Judaica**, Transcrição: Alexandre Linhares, 1843. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acessado em 12.10.2014.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**, Transcrição: Alexandre Moreira Oliveira, 1844. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>. Acessado em: 10.11.2014.

MARX, K., Engels, F. **Manifesto comunista**. 4a. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2012.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. **Las empresas en cogestión y ocupadas em Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo**. Pode ser obtido em <<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>.

MOTTA, F. P. **Participação e co-gestão**. Novas formas de administração. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MUSIC, Goran. **Yugoslavia. Workers' self-management as State paradigm**, in: Ours to master and to own: workers' control from the commune to the present, Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 26ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. **Compêndio de Direito Sindical**. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

NASCIMENTO, Cláudio. **O programa da Comuna de Paris**, in: WILLAR, Claude et al. A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade. São Paulo: Ícone, 2002, p. 37.

NASCIMENTO, Janaína Quitério do. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Trabalho apresentando enquanto conclusão do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista, dezembro de 2003.

NAVES, Marcio Bilharinho, **A questão do direito em Marx**, São Paulo: Outras expressões, 2014.

_____. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Autogestão**: participação dos trabalhadores na empresa. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1969.

NOVAES, H. T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005.

_____, org. **A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores:** uma introdução. Disponível em: <[www.itcp.unicamp.br](http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf)>. <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf>.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. **A filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina (2003-2007):** Lições preliminares. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 75, p. 1-18, 2007. <www.espacoacademico.com.br>.

OLIVEIRA, Fábio. **Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho.** São Paulo: LTr, 2014.

ORSO, P.J., LERNER, F., BARSOTTI (ORG). **A comuna de Paris de 1871: história e atualidade.** São Paulo: Ícone, 2002.

OJEDA AVILES, Antonio. **El control sindical de las empresas en Itália:** un analisis contrastado con la participación germánica. Madrid, Servicio de Publicaciones. Ministério de Trabajo, 1981.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/download/declaracao_da_oit_sobre_principio_direitos_fundamentais.pdf>.

PACHUKANIS, E.B. **Teoria Geral do Direito e o Marxismo.** Tradução: Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PANKRATOVA, A. M. **Los consejos de fábrica en la Rúsia de 1917,** Barcelona: Ed. Anagrama, 1976.

PANNEKOEK, Anton. **A luta operária.** Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/ano/luta/cap03.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2014.

PAOLA, Pietro Di. **Factory Councils in Turin, 1919-1920**, in: Ours to master and to own: worker's control from the commune to the present, Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2011.

PAULUCCI, María Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. Florianópolis/SC, 2007. 103 p. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2007.

PINTO, José A. Rodrigues. **Direito Sindical e Coletivo do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2002.

PICARD, Roger. **Contrôle Ouvrier**. 1922.

PLÁ RODRIGUES, Américo. **Princípios de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

RASLAN, Filipe Oliveira. **Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô**. Campinas: Unicamp, 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2007.

RAU, Victor. **La gestión obrera directa: una forma de enfrentamiento de clases en La Argentina**. Lucha de clases. n. 2/3. Abril de 2004.

REBÓN, Julián. **La empresa de la autonomía: trabajadores recuperando la producción**. Buenos Aires: Picaso, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000100004.
Acessado em: 01/08/2012

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Coisas**, v. 5. São Paulo, Saraiva 2003.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. **O poder na empresa: representação e participação dos trabalhadores**. (Tese de livre-docência). Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **Representação e participação dos trabalhadores na gestão da empresa**. São Paulo: LTr, 1998.

- SINGER, P. **Introdução à econômica solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Liberdade sindical e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho**. São Paulo: LTr, 1999.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de Direito do Trabalho: Teoria Geral do Direito do Trabalho**, Volume 1, Parte 1, São Paulo: LTr, 2011.
- _____. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. (Tese de livre-docência). São Paulo: LTr, 2000.
- _____. **Greve e salário**. Disponível em: http://www.ajd.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=57. Acessado em: 18/10/2014.
- SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes; VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio. **Instituição de Direito do Trabalho**, Volume 1. 22ª ed. São Paulo: LTr, 2005.
- SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Convenções da OIT**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1998.
- _____. **Direito Internacional do Trabalho**, São Paulo: LTr, 1983.
- TAUILLE, J. R.; RODRIGUES, H.; VILUTIS, L.; FARIA, M; S; **Referências conceituais para ações integradas: Cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou estado pré-falimentar (relatório final do convênio TEM/IPEA/ANPEC-01/2003)**. Brasília, 2005.
- TROTSKY, Leon. **El control obrero de la producción**. 1931. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1930s/08_31.htm. Acessado em: 29/07/2012.
- _____. “A indústria nacionalizada e a administração operária”, In: **Escritos latinoamericanos**, São Paulo: Edições ISKRA, 2009.
- _____. **História da Revolução Russa: Tomo Um**, São Paulo: Sundermann, 2007.
- _____. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- _____. **A revolução traída**. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
- TROTSKY, L et. al.. **El programa de transición e la fundación de la IV Internacional (Compilación)**. Buenos Aires: Ediciones IPS-CEIP, 2008a.

VAINER, C. **Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?** Unitrabalho Informa, Ano 3, n.º10. São Paulo: Fundação Unitrabalho, 2000.

VALTICOS, Nicolas. **Droit International du Travail**. Paris, Dalloz, 2ª ed. In: *SÜSSEKIND*, Arnaldo. *Convenções da OIT*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1998.

VENOSA, R. (org.) **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas Ocupadas e Controle Operário**: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon. Sumaré: Edições CEMOP, 2011.

VIANA, Márcio Túlio. **Direito de resistência**. São Paulo: LTr, 1996.

WILLARD, Claude. “**Uma obra sempre no centro da atualidade** in: a Comuna de Paris de 1871: história e atualidade”. São Paulo: Ícone, 2002.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. Tradução: Magda Lopes, São Paulo, Editora UNESP, 2010.

ZANGARI, Guido. **Principi di diritto sindacale nel sistema della Costituzione formale**. Milano, Guiffre, 1962.

_____. **La partecipazione dei lavoratori alla gestione delle imprese nel diritto comparato e comunitário**. Revista di Diritto del Lavoro, 1977.